Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 8

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 9

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 13

Balanço Patrimonial Passivo 14

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 19

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 20

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 21

Demonstração do Valor Adicionado 22

Relatório da Administração 24

Notas Explicativas 44

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 164

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 169

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 170

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 174

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 175

Motivos de Reapresentação 176

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.165.000
Preferenciais	0
Total	1.165.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	23.225.000	30.846.000	30.637.000
1.01	Ativo Circulante	10.460.000	12.114.000	12.597.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	257.000	442.000	607.000
1.01.03	Contas a Receber	5.574.000	7.761.000	8.098.000
1.01.04	Estoques	3.224.000	2.668.000	2.834.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	633.000	561.000	405.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	633.000	561.000	405.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	150.000	218.000	98.000
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições	483.000	343.000	307.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	40.000	47.000	41.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	732.000	635.000	612.000
1.01.08.03	Outros	732.000	635.000	612.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	74.000	62.000	112.000
1.01.08.03.02	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	514.000	540.000	457.000
1.01.08.03.03	Outros	144.000	33.000	43.000
1.02	Ativo Não Circulante	12.765.000	18.732.000	18.040.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.642.000	12.513.000	11.737.000
1.02.01.03	Contas a Receber	376.000	6.244.000	6.162.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.619.000	3.721.000	2.888.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.150.000	3.414.000	2.557.000
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições	469.000	307.000	331.000
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	182.000	183.000	188.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.465.000	2.365.000	2.499.000
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	977.000	928.000	778.000
1.02.01.09.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.469.000	1.419.000	1.685.000
1.02.01.09.06	Outros Realizáveis a Longo Prazo	19.000	18.000	36.000
1.02.02	Investimentos	334.000	217.000	234.000
1.02.03	Imobilizado	5.338.000	5.542.000	5.610.000
1.02.04	Intangível	451.000	460.000	459.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	23.225.000	30.846.000	30.637.000
2.01	Passivo Circulante	4.355.000	5.561.000	5.442.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	225.000	690.000	311.000
2.01.02	Fornecedores	2.645.000	2.622.000	3.023.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	204.000	821.000	614.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	78.000	697.000	527.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	126.000	124.000	87.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.147.000	1.289.000	1.382.000
2.01.05.02	Outros	1.147.000	1.289.000	1.382.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	273.000	635.000	616.000
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições	269.000	200.000	242.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	605.000	454.000	524.000
2.01.06	Provisões	134.000	139.000	112.000
2.01.06.02	Outras Provisões	134.000	139.000	112.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	134.000	139.000	112.000
2.02	Passivo Não Circulante	10.044.000	17.875.000	15.270.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.024.000	11.597.000	11.879.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.550.000	11.036.000	11.255.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	474.000	561.000	624.000
2.02.04	Provisões	6.020.000	6.278.000	3.391.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.078.000	2.089.000	1.104.000
2.02.04.02	Outras Provisões	3.942.000	4.189.000	2.287.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	3.928.000	4.169.000	2.260.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	14.000	20.000	27.000
2.03	Patrimônio Líquido	8.826.000	7.410.000	9.925.000
2.03.01	Capital Social Realizado	6.352.000	6.352.000	6.352.000
2.03.04	Reservas de Lucros	3.897.000	3.045.000	4.107.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.423.000	-1.987.000	-534.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	84.022.000	86.205.000	96.949.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-77.719.000	-79.781.000	-89.687.000
3.03	Resultado Bruto	6.303.000	6.424.000	7.262.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.172.000	-6.408.000	-8.910.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.911.000	-3.787.000	-6.428.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-815.000	-809.000	-803.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-452.000	-1.800.000	-1.672.000
3.04.05.01	Tributárias	-168.000	-132.000	-203.000
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-284.000	-1.668.000	-1.469.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.000	-12.000	-7.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.131.000	16.000	-1.648.000
3.06	Resultado Financeiro	-567.000	-645.000	-291.000
3.06.01	Receitas Financeiras	344.000	642.000	470.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	344.000	642.000	470.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-911.000	-1.287.000	-761.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.267.000	-1.933.000	-1.590.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	356.000	646.000	829.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.564.000	-629.000	-1.939.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-413.000	314.000	778.000
3.08.01	Corrente	-194.000	-305.000	-811.000
3.08.02	Diferido	-219.000	619.000	1.589.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.151.000	-315.000	-1.161.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.151.000	-315.000	-1.161.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,99000	-0,27000	-1,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,99000	-0,27000	-1,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	1.151.000	-315.000	-1.161.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	564.000	-1.453.000	-105.000
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais - plano de pensão e saúde	609.000	-1.691.000	-90.000
4.02.02	IR e CSLL diferidos s/ perdas (ganhos) atuariais com planos de benefícios definidos	-45.000	238.000	-15.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.715.000	-1.768.000	-1.266.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.260.000	2.610.000	323.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.386.000	3.694.000	3.780.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	1.151.000	-315.000	-1.161.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Planos de Pensão e Saúde	502.000	382.000	317.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	-6.000	12.000	7.000
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	447.000	449.000	466.000
6.01.01.05	Perda na Recuperação de Ativos - Impairment	0	0	298.000
6.01.01.06	Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes	545.000	542.000	412.000
6.01.01.07	Resultado com alienação, baixa de ativos	34.000	-1.000	12.000
6.01.01.08	Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas	403.000	834.000	379.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social	413.000	-314.000	-778.000
6.01.01.11	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-43.000	641.000	2.921.000
6.01.01.13	Apropriação de seguros, aluguéis e outros	95.000	45.000	68.000
6.01.01.14	Provisão para Processos Judiciais	-11.000	985.000	747.000
6.01.01.15	Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	-144.000	434.000	92.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.142.000	-1.175.000	-3.459.000
6.01.02.01	Contas a receber	-93.000	484.000	-1.125.000
6.01.02.02	Estoques	-531.000	205.000	-236.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-7.000	-116.000	106.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-87.000	-45.000	-140.000
6.01.02.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	-569.000	-359.000	-842.000
6.01.02.06	Outros ativos	-152.000	9.000	30.000
6.01.02.07	Fornecedores	-2.000	-534.000	-263.000
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-94.000	-311.000	-875.000
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	-207.000	-245.000	31.000
6.01.02.10	Planos de pensão e saúde	-139.000	-137.000	-116.000
6.01.02.11	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-293.000	-85.000	-5.000
6.01.02.12	Outros Passivos	32.000	-41.000	-24.000
6.01.03	Outros	16.000	91.000	2.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.03.01	Outros Ajustes	16.000	91.000	2.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.253.000	-114.000	-2.838.000
6.02.01	Adições de imobilizados e intangíveis	-290.000	-394.000	-710.000
6.02.02	Adições em investimentos	-87.000	0	0
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos	13.000	1.000	25.000
6.02.04	Investimentos em títulos e valores mobiliários	2.614.000	278.000	-2.156.000
6.02.05	Dividendos recebidos	3.000	1.000	3.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.698.000	-2.661.000	2.589.000
6.03.01	Operações de mútuo	0	0	-6.950.000
6.03.02	Captações	0	0	11.151.000
6.03.03	Amortizações de principal	-7.717.000	-17.000	-202.000
6.03.04	Amortizações de juros	-1.481.000	-1.813.000	-462.000
6.03.05	Dividendos pagos a acionistas	-683.000	-684.000	-496.000
6.03.08	Cessões de direitos creditórios - FIDC	0	0	-380.000
6.03.09	Integralização de capital	6.313.000	0	0
6.03.10	Outras operações de financiamento	-130.000	-147.000	-72.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-185.000	-165.000	74.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	442.000	607.000	533.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	257.000	442.000	607.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	819.000	-1.118.000	0	-299.000
5.04.01	Aumentos de Capital	6.313.000	0	0	0	0	6.313.000
5.04.06	Dividendos	0	0	433.000	-433.000	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	386.000	-659.000	0	-273.000
5.04.08	Cisão	-6.313.000	0	0	-26.000	0	-6.339.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.151.000	564.000	1.715.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.151.000	0	1.151.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	564.000	564.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.000	-33.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.000	-33.000	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	3.897.000	0	-1.423.000	8.826.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-747.000	0	0	-747.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-747.000	0	0	-747.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-315.000	-1.453.000	-1.768.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-315.000	0	-315.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.453.000	-1.453.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-315.000	315.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-315.000	315.000	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.991.000	0	6.559.000	0	-429.000	12.121.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.991.000	0	6.559.000	0	-429.000	12.121.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	361.000	0	-1.291.000	0	0	-930.000
5.04.01	Aumentos de Capital	361.000	0	-361.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-206.000	0	0	-206.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-724.000	0	0	-724.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.161.000	-105.000	-1.266.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.161.000	0	-1.161.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-105.000	-105.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.161.000	1.161.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-1.161.000	1.161.000	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	104.841.000	106.179.000	116.309.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	104.592.000	106.536.000	118.758.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	206.000	284.000	472.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	43.000	-641.000	-2.921.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-83.076.000	-86.464.000	-98.450.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-78.079.000	-79.460.000	-89.819.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.991.000	-3.744.000	-3.677.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	-298.000
7.02.04	Outros	-3.006.000	-3.260.000	-4.656.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-3.006.000	-3.260.000	-4.656.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	21.765.000	19.715.000	17.859.000
7.04	Retenções	-447.000	-449.000	-466.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-447.000	-449.000	-466.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.318.000	19.266.000	17.393.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.083.000	1.698.000	1.693.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.000	-12.000	-7.000
7.06.02	Receitas Financeiras	801.000	1.439.000	1.446.000
7.06.03	Outros	276.000	271.000	254.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	22.401.000	20.964.000	19.086.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	22.401.000	20.964.000	19.086.000
7.08.01	Pessoal	1.383.000	1.874.000	1.450.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	806.000	827.000	821.000
7.08.01.02	Benefícios	515.000	981.000	565.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	62.000	66.000	64.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.145.000	16.959.000	16.709.000
7.08.02.01	Federais	973.000	134.000	-757.000
7.08.02.02	Estaduais	17.144.000	16.799.000	17.447.000
7.08.02.03	Municipais	28.000	26.000	19.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.722.000	2.446.000	2.088.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.03.01	Juros	1.368.000	2.084.000	1.737.000
7.08.03.02	Aluguéis	354.000	362.000	351.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.151.000	-315.000	-1.161.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	273.000	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	878.000	-315.000	-1.161.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	23.762.000	31.398.000	31.241.000
1.01	Ativo Circulante	10.703.000	12.289.000	12.844.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	483.000	655.000	810.000
1.01.03	Contas a Receber	5.528.000	7.679.000	8.114.000
1.01.04	Estoques	3.245.000	2.678.000	2.843.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	673.000	591.000	424.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	673.000	591.000	424.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	151.000	219.000	100.000
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições	522.000	372.000	324.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	40.000	47.000	41.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	734.000	639.000	612.000
1.01.08.03	Outros	734.000	639.000	612.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	74.000	62.000	112.000
1.01.08.03.02	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	514.000	540.000	457.000
1.01.08.03.03	Outros	146.000	37.000	43.000
1.02	Ativo Não Circulante	13.059.000	19.109.000	18.397.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.754.000	12.617.000	11.852.000
1.02.01.03	Contas a Receber	376.000	6.250.000	6.206.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.703.000	3.791.000	2.935.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.162.000	3.425.000	2.558.000
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições	541.000	366.000	377.000
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	182.000	183.000	188.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.493.000	2.393.000	2.523.000
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	1.000.000	950.000	798.000
1.02.01.09.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.469.000	1.419.000	1.685.000
1.02.01.09.06	Outros Realizáveis a Longo Prazo	24.000	24.000	40.000
1.02.02	Investimentos	36.000	45.000	46.000
1.02.03	Imobilizado	5.816.000	5.986.000	6.039.000
1.02.04	Intangível	453.000	461.000	460.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	23.762.000	31.398.000	31.241.000
2.01	Passivo Circulante	4.413.000	5.629.000	5.592.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	227.000	691.000	312.000
2.01.02	Fornecedores	2.682.000	2.650.000	3.047.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	214.000	833.000	692.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	185.000	805.000	644.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	29.000	28.000	48.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.156.000	1.316.000	1.428.000
2.01.05.02	Outros	1.156.000	1.316.000	1.428.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	273.000	635.000	616.000
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições	278.000	205.000	249.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	605.000	476.000	563.000
2.01.06	Provisões	134.000	139.000	113.000
2.01.06.02	Outras Provisões	134.000	139.000	113.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	134.000	139.000	113.000
2.02	Passivo Não Circulante	10.523.000	18.359.000	15.724.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.498.000	12.076.000	12.331.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.455.000	12.009.000	12.250.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	43.000	67.000	81.000
2.02.04	Provisões	6.025.000	6.283.000	3.393.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.079.000	2.090.000	1.105.000
2.02.04.02	Outras Provisões	3.946.000	4.193.000	2.288.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	3.932.000	4.172.000	2.262.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	14.000	21.000	26.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.826.000	7.410.000	9.925.000
2.03.01	Capital Social Realizado	6.352.000	6.352.000	6.352.000
2.03.04	Reservas de Lucros	3.897.000	3.045.000	4.107.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.423.000	-1.987.000	-534.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	84.567.000	86.637.000	97.280.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-78.200.000	-80.172.000	-89.967.000
3.03	Resultado Bruto	6.367.000	6.465.000	7.313.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.245.000	-6.480.000	-8.949.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.952.000	-3.845.000	-6.454.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-835.000	-828.000	-820.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-456.000	-1.806.000	-1.678.000
3.04.05.01	Tributárias	-172.000	-137.000	-208.000
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-284.000	-1.669.000	-1.470.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.000	-1.000	3.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.122.000	-15.000	-1.636.000
3.06	Resultado Financeiro	-557.000	-622.000	-299.000
3.06.01	Receitas Financeiras	376.000	682.000	505.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	376.000	682.000	505.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-933.000	-1.304.000	-804.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.231.000	-1.893.000	-1.597.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	298.000	589.000	793.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.565.000	-637.000	-1.935.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-414.000	322.000	774.000
3.08.01	Corrente	-196.000	-307.000	-815.000
3.08.02	Diferido	-218.000	629.000	1.589.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.151.000	-315.000	-1.161.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.151.000	-315.000	-1.161.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.151.000	-315.000	-1.161.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,99000	-0,27000	-1,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,99000	-0,27000	-1,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.151.000	-315.000	-1.161.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	564.000	-1.453.000	-105.000
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais - plano de pensão e saúde	609.000	-1.691.000	-90.000
4.02.02	IR e CSLL diferidos s/ perdas (ganhos) atuariais com planos de benefícios definidos	-45.000	238.000	-15.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.715.000	-1.768.000	-1.266.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.715.000	-1.768.000	-1.266.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.270.000	2.634.000	482.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.410.000	3.725.000	3.806.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	1.151.000	-315.000	-1.161.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Planos de Pensão e Saúde	503.000	382.000	317.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	2.000	1.000	-3.000
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	452.000	454.000	471.000
6.01.01.05	Perda na Recuperação de Ativos - Impairment	0	0	298.000
6.01.01.06	Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes	545.000	542.000	412.000
6.01.01.07	Resultado com alienação, baixa de ativos	34.000	-1.000	12.000
6.01.01.08	Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas	409.000	844.000	408.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social	414.000	-322.000	-774.000
6.01.01.11	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-40.000	676.000	2.919.000
6.01.01.13	Apropriação de seguros, aluguéis e outros	95.000	45.000	68.000
6.01.01.14	Provisão para Processos Judiciais	-11.000	985.000	747.000
6.01.01.15	Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	-144.000	434.000	92.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.157.000	-1.182.000	-3.327.000
6.01.02.01	Contas a receber	-154.000	536.000	-1.038.000
6.01.02.02	Estoques	-533.000	204.000	-235.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-7.000	-116.000	106.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-87.000	-45.000	-140.000
6.01.02.05	Bonificações antecipadas concedidas a clientes	-569.000	-359.000	-842.000
6.01.02.06	Outros ativos	-106.000	9.000	30.000
6.01.02.07	Fornecedores	38.000	-531.000	-259.000
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-96.000	-313.000	-879.000
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	-225.000	-273.000	21.000
6.01.02.10	Planos de pensão e saúde	-139.000	-137.000	-116.000
6.01.02.11	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-293.000	-85.000	-5.000
6.01.02.12	Outros Passivos	14.000	-72.000	30.000
6.01.03	Outros	17.000	91.000	3.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.03.01	Outros Ajustes	17.000	91.000	3.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.321.000	-72.000	-2.905.000
6.02.01	Adições de imobilizados e intangíveis	-298.000	-402.000	-723.000
6.02.02	Adições em investimentos	-2.000	0	0
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos	13.000	1.000	25.000
6.02.04	Investimentos em títulos e valores mobiliários	2.608.000	329.000	-2.208.000
6.02.05	Dividendos recebidos	0	0	1.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.763.000	-2.717.000	2.491.000
6.03.01	Operações de mútuo	0	0	-6.950.000
6.03.02	Captações	0	0	11.179.000
6.03.03	Amortizações de principal	-7.812.000	-115.000	-299.000
6.03.04	Amortizações de juros	-1.541.000	-1.875.000	-521.000
6.03.05	Dividendos pagos a acionistas	-683.000	-684.000	-496.000
6.03.08	Cessões de direitos creditórios - FIDC	-8.000	5.000	-380.000
6.03.09	Integralização de capital	6.313.000	0	0
6.03.10	Outras operações de financiamento	-32.000	-48.000	-42.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-172.000	-155.000	68.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	655.000	810.000	742.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	483.000	655.000	810.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000	0	7.410.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000	0	7.410.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	819.000	-1.118.000	0	-299.000	0	-299.000
5.04.01	Aumentos de Capital	6.313.000	0	0	0	0	6.313.000	0	6.313.000
5.04.06	Dividendos	0	0	433.000	-433.000	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	386.000	-659.000	0	-273.000	0	-273.000
5.04.08	Cisão	-6.313.000	0	0	-26.000	0	-6.339.000	0	-6.339.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.151.000	564.000	1.715.000	0	1.715.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.151.000	0	1.151.000	0	1.151.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	564.000	564.000	0	564.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.000	-33.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	33.000	-33.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	3.897.000	0	-1.423.000	8.826.000	0	8.826.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000	0	9.925.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000	0	9.925.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-747.000	0	0	-747.000	0	-747.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-747.000	0	0	-747.000	0	-747.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-315.000	-1.453.000	-1.768.000	0	-1.768.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-315.000	0	-315.000	0	-315.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.453.000	-1.453.000	0	-1.453.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-315.000	315.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-315.000	315.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000	0	7.410.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.991.000	0	6.559.000	0	-429.000	12.121.000	0	12.121.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.991.000	0	6.559.000	0	-429.000	12.121.000	0	12.121.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	361.000	0	-1.291.000	0	0	-930.000	0	-930.000
5.04.01	Aumentos de Capital	361.000	0	-361.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-206.000	0	0	-206.000	0	-206.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-724.000	0	0	-724.000	0	-724.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.161.000	-105.000	-1.266.000	0	-1.266.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.161.000	0	-1.161.000	0	-1.161.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-105.000	-105.000	0	-105.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.161.000	1.161.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-1.161.000	1.161.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000	0	9.925.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	105.549.000	106.697.000	116.753.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	105.291.000	107.072.000	119.161.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	218.000	301.000	511.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	40.000	-676.000	-2.919.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-83.591.000	-86.878.000	-98.762.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-78.541.000	-79.834.000	-90.067.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.044.000	-3.784.000	-3.741.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	-298.000
7.02.04	Outros	-3.006.000	-3.260.000	-4.656.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-3.006.000	-3.260.000	-4.656.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	21.958.000	19.819.000	17.991.000
7.04	Retenções	-452.000	-454.000	-471.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-452.000	-454.000	-471.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.506.000	19.365.000	17.520.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.111.000	1.753.000	1.740.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.000	-1.000	3.000
7.06.02	Receitas Financeiras	837.000	1.483.000	1.483.000
7.06.03	Outros	276.000	271.000	254.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	22.617.000	21.118.000	19.260.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	22.617.000	21.118.000	19.260.000
7.08.01	Pessoal	1.405.000	1.894.000	1.469.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	822.000	842.000	834.000
7.08.01.02	Benefícios	520.000	985.000	569.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	63.000	67.000	66.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.307.000	17.062.000	16.791.000
7.08.02.01	Federais	1.039.000	171.000	-720.000
7.08.02.02	Estaduais	17.240.000	16.864.000	17.490.000
7.08.02.03	Municipais	28.000	27.000	21.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.754.000	2.477.000	2.161.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.03.01	Juros	1.399.000	2.116.000	1.811.000
7.08.03.02	Aluguéis	355.000	361.000	350.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.151.000	-315.000	-1.161.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	273.000	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	878.000	-315.000	-1.161.000

Relatório da Administração

Relatório da Administração 2017

Prezados Acionistas,

A Administração da Petrobras Distribuidora S.A. (B3: BRDT3) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do ano de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, sem ressalvas, que foi discutido e revisado pela Administração.

PERFIL

A Petrobras Distribuidora é a maior distribuidora de combustíveis e lubrificantes do Brasil em volume de vendas.

A Companhia foi constituída em 1971 para assumir as atividades de distribuição e comércio de produtos de petróleo e derivados, então realizadas pela sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. A Companhia possui a maior capilaridade do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes do Brasil, servindo mais de 8.000 postos de serviço com bandeira "BR" e, aproximadamente, 14.000 clientes dos segmentos de Grandes Consumidores, produtos de aviação e outros, conforme definidos a seguir. A Companhia opera por meio da maior estrutura logística na categoria do país (conforme dados divulgados pela ANP), que inclui 91 bases de armazenamento de combustível, 15 depósitos de lubrificantes e 109 postos de abastecimento em aeroportos, todos estrategicamente distribuídos ao longo das cinco regiões brasileiras. Com essa plataforma, a Companhia é capaz de suprir eficientemente as demandas de todos os seus clientes em qualquer município brasileiro.

A Companhia é líder no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes no país em volume de vendas, e acredita que se destaca pela excelência e qualidade dos produtos e serviços que oferece em todos os seus segmentos operacionais, quais sejam:

- Rede de Postos

  Consiste na comercialização de combustíveis, lubrificantes, gás natural veicular, etanol, Arla 32 e soluções de conveniência para os postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Os preços praticados para o segmento Rede de Postos são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

Relatório da Administração

- Grandes Consumidores

  Consiste na comercialização de combustíveis, lubrificantes, Arla 32 e prestação de serviços associados aos grandes consumidores atendidos pela Companhia. Os preços praticados pela Companhia no segmento Grandes Consumidores são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

- Aviação

  Consiste na comercialização de querosene de aviação (JET-A1) e gasolina de aviação e prestação de serviços para aviação em aeroportos do país para companhias aéreas, aviação militar e aviação executiva que operam no setor de transporte aéreo doméstico e para o exterior. Os preços praticados pela Companhia no segmento Produtos de Aviação são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia, que varia de acordo com os preços do mercado internacional e pela taxa de câmbio. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

- Outros Negócios (Produtos Químicos, Energia e Asfaltos)

  No negócio de Produtos Químicos a Companhia atua no beneficiamento e na distribuição de produtos como enxofre, solventes hidrocarbônicos e especialidades químicas. Entre os setores da economia atendidos estão os de óleo e gás, química fina, agronegócio, tintas, adesivos, domissanitários e borrachas. Na comercialização de Energia a Companhia é o maior distribuidor de coque verde de petróleo (CVP) no mercado nacional. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela operação da concessão de gás natural no estado do Espírito Santo, atendendo cerca de 47 mil residências. No negócio de Asfaltos a Companhia produz e comercializa produtos asfálticos por meio de sua subsidiária integral Stratura Asfaltos S.A., tais como cimentos e emulsões asfálticas, asfalto borracha e asfalto diluído de petróleo (ADP). A Companhia é maior distribuidora de asfaltos do País, conforme dados divulgados pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Asfaltos – ABEDA.

Relatório da Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2017, nossa companhia teve sucesso em recuperar prejuízos registrados em exercícios anteriores. O lucro líquido chegou a R$ 1.151 milhões, depois de um prejuízo líquido de R$ 315 milhões em 2016.

O endividamento da companhia também se reduziu, com a reestruturação societária e o consequente aporte de capital de R$ 6,3 bilhões realizado pela Petrobras, além da liquidação antecipada de notas de crédito à exportação (NCEs) junto ao Banco do Brasil e ao Bradesco. Em resumo, chegamos a 31 de dezembro de 2017 com uma dívida líquida de R$ 3,9 bilhões, montante 59% abaixo do exercício anterior. Com isso, nossa relação dívida líquida/EBITDA ajustado encerrou 2017 em 1,3 vezes.

No âmbito da cultura da segurança, o nosso comprometimento nas operações é permanente para fazer da BR um lugar cada vez mais seguro de se trabalhar. Estamos em estado de vigilância constante, na busca de reduzir a zero o número de acidentes. A Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) em 2017 (0,86) teve uma queda de 12% em relação a 2016 (0,98). Essa redução contínua no indicador reflete a efetividade dos programas de prevenção de acidentes, bem como o compromisso de toda a alta liderança com a segurança dos trabalhadores.

Encerramos 2017 com 3.240 empregados, uma redução de 474 em relação a 2016 (-13%). Essa diminuição decorreu da realização do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária, o PIDV BR 2016, nossa principal ação voltada para adaptação do efetivo à eficiência operacional e otimização de custos. A iniciativa demonstra o nosso compromisso com o balanceamento de efetivo e despesas.

Todos estes resultados foram alcançados em um cenário desafiador. O mercado de distribuição de combustíveis apresentou leve recuperação de volumes comercializados, sinalizando o início da recuperação da atividade econômica no país. No entanto, segmentos importantes para nós – como clientes industriais e termelétricas – não retomaram os níveis de vendas nos patamares anteriores à crise econômica. Adicionalmente, houve ainda a entrada de novos players no mercado, acirrando a concorrência.

Para responder a estes desafios, em 2017 a BR executou diversas ações para posicionar-se de forma mais competitiva. Identificamos a necessidade de fomentar comportamentos alinhados aos balizadores do Plano de Negócios e Gestão e aos valores do Sistema Petrobras. Estabelecemos, com isso, uma ampla carteira de projetos com o intuito de alinhar a cultura organizacional ao plano estratégico da organização, a fim de criar condições favoráveis à sua implementação.

O InovaBR é um exemplo de iniciativa que faz parte deste grande projeto de mudança de cultura organizacional. É o nosso programa de inovação, que busca estruturar um processo integrado para organizar, priorizar, acelerar e viabilizar inovações em nossa companhia.

Relatório da Administração

Isso simboliza, em linhas gerais, a mudança de uma empresa que tem o desafio diário de ser reinventar, em linha com o que a sociedade e os nossos clientes demandam.
Neste ano, ainda reforçamos a governança, a gestão de riscos e a conformidade. É mais uma etapa da reorganização da companhia, que começou em 2016, e segue com o Transforma BR de modo a implementar uma nova estrutura organizacional que otimize processos, propicie ainda maiores reduções de custos e dê mais agilidade, com o objetivo de aumentar a sustentabilidade do negócio. Aprovamos também a reforma do Estatuto Social da BR, que coloca a empresa acima das exigências legais aplicáveis às companhias abertas e ao regulamento do Novo Mercado, reafirmando nossa visão de ser referência de mercado.

Continuamos aperfeiçoando as medidas de prevenção, detecção e apuração de desvios de fraude ou corrupção, fortalecendo a visão integrada dos riscos corporativos e orientando as atividades de conformidade e controles internos, o que contribui para o fortalecimento da integridade empresarial da Petrobras Distribuidora. Temos hoje diversos agentes internos de *compliance*, que têm o compromisso de atuar como disseminadores da cultura de conformidade, incentivando discussões e auxiliando no desdobramento de orientações quanto à observância das leis e normas internas.

Na área de *compliance* concorrencial a Companhia, como parte integrante da Plural – Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência - apóia o Movimento Combustível Legal e defende ações que venham a combater atividades anticoncorrenciais e fraudulentas como sonegação, inadimplência de tributos e fraudes nas bombas.

Em 14 de dezembro de 2017, a Comissão de Valores Mobiliários deferiu o registro de oferta pública de distribuição secundária de ações da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. No dia seguinte, foi iniciada a negociação das ações da Companhia na B3. Desde o IPO, nossas ações apresentaram valorização superior a 40%, elevando o valor de mercado da Companhia de aproximadamente R$17 bilhões na data de início de negociações na B3 para aproximadamente R$26 bilhões até 01 de março de 2018. Nossa empresa está preparada para o crescimento, com foco no aumento da rentabilidade, segurança, empoderamento das pessoas e valorização da nossa marca, imagem e reputação. Precisamos seguir adiante nessa jornada – fazendo mais e melhor –, buscando agilidade e foco no mercado, cumprindo o nosso propósito de oferecer e distribuir os produtos e serviços que movem pessoas e negócios a realizarem todo o seu potencial. Vamos fazer essa roda girar.

Ivan de Sá

Presidente

Relatório da Administração

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A sustentabilidade, juntamente com agregação de valor, marca e inovação, é um dos direcionadores de nosso Plano Estratégico.

Em 2017, construímos a Agenda de Sustentabilidade da Companhia, norteada por sete compromissos (reduzir as emissões de gases de efeito estufa; reduzir os impactos socioambientais da nossa infraestrutura; gerar impacto positivo na mobilidade das pessoas; ampliar o uso de energias renováveis nos nossos negócios; promover o consumo consciente; promover ambiente de negócios ético; estabelecer parcerias visando a geração de valor compartilhado) e por ações de aprimoramento da gestão em sustentabilidade. No processo de elaboração da agenda foram considerados os temas da nossa matriz de materialidade, o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE - e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Neste ano de 2017 também demos continuidade à revitalização do Cidadão Capaz, nosso projeto de adaptação de Postos Petrobras, com base na NBR-9050/2004, para que pessoas com deficiência possam ser empregadas na rede. No último trimestre contamos com a ANDEF - Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos para apoiar os nossos revendedores na contratação e treinamento de funcionários portadores de necessidades especiais.

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

No que se refere à Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, buscamos a sustentabilidade em atividades e processos e nos comprometemos com as melhores práticas do mercado de distribuição, com a melhoria contínua e com a minimização dos impactos adversos inerentes aos negócios, alinhados ao nosso Plano Estratégico e PNG.

A Taxa de Acidentados Registráveis - TAR em 2017 (0,86) teve uma redução de 13% em relação à 2016 (0,98). Isto representa uma diminuição de 21% acidentados com lesão nos trabalhadores e corresponde a menos 6 acidentados em 2016. Este resultado reflete a efetividade dos programas de prevenção de acidentes implantados, bem como o compromisso da alta liderança com a segurança dos trabalhadores.

Na gestão da segurança e contingência atuamos em prevenção, redução da acidentalidade, controle dos riscos e prontidão para situações de emergência. Em alinhamento com a Petrobras, destacamos o Programa Compromisso com a Vida, focado no reforço da segurança de processo baseada em análises de riscos, na obrigação de fazer, nas ações integradas e no sistema de consequências; e a implantação das 10 regras de ouro, cujo objetivo é prevenir danos às pessoas e fortalecer a cultura de segurança.

Também atuamos por meio do Programa Obras Seguras, focado em unidades operacionais, reduzindo o risco de acidentes em obras; realizamos simulados de emergência; coordenamos o Programa de Gerenciamento de Risco no Transporte, com

ênfase na universalização do monitoramento da frota a serviço da Petrobras Distribuidora; e ressaltamos a continuidade do Programa Motorista DEZtaque, que reconhece os motoristas pelo seu desempenho e manutenção dos indicadores de segurança e sustentabilidade socioambiental.

A gestão ambiental é suportada por sistemas de informação, e busca a melhoria do desempenho com ações sistemáticas que promovem a redução do uso dos recursos naturais, a atuação ecoeficiente e o atendimento à conformidade legal.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL

Recursos Humanos

A Petrobras Distribuidora vem passando por um momento relevante em sua trajetória, marcado por fatos que impactam, dentre outros aspectos, imagem e reputação, resultados e a força de trabalho, exigindo a tomada de um conjunto de ações visando à sustentabilidade do negócio.

O mercado vem se transformando com as mudanças na forma de interação das pessoas com as organizações e com o trabalho. A busca por relações mais horizontais, flexíveis, com espaço para diálogos francos, respeito às individualidades e oportunidades concretas de aprendizagem e desenvolvimento profissional exige a reinvenção das empresas. Em vista disso, em 2017, temos gerido a mudança organizacional revisitando nossos processos, alinhados às tendências de mercado. Entre tais medidas, destacamos a disponibilização de ferramentas que favorecem o diálogo, a geração de ideias e a inovação, bem como o aprimoramento da gestão do desempenho com foco na meritocracia.

Em 2017 conduzimos o Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV BR 2016 que teve o objetivo de adequar o efetivo da companhia considerando o plano de desinvestimento e as metas do PNG 2017-2021, atendendo aos interesses da empresa, compatibilizando-os com as expectativas dos empregados, preservando os conhecimentos existentes e garantindo a continuidade operacional da companhia.

As inscrições foram voluntárias e abrangeram todos os empregados com, pelo menos, 10 anos de tempo de companhia, completos até 30/12/2016, independentemente de cargo ou função. O início das saídas foi em 17/01/2017 e tivemos 712 empregados desligados de um total de 1.105 inscritos.

Fechamos 2017 com 3.240 empregados, uma redução de 474 empregados, o que corresponde a uma diminuição de 12,8% em relação a 2016. Atualmente 1,5% dos empregados são PNE - Pessoas com Necessidades Especiais. Seguem abaixo alguns indicadores de evolução e do perfil do efetivo.

Relatório da Administração



Em 2017, investimos R$ 6,6 milhões em programas de capacitação e desenvolvimento. Considerando todas as modalidades oferecidas - internos, externos, à distância e treinamento no local de trabalho - totalizamos mais de 166 mil horas de treinamento com carga horária média, por empregado, de 50 horas.

Visando a preservação dos conhecimentos existentes e garantir a continuidade operacional, avançamos na cultura de gestão do conhecimento por meio de ações de fomento ao uso da minhaBR, uma ferramenta colaborativa que permite a interação, direta ou por meio de comunidades técnicas, entre diversas pessoas e também a disponibilização e compartilhamento de conhecimentos.

Nesse ano, foi disponibilizada a versão mobile, possibilitando o acesso e a interação com as comunidades e algumas outras funcionalidades da minhaBR. Além disso, foram criadas 147 novas comunidades, totalizando 348.

Uma das sistemáticas adotadas pela companhia para disseminar conhecimentos são os cursos de ensino a distância (EAD), que em 2017 alcançou mais de 12.600. Para esta modalidade, fizemos o lançamento de 16 títulos, entre eles Seja Inovador, Marketing de Relacionamento, Produtos e Serviços BR - Lubrificantes e Aprendendo a Aprender, que reforça a necessidade e os métodos de aprendizagem continuada para a melhoria da criatividade e produtividade. Além disso, capacitamos toda a Força de Trabalho no treinamento Regras de Ouro, voltado para a sensibilização de toda a força de trabalho sobre as boas práticas de segurança no trabalho, tema este que está representado no TAR (Taxa de Acidentados Registráveis) que é uma das metas de topo do Sistema Petrobras.

Consolidamos o processo de sucessão com provimento de 100% das posições gerenciais de acordo com o Modelo Corporativo de Sucessão, que considera rodízio gerencial e *assessment center* para análise de perfil. Provemos 74 posições por meio de *assessment center*, crescimento de 825% em relação ao ano anterior, quando preenchemos 8 posições.

O banco de potenciais líderes BR, que contava inicialmente com 83 empregados, foi considerado nos processos de provimento para primeiras posições de liderança (coordenações e gestão de equipes) com 9 promoções: 8 à função gerencial e 1 à coordenação.

Governança Corporativa Diferenciada

A Companhia aprovou a reforma de seu estatuto social, em adequação à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que elevou os padrões de governança a serem seguidos pelas empresas estatais e respectivas controladas ("Lei nº 13.303"), e às exigências do Novo Mercado, com a criação de comitês estatutários vinculados ao Conselho de Administração (Comitê de Auditoria; Comitê de Riscos e Financeiro; Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão; e Comitê de Minoritários, os dois primeiros já instalados e em funcionamento).

O Conselho de Administração será composto por dez membros sendo, no mínimo, 50% independentes, sendo dois indicados pela Petrobras, por meio de lista tríplice elaborada por empresa especializada, e três diretamente indicados pelos acionistas minoritários. Além disso, os mandatos foram unificados para dois anos, de acordo com a Lei 13.303 e o Regulamento do Novo Mercado. Foram também limitadas as reconduções (máximo de três), estabelecendo os mesmos parâmetros para os membros da Diretoria Executiva. A eleição dos membros independentes do Conselho de Administração ocorrerá na primeira Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2018, conforme previsto no estatuto social.

Também foi aprovada uma política de indicação dos membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, e a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia foi revisada. Em relação à esta última política, o Comitê de Minoritários avaliará as transações que são da alçada do Conselho de Administração a serem realizadas com a União, suas fundações e autarquias, com a Petrobras e com estatais federais. Nestes dois últimos casos, as transações fora do curso normal dos negócios precisarão ser aprovadas por dois terços dos membros do Conselho de Administração.

A Companhia aperfeiçoou a implantação de mecanismos de prevenção, detecção e resposta a eventos de fraude e corrupção, englobando, dentre outras iniciativas, a avaliação de integridade para designação de membros da administração e de todos os gerentes da Companhia (background check), além da realização de treinamentos para seus empregados com foco na disseminação de padrões éticos.

Ademais, a Diretoria Executiva e Gerências Executivas da Companhia são compostas por profissionais com extensa experiência e know-how em suas áreas, e com conhecimento nos respectivos mercados de atuação. Todos os atuais membros da Diretoria Executiva, por exemplo, possuem mais de 20 anos de experiência profissional, e vasta atuação no setor de distribuição de combustíveis.

MERCADO DE CAPITAIS

Abertura de Capital da Petrobras Distribuidora

Em 15 de dezembro de 2017 foi iniciada a negociação de ações da Companhia no Segmento Especial da B3 denominado "Novo Mercado", que observa o mais elevado nível de governança corporativa.

A oferta secundária de ações, por meio da qual foram vendidas 28,75% das ações até então detidas pela controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, resultou na captação de mais de R$5 bilhões que foram integralmente recebidos pela Petrobras, em uma das maiores aberturas de capital ocorridas no Brasil desde 2013.

As ações, que tiveram preço inicial fixado em R$15, apresentam desde o início de negociações valorização superior a 46,6% até 01 de março de 2018, refletindo o sucesso da operação.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2017, sem prejuízo de outras eventuais distribuições, no valor de R$ 659 milhões, correspondente a R$ 0,56527346761767 centavos por ação.

Referido pagamento às ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, bem como às demais ações escrituradas perante o Banco Bradesco S. A., será efetuado até 31 de julho de 2018, com base na posição acionária de 1° de fevereiro de 2018 (inclusive).

Os juros sobre o capital próprio serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2017 até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa Selic.

Adicionalmente, a Administração da Companhia encaminhará à deliberação da Assembleia Geral Ordinária que acontecerá em 25 de abril de 2018 proposta de pagamento de dividendos adicionais de R$433 milhões, totalizando, entre juros sobre capital próprio e dividendos propostos, uma remuneração total ao acionista de R$1.092 milhões (R$0,94/ação), equivalentes a aproximadamente 95% do lucro líquido apurado no exercício social de 2017.

Relatório da Administração

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nossos instrumentos de gestão empresarial são pautados em nossos Código de Ética e Código de Boas Práticas e nas Diretrizes de Governança Corporativa.

O artigo 24 do nosso Estatuto Social determina que os auditores independentes não poderão nos prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria.

Durante o exercício de 2017, a Companhia registrou os seguintes gastos relacionados aos serviços de auditoria, incluindo nossas Controladas e Operações em Conjunto:

Serviços dos auditores independentes	R$ mil
Auditoria Contábil	827
Auditoria Tributária	62
Procedimentos previamente acordados	12
Total dos serviços	**901**

A KPMG Auditores Independentes iniciou seus serviços de auditoria externa para a Petrobras Distribuidora em 2017. Entre 2012 e 2016, os serviços de auditoria externa foram prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

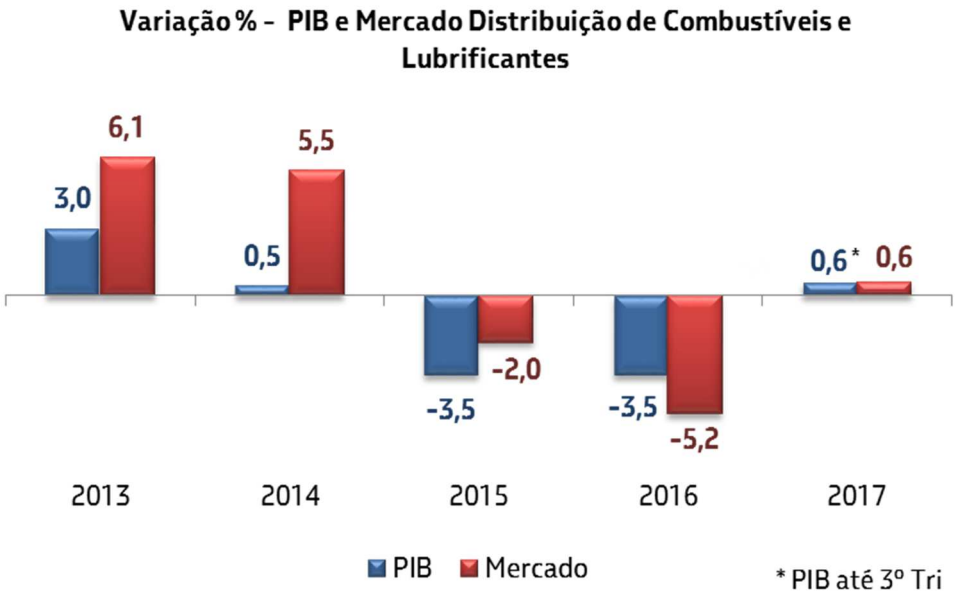
RESULTADOS E NEGÓCIOS

Análise do Mercado de Distribuição

O mercado nacional de distribuição de combustíveis e lubrificantes em 2017 teve alta de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, interrompendo assim dois anos consecutivos de queda.

A melhora do ambiente macroeconômico pelo aumento do consumo das famílias, especialmente no 2º semestre desse ano, efeito do recuo da inflação e da taxa de juros, associada a um ligeiro aumento da massa salarial por uma leve melhora no mercado de trabalho, contribuíram para a recuperação na demanda de combustíveis, verificada desde o mês de maio/17.

Relatório da Administração



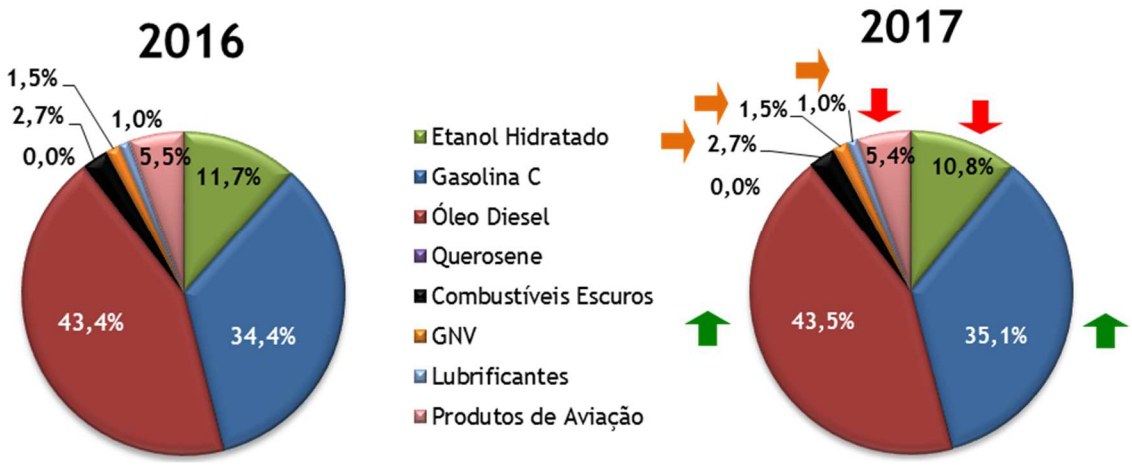
Em 2017 foram comercializados 125,9 milhões de m³ de combustíveis e lubrificantes.

O consumo de gasolina subiu em 2017, aumentando sua participação em 0,7 p.p. para 35,1 % na matriz de consumo de combustíveis e lubrificantes.

Por outro lado, a queda do consumo de etanol e de combustíveis de aviação reduziram suas participações na matriz energética, conforme demonstrado a seguir.

Já o consumo de diesel, com ligeira alta de 0,9%, teve leve aumento na sua participação na matriz de consumo de combustíveis e lubrificantes.

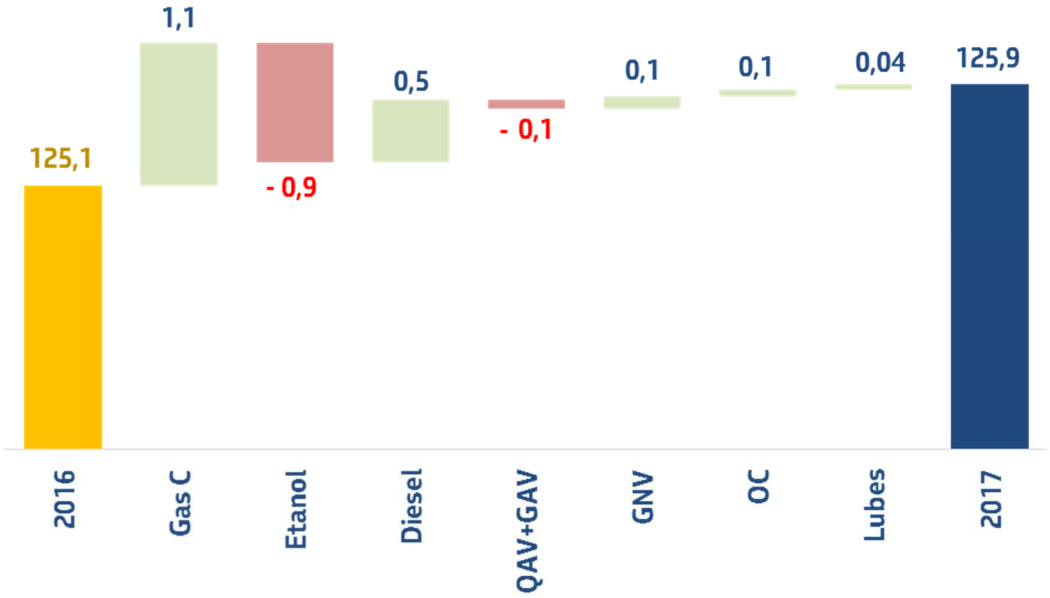
Participação dos Produtos – Mercado Global



Relatório da Administração

A ligeira alta de consumo de combustíveis e lubrificantes de 0,6% foi devido ao comportamento das vendas de gasolina, óleo diesel, GNV e óleo combustível, que subiram 2,6%, 0,9%, 5,5% e 1,6%, respectivamente. O Ciclo Otto (gasolina C + etanol H + GNV) teve aumento de 1,1%, apesar da queda de 6,5% do consumo de etanol hidratado, compensada pelo crescimento na gasolina.

Mercado Total: Variação Volume por Produto 2016 x 2017 (milhão m3)



O consumo da gasolina em 2017 aumentou 2,6% sobre igual período de 2016, após já ter subido 4,6% em 2016 face 2015. Ao longo de todo o primeiro semestre de 2017 o preço da gasolina ficou mais competitivo em relação ao etanol hidratado, favorecendo o consumo de gasolina. No entanto, a partir do segundo semestre de 2017, o preço da gasolina se tornou um pouco menos competitivo em relação ao do etanol hidratado, levando a uma redução no aumento do consumo em relação ao mesmo período de 2016. Por outro lado, o consumo de etanol, que teve uma queda expressiva ao longo do primeiro semestre de 2017, foi favorecido ao longo do segundo semestre, porém ainda terminou o ano com uma queda de 6,5%, após também ter tido queda de 18,3% em 2016.

Quanto ao consumo de combustíveis escuros, houve aumento de 1,6% em 2017 em relação ao mesmo período de 2016, interrompendo dois anos consecutivos de queda. Tal desempenho decorreu do religamento das térmicas a partir de agosto até novembro de 2017, devido ao risco hidrológico pelos baixos estoques dos reservatórios das hidrelétricas.

O mercado de diesel apresentou alta de 0,9%, mostrando recuperação após dois anos de queda. Contribuiu para este crescimento a safra recorde de grãos em 2017, com previsão

de crescimento de 29,5% (IBGE). Já o volume de cargas movimentadas pelo setor de transportes rodoviários, altamente demandante de óleo diesel, se recuperou ao longo do ano de 2017, com crescimento em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O consumo de combustíveis de aviação encolheu pelo terceiro ano consecutivo. Teve queda de 1,1% em 2017, após retração de 8,0% em 2016 e 1,7% em 2015. A leve recuperação da atividade econômica no segundo semestre levou a uma redução de queda sobre igual período de 2016, mas ainda não suficiente para reverter a queda no consumo.

As medidas tomadas pelas companhias aéreas, como otimização de malha aérea, retirada de aeronaves e redução da oferta de passagens foram fatores que também influenciaram negativamente o consumo.

Em 2017, as importações de gasolina e de diesel realizadas por importadores autorizados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) cresceram em relação ao ano anterior.

Em março de 2017 aumentou-se o percentual de biodiesel no diesel de 7% para 8%. A partir de março de 2018 esse percentual passará para 10% (B10).

Em julho de 2017, o Governo com o objetivo de aumentar a arrecadação federal, aumentou a alíquota de PIS/Cofins para a gasolina (R$ 0,3816 para R$ 0,7925 por litro), diesel (R$ 0,2480 para R$ 0,4615 por litro) e etanol hidratado, dividido entre produtores (R$ 0,12 para R$ 0,1309 por litro) e distribuidoras (zero para R$ 0,1109).

Em julho de 2017, a Petrobras implementou alteração na política de preços, com reajustes diários, buscando refletir maior aderência à flutuação dos preços internacionais.

Nota: Os dados de mercado estão sujeitos a revisão, caso ocorra alteração por parte da ANP.

Análise do desempenho financeiro de 2017

Medições não contábeis – EBITDA, EBITDA Ajustado e margem EBITDA ajustado

Desde 1º de janeiro de 2013, a Companhia calcula seu EBITDA, de acordo com a Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012.

O EBITDA é uma medição não contábil utilizada pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras, nos termos das orientações do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP n.º 01/2007. Tal medição consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização.

Relatório da Administração

O EBITDA ajustado da Companhia é uma medição adotada pela Administração e consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da amortização das bonificações antecipadas a clientes, perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa do sistema isolado e interligado de energia, perdas e provisões com processos judiciais, plano de incentivo do desligamento voluntário (PIDV), gastos com anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras. A descrição de cada um desses ajustes encontra-se na nota explicativa de número 26 às Demonstrações Contábeis de 2017 e é parte integrante desta divulgação de resultados.

A Margem EBITDA Ajustado é um índice calculado por meio da divisão do EBITDA Ajustado pelo volume de produtos vendidos. A Companhia utiliza a Margem EBITDA Ajustado por entender ser um bom indicador da rentabilidade de seus segmentos de negócios.

Reconciliação do EBITDA	**Consolidado**		
R$ milhões	**2017**	**2016**	**%**
Composição do EBITDA			
Lucro (Prejuízo) Líquido	1.151	(315)	-465,4%
Resultado financeiro líquido	557	622	-10,5%
Imposto de renda e contribuição social	414	(322)	-228,6%
Depreciação e amortização	452	454	-0,4%
EBITDA	**2.574**	**439**	**486,3%**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Setor Elétrico (Sistema Isolado e Interligado)	(155)	411	-137,7%
Perdas e provisões com processos judiciais e administrativos	119	1.079	-89,0%
Amortização de bonificações antecipadas concedidas a clientes	545	542	0,6%
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV	(144)	434	-133,2%
Programa de Anistias Fiscais	80	6	1233,3%
Despesas tributárias sobre resultado financeiro	48	84	-42,9%
EBITDA AJUSTADO	**3.067**	**2.995**	**2,4%**
Volume de produtos vendidos (milhões de m3)	43,2	45,8	-5,7%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (R$/m3)	**71**	**65**	**9,2%**

Desempenho dos Segmentos de Negócios 2017

Rede de postos

Em 2017, aumentamos nossa rede de postos em 269 estações, intensificando nossa estratégia de expansão da rede com rentabilidade, aproveitando a oportunidade de embandeiramento de postos bandeira-branca resultante da redução da arbitragem de importação de produtos.

Dentro do segmento de Rede de Postos destacamos:

Lojas de Conveniência BR Mania

Em 2017, a BR Mania atingiu a marca de 1.348 unidades, sendo 485 com BR Mania Café, 231 com BR Mania Padaria e 124 com o serviço Sanduíches e Saladas.

Relatório da Administração

Foram lançados 17 produtos na linha de food service de marca própria, que conta com 170 itens. No período, houve também o lançamento, na Expopostos em SP, de 2 serviços: Burgueria e Pizzaria BR Mania.

Com a expansão dos acordos comerciais com a indústria, que trouxeram investimento de parceiros na BR Mania, propiciamos ações promocionais à rede de franqueados em todos os meses do ano, além do aumento de lucratividade.

Um dos marcos de 2017 foi a obtenção, pela 4ª vez consecutiva, do Selo de Excelência em Franchising, concedido pela ABF (Associação Brasileira de Franchising). A BR Mania é a única loja de conveniência do segmento de distribuição de combustíveis que possui o selo de excelência.

Centros de lubrificação Lubrax+

A rede Lubrax+ registrou mais um período de expansão em 2017, totalizando 1.648 unidades. Mais de 2.500 lubrificadores foram treinados em toda a rede desde o início da franquia, em 2011.

Em 2017 ampliamos nossas parcerias com a indústria e realizamos um calendário promocional diversificado, atraindo novos consumidores para a rede.

Desempenho da Rede de Postos

A receita líquida ajustada da Rede de Postos reduziu em 3,1%, passando a R$50.999 milhões em 2017, de R$52.634 milhões em 2016. Esta diminuição é explicada principalmente em função da redução de 4,4% do volume de produtos vendidos, especialmente de diesel, que reduziu 4,6% e do ciclo otto com redução de 1,9%, parcialmente compensados pelo aumento de 1,4% nos preços médios de realização.

O lucro bruto ajustado reduziu em 4,2%, passando a R$3.772 milhões em 2017, de R$3.936 milhões em 2016. Esta diminuição é explicada principalmente pela redução de 4,4% do volume de produtos vendidos, parcialmente compensada pelo aumento de 0,3% nas margens médias de comercialização dos produtos da Rede de Postos.

As despesas operacionais totais ajustadas aumentaram 3,2%, passando a R$1.443 milhões em 2017, de R$ 1.398 milhões em 2016, acompanhando a inflação oficial no período, medida por meio do IPCA.

O EBITDA ajustado apresentou redução de 8,2%, passando a R$2.329 milhões em 2017, de R$2.538 milhões em 2016, em decorrência da queda de 4,2% do lucro bruto, associada ao aumento de 3,2% das despesas operacionais. A Margem EBITDA ajustado apresentou redução de 4,0%, passando a R$102/m3 em 2017, de R$106/m3 em 2016.

A Rede de Postos representa aproximadamente 60% das Receitas Liquidas totais e 75% do EBITDA ajustado total da Companhia.

Grandes Consumidores

Em 2017, atendemos cerca de 10 mil clientes do mercado de grandes consumidores, resultando em 11,2 milhões de m³ de produtos vendidos.

Apesar da retração de mercado que iniciou com a crise econômica em 2016 e o clima persistente de instabilidade política, o mercado consumidor apresentou sinais de recuperação no 2º semestre de 2017.

Neste contexto, a receita líquida ajustada reduziu em 3,4%, passando a R$22.450 milhões em 2017, de R$23.247 milhões em 2016. Esta diminuição é explicada principalmente em função da redução de 5,1% do volume de produtos vendidos, especialmente de diesel, que reduziu 7,7%, consequência do menor volume de vendas a térmicas, parcialmente compensado pelo aumento de 1,8% nos preços médios de realização dos produtos

O lucro bruto reduziu em 1,4%, passando a R$1.701 milhões em 2017, de R$1.726 milhões em 2016. Esta diminuição é explicada principalmente pela redução de 5,1% do volume de produtos vendidos, parcialmente compensada pelo aumento de 3,9% nas margens médias de comercialização.

As despesas operacionais totais reduziram 12,5%, passando a R$930 milhões em 2017, de R$ 1.063 milhões em 2016 em função das menores despesas com fretes de entrega de produtos, despesas gerais e pessoal.

O EBITDA Ajustado apresentou aumento de 16,3%, passando a R$771 milhões em 2017, de R$663 milhões em 2016, em decorrência da queda de 12,5% das despesas operacionais. A Margem EBITDA ajustado apresentou aumento de 22,6%, passando a R$69/m3 em 2017, de R$56/m3 em 2016.

O segmento de Grandes Consumidores representa 26% das Receitas Liquidas e 25% do EBITDA Ajustado total da Companhia.

Aviação

Em 2017, foram aproximadamente 62,3 mil operações de abastecimentos de aeronaves por mês, em atendimentos a cerca de 1,5 mil clientes em todo o território nacional.

O mercado apresentou retração na ordem de 1,7% em comparação a 2016. Todavia, a partir do segundo semestre, foram percebidos sinais de recuperação nos diferentes segmentos de clientes.

Os contratos com as principais companhias aéreas nacionais e estrangeiras são vigentes até meados de 2018, quando ocorrerá nova rodada de negociações comerciais.

Relatório da Administração

Fechamos 2017 com uma rede de 108 aeroportos distribuídos em todas as regiões do país. Como resultado da otimização de nossas operações, encerramos as atividades em 2 localidades: Primavera do Leste/MT e Jundiaí/SP; e, começamos a operar dois novos aeroportos no nordeste: Aracati/CE e Jericoacoara/CE.

Neste contexto, a receita líquida ajustada aumentou em 12,2%, passando a R$6.947 milhões em 2017, de R$6.189 milhões em 2016. Este aumento é explicado principalmente em função do aumento de 10,9% nos preços médios de realização dos produtos.

O lucro bruto aumentou em 28,6%, passando a R$723 milhões em 2017, de R$562 milhões em 2016. Este aumento é explicado principalmente pelo incremento de 27,2% nas margens médias de comercialização. A melhor gestão de riscos cambiais levou a um melhor desempenho do lucro bruto em 2017 em relação ao ano de 2016.

As despesas operacionais totais ajustadas reduziram 9,6%, passando a R$451 milhões em 2017, de R$ 499 milhões em 2016, em função das menores despesas com pessoal.

O EBITDA Ajustado de 2017 foi de R$272 milhões e a Margem EBITDA ajustado alcançou R$72/m3 .

O segmento de Aviação representa aproximadamente 8% das Receitas Liquidas e 9% do EBITDA Ajustado total da Companhia.

Outros Negócios Produtos Químicos, Energia e Asfaltos)

Realizamos em 31 de maio de 2017 a cisão parcial dos ativos da Petrobras Distribuidora relacionados ao negócio de asfaltos, com incorporação da parcela cindida na Stratura Asfaltos, nossa subsidiária integral, que passou a ser a responsável por toda a atividade neste segmento a partir de 1º de junho de 2017.

A receita líquida ajustada reduziu em 8,0%, passando a R$4.702 milhões em 2017, de R$5.109 milhões em 2016. Este queda é explicada principalmente pela redução de 15,8% nos volumes de produtos vendidos, parcialmente compensada pelo aumento de 9,3% dos preços médios de realização.

O lucro bruto ajustado reduziu em 7,6%, passando a R$738 milhões em 2017, de R$799 milhões em 2016, em função da redução de 15,8% nos volumes vendidos, parcialmente compensada pelo aumento de 9,7% nas margens médias de comercialização em relação a 2016.

As despesas operacionais totais ajustadas reduziram 20,4%, passando a R$317 milhões em 2017, de R$ 398 milhões em 2016.

O EBITDA Ajustado de 2017 apresentou aumento de 5%, passando a R$421 milhões, de R$401 milhões em 2016 e a Margem EBITDA ajustado aumentou 24,6%, passando a R$79/m3 em 2017, de R$63/m3 em 2016.

O segmento de Outros representa aproximadamente 6% das Receitas Liquidas e 14% do EBITDA Ajustado total da Companhia.

Desempenho Consolidado 2017

A receita líquida de vendas reduziu em 2,4%, passando a R$84.567 milhões em 2017, de R$86.637 milhões em 2016. Esta queda é explicada principalmente pela redução de 5,7% nos volumes de produtos vendidos, parcialmente compensada pelo aumento de 3,5% dos preços médios de realização.

O lucro bruto reduziu em 1,5%, passando a R$6.367 milhões em 2017, de R$6.465 milhões em 2016, principalmente em função da queda de 5,7% dos volumes vendidos. O decréscimo no lucro bruto em 2017 refletiu a queda no volume de vendas na rede de postos, o menor volume vendido às térmicas e ainda o avanço dos players regionais, compensados parcialmente pelo aumento nas margens de comercialização.

As despesas operacionais totais reduziram 34,5%, passando a R$4.243 milhões em 2017, de R$6.479 milhões em 2016. Destacam-se o desempenho das Perdas e Provisões para processos judiciais e administrativos, que apresentaram redução de R$960 milhões, as menores Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) da ordem de R$716 milhões de reais e a provisão para indenizações decorrentes do PIDV 2016 (R$443 milhões), esta última reconhecida no 4T16.

O resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R$557 milhões em 2017, redução de 10,5% em relação a 2016, quando a despesa líquida foi de R$622 milhões. Este comportamento se deve principalmente ao efeito combinado da redução das despesas com juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos e das variações monetárias ativas decorrentes da atualização dos créditos com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ambas do Sistema Petrobras, resultantes da reestruturação de capital da Companhia realizada em agosto de 2017.

O lucro líquido de 2017 atingiu R$1.151 milhões, recuperando o prejuízo de R$315 milhões apurado em 2016, devolvendo assim a BR Distribuidora à trajetória de resultados positivos e de rentabilidade que marcam a história de sucesso da Companhia.

O EBITDA Ajustado aumentou 2,4%, passando a R$3.067 milhões em 2017, de R$2.995 milhões em 2016, representando uma Margem EBITDA Ajustado de R$71/m3 em 2017, alta de 8,6% em relação a 2016, quando este indicador apresentou resultado de R$65/m3.

Relatório da Administração

Fluxo de Caixa

As atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos da Companhia resultaram em estabilidade do Caixa Livre para os Acionistas em 2017 quando comparado a 2016, o que permitiu a manutenção dos níveis de remuneração aos acionistas nos períodos considerados, confirmando a boa geração de caixa da Companhia.

Endividamento

O endividamento bruto consolidado da Companhia alcançou no período findo em 31 de dezembro de 2017 R$ 4.738 milhões, sendo 5% deste montante de vencimento no curto prazo. Nossa dívida bruta encerrou 2017 em patamar inferior ao do exercício anterior, cerca de 63,4% abaixo da posição em 31 de dezembro de 2016. Além disso, encerramos o exercício de 2017 com uma dívida líquida de R$ 3.885 milhões, montante 59,1% abaixo da dívida líquida do exercício anterior. Para o cálculo da dívida líquida, foi considerado o saldo da aplicação no FIDC de R$ 370 milhões (R$ 2.776 milhões em 31 de dezembro de 2016), que tem remuneração equivalente a 100% do CDI.

Cabe mencionar que a redução do endividamento da companhia ocorreu, principalmente, em virtude do aporte de capital realizado pela Petrobras no valor de R$ 6.313 milhões e posterior liquidação antecipada do total dos saldos das Notas de Crédito à Exportação contratadas junto ao Banco do Brasil e ao Bradesco, no montante de R$ 7.708 milhões. As taxas de financiamento destas dívidas eram de 114,25% e 118% do CDI, respectivamente, e, após esta operação, o prazo médio do endividamento da companhia passou de 2,4 anos para 2,9 anos (3,2 anos em 2016). Com isso, a relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado encerrou 2017 em 1,3 x EBITDA Ajustado (3,2 x EBITDA Ajustado em 2016). O endividamento da Companhia é integralmente referenciado em moeda nacional (Reais).

O custo médio da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2017 equivale a 114,53% do CDI (112,16% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

Investimentos em Capex e em embandeiramentos

A Petrobras Distribuidora, juntamente com suas controladas, investiu R$ 300 milhões em Capex, concentrados na manutenção das infraestruturas operacional e varejista de distribuição de derivados de petróleo e gás natural. A tabela a seguir apresenta a realização dos investimentos em 2017.

Relatório da Administração

Investimentos em Capex

R$ milhões	2017	%
Ampliação e Melhorias de Terminais, Bases e demais instalações Operacionais	123	41%
Manutenção e Ampliação da Rede de Postos	61	20%
Tecnologia da Informação	53	18%
Ampliação da Fábrica de Lubrificantes	12	4%
Segurança, Meio Ambiente e Saúde	11	4%
Automação de Terminais	9	3%
Obras e instalações em clientes consumidores	9	3%
Outros investimentos	22	7%
Total	**300**	**100%**

Para a expansão da rede de postos de serviços em 269 novas estações (líquidas) e renovações contratuais, a Companhia investiu R$905 milhões em 2017, sendo R$575 milhões em bonificações antecipadas, R$248 milhões em bonificações por performance e R$82 milhões em financiamentos em espécie a clientes.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "BR"), é uma sociedade de economia mista domiciliada no Brasil. Constituída em 12 de novembro de 1971, é controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - "Petrobras" e tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

Em 14 de dezembro de 2017, a CVM deferiu o registro de oferta pública de distribuição secundária de ações da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. (B3). A liquidação financeira da operação ocorreu no dia 19 de dezembro de 2017.

1.2 "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A "Operação Lava Jato" é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras e da Companhia. Baseado nas informações disponíveis à Petrobras, o referido esquema consistia em um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com o Sistema Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e da Companhia e outros envolvidos no

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

esquema de pagamentos indevidos. Este esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como “membros do cartel”.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também impuseram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras e da Companhia. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Determinados ex-executivos da Petrobras e da Companhia foram presos e/ou denunciados por crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva em exercícios anteriores. Outros ex-executivos do Sistema Petrobras e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Os valores pagos pela Petrobras e pela Companhia no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (*Property, plant and Equipment*), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a Companhia reconheceu uma baixa no montante de R$ 23 de gastos capitalizados, referente a valores que a Companhia pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

A Companhia e seu acionista controlador (Petrobras) prosseguirão acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1.2.1 Resposta da Companhia às questões descobertas nas investigações em curso

A Companhia por intermédio de seu acionista controlador tem acompanhado as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle para que todos os crimes e irregularidades sejam apurados, atendendo prontamente aos pedidos de documentos e informações feitos pelos investigadores.

Constantemente, renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente ao público em geral.

A Companhia e seu acionista controlador não toleram qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados. Deste modo, desde 2015, tomamos diversas medidas para combater fraudes e corrupção conforme mencionado a seguir.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos, a Companhia continua a implementar medidas para aprimorar sua governança corporativa e os sistemas de conformidade (*compliance)*.

Entre outras medidas, em 2016 integramos a Companhia ao canal de denúncias independente da Petrobras; realizamos treinamentos para nossos empregados e administradores sobre ética, segurança da informação, *compliance* concorrencial e prevenção à corrupção; implementamos a iniciativa "Agentes de *Compliance*"; implementamos processos de *Due Diligence* de Integridade e de avaliação de aplicação de sanções a nossos fornecedores; realizamos o processo de *Background Check* de integridade antes da tomada de decisão para a designação de pessoas para posições-chave na Companhia.

Para averiguar indícios ou ocorrências que possam ser caracterizados como transgressões a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos, constituímos Comissões Internas de Apuração (CIA), cujos resultados apresentamos às autoridades brasileiras competentes.

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniência ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Companhia e seu acionista controlador podem ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a Companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como receita quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

Nesse sentido, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o ressarcimento de gastos referentes à "Operação Lava Jato" no montante acumulado de R$ 5.

1.2.2 Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Companhia desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Companhia, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as empresas citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.

2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.

3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).

5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

A Companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram membros do cartel para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos ou ao cartel.

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do cartel, a Companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente o percentual sobre os contratos celebrados com empresas citadas nos depoimentos prestados em colaborações premiadas, pois também foram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

A nota explicativa 2.3 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014, apresenta na íntegra a abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

A Companhia e seu acionista controlador (Petrobras) monitoraram as investigações da "Operação Lava Jato", efetuadas pelas autoridades brasileiras e a Petrobras conta com investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1.3 Eventos relevantes no exercício

Em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2017, foi aprovada a cisão parcial da Companhia que compreendeu os recebíveis detidos pela companhia decorrentes de Contratos de Confissão de Dívida (CCDs) com o Sistema Eletrobras que possuem garantias reais (penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE) e dos recebíveis detidos pela companhia com outras sociedades do Sistema Petrobras. A parcela cindida foi incorporada na Downstream Participações Ltda. ("Downstream"), subsidiária integral da Petrobras, no valor de R$6.339 milhões. (Nota 7.3).

Por se tratar de reestruturação entre sociedades cuja totalidade do capital social pertence à Petrobras, as operações foram realizadas a valor contábil com base em laudo de avaliação, não gerando impacto no resultado das empresas envolvidas. A operação também não gerou alteração relevante no patrimônio líquido da Companhia.

Na mesma Assembleia foi deliberado o aumento de capital da Petrobras na companhia, no valor de R$6.313 milhões. O recurso gerado pela operação de aporte de capital foi utilizado integralmente para o pré-pagamento de dívidas, contraídas anteriormente pela Companhia e garantidas pela Petrobras, no valor de R$7.708 milhões. (Nota 22.1)

Por se tratar de reestruturação entre sociedades cuja totalidade do capital social pertence à Petrobras, as operações foram realizadas a valor contábil com base em laudo de avaliação, não gerando impacto no resultado das empresas envolvidas. A operação também não gerou alteração relevante no patrimônio líquido da Companhia.

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 13 de março de 2018, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Em decorrência do evento societário referente ao grupamento de ações, ocorrido em 14 de novembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de novembro de 2017, autorizou a divulgação e consequente reemissão das demonstrações contábeis de 2016, substituindo as anteriormente aprovadas e emitidas em 20 de março de 2017 e 16 de outubro de 2017.

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas à elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - nota 4.3.3.2
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível - nota 4.10
- *Impairment* de ativo imobilizado e intangível - nota 4.11
- Imposto de renda e contribuição social diferidos - nota 4.12
- Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego - nota 4.14
- Processos judiciais, administrativos e contingências - nota 4.15

3.1 Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente

Como descrito na nota explicativa 1.2, a Companhia realizou baixas contábeis de R$ 23 no terceiro trimestre de 2014, referentes a custos capitalizados representando montantes pagos na aquisição de imobilizado em anos anteriores.

Para contabilizar esses ajustes, a Companhia desenvolveu uma metodologia descrita na nota explicativa 1.2. A Companhia admite o grau de incerteza envolvido na referida metodologia de estimativa e continuará acompanhando os resultados das investigações em andamento e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas que a Companhia utilizou deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá.

Entretanto, como já discutido, a Companhia acredita que utilizou a metodologia mais apropriada para determinar os valores dos pagamentos indevidos capitalizados e não há evidência que indique a possibilidade de uma mudança material nos montantes baixados.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

Alguns valores relativos ao resultado de hedge de moeda estrangeira foram reclassificados na demonstração do resultado do exercício anterior, de receita financeira para variações cambiais e monetárias, líquidas, para melhor comparabilidade com o exercício atual. Os montantes reclassificados foram R$ 6 no Consolidado e R$ 11 na Controladora, sem alteração no resultado financeiro líquido.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

4.1 Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como de suas investidas, é o Real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

4.2 Base de consolidação e investimentos societários

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as informações da Companhia, das controladas e de sua operação em conjunto, foram elaboradas utilizando práticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados às demonstrações dessas investidas para garantir a conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia, suas controladas e operação em conjunto são eliminados integralmente nas demonstrações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Participação no capital - Subscrito, integralizado e votante - %	
	2017	2016
Subsidiárias e controladas (nota 13)		
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,01	99,01
Stratura Asfaltos S.A.- Stratura	100,00	100,00
Operação em conjunto (nota 13)		
Brasil Carbonos S.A. (*)	49,00	49,00

(*) A Brasil Carbonos é consolidada no percentual de 49%.

Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Negócios em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, já em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

A Companhia reconhece nas demonstrações consolidadas a sua participação nas receitas, despesas, ativos e passivos detidos na operação em conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais, a operação em conjunto, constituída por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.3 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia estão classificados em ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

4.3.1 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

4.3.2 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

4.3.3 Empréstimos e recebíveis

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis mantidos pela Companhia estão representados por caixa e equivalentes, contas a receber e depósitos judiciais.

4.3.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

4.3.3.2 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente, destacando-se as vendas com prazo de recebimento de 180 e 360 dias, sendo os juros embutidos nos preços aos clientes deduzidos da receita (nota 23).

Quando a Companhia é arrendadora em um contrato de arrendamento mercantil financeiro, um contas a receber de clientes é constituído por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil. A receita financeira é apropriada durante o prazo do contrato, refletindo a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido no arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - *Impairment* de ativo financeiro

A Companhia reconhece as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e que possam ser confiavelmente estimadas. Evidências de perdas incluem: casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade significativa do cliente entrar com pedido de falência ou recuperação judicial. As perdas são reconhecidas no resultado como despesa de vendas.

Quando um evento indicar uma redução da perda de valor, esta redução na perda é revertida no resultado do período no qual o evento ocorrer. A reversão é registrada em despesa de vendas.

A Companhia possui expectativa de recebimento dos créditos vencidos sem constituição de perda, em função de ações da política de cobrança que são desenvolvidas e também pelas garantias apresentadas pelos clientes.

Perdas estimadas em créditos do Setor Elétrico

São provisionados todos os valores referentes a fornecimentos de produtos e contratos de confissão de dívidas sem garantias reais (notas 7.2 e 7.3).

4.3.3.3 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados e atualizados de acordo com a natureza das correspondentes causas. Os depósitos referentes a tributos federais são atualizados de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Os depósitos trabalhistas recursais foram atualizados pela Taxa Referencial (TR) mais juros de 3% ao ano até 10 de novembro de 2017. A partir desta data, passou a ser atualizado pela TR mais juros de 6% ao ano. Os demais depósitos trabalhistas e de outras naturezas são atualizados pela TR mais juros de 6% ao ano.

4.4 Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e são baixados somente quando as obrigações são extintas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado.

4.4.1 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

São contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva.

4.4.2 Financiamentos

Estão reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

Os juros pagos são classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

4.4.3 Arrendamentos mercantis financeiros

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento mercantil, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Os principais contratos de arrendamento financeiro da Companhia referem-se à locação de bases de distribuição de combustíveis celebrados com a controlada Fundo de Investimento Imobiliário-FCM.

4.5 Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* de moeda e de *commodity*. Esses instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Não foram identificados contratos com características que indiquem a existência de derivativos embutidos.

4.6 Estoques

Estão demonstrados da seguinte forma:

- os derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido;

- os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

Os biocombustíveis compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

4.7 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contrato de fornecimento. À medida que os prazos de vigência dos contratos são realizados, as bonificações são apropriadas no resultado como redução da receita bruta (nota 23).

4.8 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos para obras em andamento são capitalizados até que esses ativos estejam prontos para uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando mesurados com segurança e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de fábrica de lubrificante e bases de distribuição de combustíveis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens, informadas na nota 4.10. Os terrenos não são depreciados.

Os ativos arrendados são mensurados inicialmente por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, os ativos são depreciados em função da vida útil, considerando a razoável certeza de obtenção da propriedade desses bens ao final do arrendamento.

4.9 Intangível

É representado pelos gastos com direitos e concessões, *goodwill* e *softwares*.

O *goodwill,* resultante da aquisição de controladas da área de distribuição de combustíveis, é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado, pelo método linear, em função da vida útil estimada dos bens. A vida útil de um ativo intangível de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

A amortização do ativo intangível representado pela concessão de Gás Natural do Estado do Espírito Santo ocorre pelo prazo do contrato, com vencimento em 2043 (nota 15.2).

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos *softwares* são registrados como intangível se atendidos todos os critérios de reconhecimento, o que inclui, entre outros: gastos mensurados com confiabilidade, intenção, capacidade técnica e financeira para conclusão do ativo e geração de prováveis benefícios econômicos futuros para a Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

4.10 Vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível

A Companhia reconhece a depreciação e a amortização de seus ativos com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. A vida útil de um ativo e os métodos de depreciação e amortização são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Ativo		Em anos
Imobilizado	Edificações	60
	Benfeitorias	25
	Equipamentos e outros bens	7 a 31
Intangível	Direitos e concessões	10 a 33
	Softwares	5

4.11 Redução ao valor recuperável de ativos - "*Impairment*"

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Em 2017, com base no julgamento da Administração, não foram identificados indicativos de perda de valor para esses ativos.

O *goodwill* tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. Neste caso, a Companhia é considerada como unidade geradora de caixa de acordo com a avaliação da Administração, com base em seu modelo de negócio.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, baseado em premissas relacionadas ao plano estratégico da Companhia, projetados para os anos de 2018 a 2030, sendo este último perpetuado, considerando uma taxa de desconto real de 6,8%.

As principais premissas são:

- Preço: curva de preço derivada do Plano de Negócios e Gestão da Petrobras, considerando transações entre partes independentes;

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

- Volume: curvas de demanda de derivados do Plano de Negócios e Gestão da Petrobras; e
- Custos operacionais, que podem ser determinados por taxas históricas apresentadas ou custos projetados no orçamento da Companhia.

Os fluxos de caixa foram ajustados a fim de atender as premissas do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou seja, as atividades de financiamentos, resultado financeiro não relacionado à atividade normal da Companhia, aportes de capital, pagamento de dividendos e entradas/saídas relacionadas a empréstimos foram desconsiderados. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

No teste do *goodwill*, não foram identificados ajustes para redução ao valor recuperável.

4.12 Imposto de renda e contribuição social

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (resultado abrangente). Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido (resultado abrangente).

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida, quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal e mesma entidade legal.

4.13 Adiantamentos de clientes

Correspondem às obrigações contratuais decorrentes de antecipações recebidas dos clientes para futura entrega de produtos e para constituição do fundo de *marketing*.

Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando da efetiva entrega dos produtos.

O fundo de *marketing* consiste na constituição de um fundo formado pela contribuição dos postos revendedores, onde cada revendedor se beneficia de todas as ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

Os valores do fundo são realizados por meio dos pagamentos das ações de *marketing*, não sendo registrados em resultado.

4.13.1 Programa Petrobras Premmia

O Petrobras Premmia - Programa de fidelidade da Companhia, é um dos principais programas que são custeados pelos recursos disponíveis no fundo de *marketing*.

Esses recursos são utilizados para comprar lotes promocionais de diversas naturezas (milhas aéreas, eventos, produtos, entre outros) que são disponibilizados aos participantes do plano, sempre limitado a quantidade ofertada.

A Companhia por conta do programa, poderá também celebrar parcerias com outras empresas, em virtude das quais os participantes poderão obter descontos na aquisição de bens e/ou serviços oferecidos por estas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em nenhum caso, a Companhia responderá perante os participantes pelo cumprimento das obrigações assumidas por tais empresas nas parcerias mencionadas no item anterior.

As parcerias do Programa Petrobras Premmia, poderão ser extintas ou suspensas pela Companhia, a seu exclusivo critério, independentemente de prévio aviso aos participantes.

Os parceiros do programa são responsáveis pelos produtos e/ou serviços que por eles sejam disponibilizados para resgate.

4.14 Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Dentre as principais utilizadas estão:

- taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e
- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capta*) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.15 Processos judiciais, administrativos e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

As provisões são reconhecidas quando:

(i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
(ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
(iii) o valor puder ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes (perdas não prováveis) não são reconhecidos, porém são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos seja possível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

4.16 Capital social e remuneração ao acionista

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no Estatuto Social da Companhia e nas leis vigentes.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos no passivo e tem o mesmo tratamento dos dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.17 Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade do bem permanece com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado pelo método linear pelo prazo do contrato. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Nos casos em que a Companhia é arrendadora, a receita de aluguel é reconhecida no resultado, em outras receitas operacionais, pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

4.18 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável; os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

A receita de vendas é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e bonificações por desempenho.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia comercializa combustíveis como gasolina, diesel, querosene de aviação, etanol, gás natural e óleo combustível, lubrificantes, dentre outros. Esses produtos são adquiridos, substancialmente, da sociedade controladora Petrobras e são revendidos a postos de serviços, indústrias, empresas aéreas, governos, empresas de transporte, termoelétricas, transportadores revendedores retalhistas, entre outros consumidores.

4.19 Receitas e despesas financeiras, monetárias e cambiais

São reconhecidas pelo regime de competência e estão representadas por juros de financiamentos a clientes, aplicações financeiras, atualizações monetárias sobre empréstimos, atualização monetária em operações com a Petrobras, variações cambiais e outras operações financeiras. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo.

4.20 Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva.

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros.

Não há transferências entre as áreas de negócio.

As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas nas seguintes áreas:

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Grandes Consumidores

Comercializa combustíveis, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Produtos de aviação

Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

5 Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entra em vigor o *pronunciamento International Financial Reporting Standard* 9 – *Financial Instruments* (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de *hedge* e divulgação.

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. No entanto, existem exceções a essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a reapresentação de períodos anteriores não é compulsória quando da adoção inicial do pronunciamento. A Companhia não pretende reapresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Classificação e mensuração

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

Não houve alterações na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9.

Perda no valor recuperável (*Impairment*)

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A Companhia aplicou a nova metodologia na data base de 31 de dezembro de 2017 e identificou perdas adicionais de *impairment* sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018, com destaque para contas a receber de contratos com clientes, no montante de R$ 269. O impacto no patrimônio líquido é de R$178, líquido de impostos.

Não houve outros impactos financeiros.

IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"

Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos. Data de vigência 1º de janeiro de 2018.

Com base nos estudos efetuados, concluiu-se que não há impacto nas Demonstrações da Companhia.

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Arrendamentos Mercantis", que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá o IAS 17 "Arrendamentos Mercantis", bem como interpretações correlatas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

A Companhia tem um número elevado de contratos de arrendamento como arrendatária de vários ativos, tais como equipamentos, imóveis e terrenos (onde, principalmente estão localizados os postos de serviços).

A Companhia está atualmente no processo de estimar o impacto desta nova norma em tais contratos. Nesta análise a estimativa do prazo do arrendamento é incluída, considerando o período não cancelável e os períodos adicionais cobertos, caso seja exercida a opção de estender o arrendamento para aqueles casos em que haja certeza razoável da opção da extensão do prazo, o que dependerá, em grande parte, da utilização esperada dos ativos da Companhia instalados junto aos bens arrendados.

Além do prazo do arrendamento, serão utilizadas premissas para calcular a taxa de desconto, que dependerá principalmente da taxa de financiamento incremental para os prazos estimados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Devido à complexidade das estimativas e o elevado número de contratos, a Companhia ainda não concluiu o processo de implementação, de modo que, na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não é possível estimar de forma razoável o impacto da aplicação desta norma. No entanto, considerando o volume de contratos existentes, a Companhia estima que os impactos da implementação do IFRS 16 serão significativos sobre as suas demonstrações contábeis, incluindo o reconhecimento do direito de uso e as correspondentes obrigações em relação aos contratos que, de acordo com a norma atual são classificados como arrendamentos operacionais. Além disso, as amortizações do direito de uso dos ativos e reconhecimento de juros sobre a obrigação de arrendamento substituirão uma parte significativa do valor reconhecido como despesas na demonstração do resultado do arrendamento operacional.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	261	63	257	61
Aplicações financeiras	222	592	-	381
Total	**483**	**655**	**257**	**442**

As aplicações financeiras correspondentes a fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e possuem liquidez imediata. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio da tabela regressiva.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7 Contas a receber, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Partes relacionadas (nota 31)				
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP (nota 31.2)	370	2.776	356	2.770
Setor elétrico - Sistema isolado (nota 7.2)	2.992	9.165	2.992	9.165
Clientes governo federal	75	77	75	77
Empresas do Sistema Petrobras, exceto do setor elétrico - sistema isolado	423	294	603	426
Total partes relacionadas	**3.860**	**12.312**	**4.026**	**12.438**
Terceiros				
Clientes e outras contas a receber (a)	6.982	6.481	6.819	6.391
Setor elétrico - Sistema isolado - terceiros (nota 7.2)	1.017	1.131	1.017	1.131
Total terceiros	**7.999**	**7.612**	**7.836**	**7.522**
Total das contas a receber (nota 7.1)	**11.859**	**19.924**	**11.862**	**19.960**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa				
Terceiros	(2.941)	(2.947)	(2.898)	(2.907)
Partes relacionadas	(3.014)	(3.048)	(3.014)	(3.048)
Total das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(5.955)**	**(5.995)**	**(5.912)**	**(5.955)**
Contas a receber - líquidas	**5.904**	**13.929**	**5.950**	**14.005**
Contas a receber (circulante), líquidas	5.528	7.679	5.574	7.761
Contas a receber (não circulante), líquidas	376	6.250	376	6.244

	Consolidado		Controladora	
Mutação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	**(5.995)**	**(5.319)**	**(5.955)**	**(5.314)**
Adições	(302)	(1.018)	(293)	(983)
Reversões	342	342	336	342
Saldo final	**(5.955)**	**(5.995)**	**(5.912)**	**(5.955)**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(1.984)	(1.916)	(1.941)	(1.909)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(3.971)	(4.079)	(3.971)	(4.046)

(a) Inclui saldo de precatórios com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo (R$ 24 em 2017 e 2016) - nota 30.

As adições e reversões das perdas líquidas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do exercício, no montante líquido de R$ 40 no consolidado e R$ 43 na controladora (R$ 676 no consolidado e R$ 641 na controladora em 2016), foram reconhecidas nas despesas de vendas (nota 25).

A Companhia apresenta R$ 5.714 de contas a receber de clientes em cobrança judicial (R$ 4.391 em 2016), sendo R$ 1.882 no circulante (R$ 1.732 em 2016) e R$ 3.832 (R$ 2.659 em 2016) no não circulante.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

Do saldo de R$ 110 a vencer provisionado para perdas (R$ 281 em 2016), R$ 108 (R$ 159 em 2016) referem-se aos contratos de confissão de dívidas (CCD) do setor elétrico sem garantias, celebrados em 2013 e 2014.

	Consolidado					
	2017			2016		
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD
Vencidos						
Até 3 meses	296	30	266	293	80	213
De 3 a 6 meses	43	-	43	103	8	95
De 6 a 12 meses	124	13	111	1.416	1.260	156
Acima de 12 meses	6.140	5.802	338	4.745	4.366	379
Total	**6.603**	**5.845**	**758**	**6.557**	**5.714**	**843**
A vencer (excluindo operação de FIDC)	4.886	110	4.776	10.591	281	10.310
FIDC	370	-	370	2.776	-	2.776
Total	**11.859**	**5.955**	**5.904**	**19.924**	**5.995**	**13.929**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora					
	2017			2016		
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD
Vencidos						
Até 3 meses	275	30	245	285	79	206
De 3 a 6 meses	41	-	41	99	8	91
De 6 a 12 meses	118	13	105	1.412	1.260	152
Acima de 12 meses	6.091	5.759	332	4.702	4.327	375
Total	**6.525**	**5.802**	**723**	**6.498**	**5.674**	**824**
A vencer (excluindo operação de FIDC)	4.981	110	4.871	10.692	281	10.411
FIDC	356	-	356	2.770	-	2.770
Total	**11.862**	**5.912**	**5.950**	**19.960**	**5.955**	**14.005**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7.2 Composição - Setor elétrico (Sistema isolado)

	Consolidado					
	2017			2016		
	A vencer	Vencido	Total	A vencer	Vencido	Total
Contas a receber						
Sistema Eletrobras	108	2.884	2.992	6.230	2.860	9.090
Sistema Petrobras	-	-	-	-	75	75
Terceiros	18	999	1.017	62	1.069	1.131
	126	3.883	4.009	6.292	4.004	10.296
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa						
Setor elétrico - empresas do Sistema Eletrobras	(108)	(2.884)	(2.992)	(166)	(2.860)	(3.026)
Setor elétrico - terceiros	(2)	(999)	(1.001)	(48)	(1.069)	(1.117)
	(110)	(3.883)	(3.993)	(214)	(3.929)	(4.143)
Total	**16**	**-**	**16**	**6.078**	**75**	**6.153**
Partes relacionadas	-	-	-	6.064	75	6.139
Terceiros	16	-	16	14	-	14

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7.3 Movimentação das contas a receber de clientes - Setor elétrico (Sistema isolado)

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Faturamento	Recebimentos	PECLD		Atualização Monetária	Cisão	Saldo em 31 de dezembro de 2017
				Constituição	Reversão			
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)								
Amazonas Distribuidora de Energia	4.652	602	(787)	(2)	31	331	(4.827)	-
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	1.141	-	(43)	-	-	60	(1.158)	-
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	136	-	(11)	(8)	26	(2)	(141)	-
Eletrobras Roraima (Boa Vista Energia S.A.)	135	133	(125)	(32)	19	11	(141)	-
Contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	**6.064**	**735**	**(966)**	**(42)**	**76**	**400**	**(6.267)**	-
Partes relacionadas (Sistema Petrobras)								
Breitener Jaraqui	50	1	(2)	-	-	-	(49)	-
Breitener Tambaqui	23	4	(4)	-	-	-	(23)	-
Manauara	2	23	(25)	-	-	-	-	-
Contas a Receber líquido do Sistema Petrobras	**75**	**28**	**(31)**	-	-	-	**(72)**	-
Terceiros								
Alcoa World Alumina Brasil LTDA	13	122	(120)	-	-	-	-	15
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	-	30	(140)	-	110	-	-	-
Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT	1	9	(9)	-	-	-	-	1
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	-	3	(15)	(6)	12	6	-	-
Cia de Energia de Pernambuco - CELPE	-	14	(14)	-	-	-	-	-
Geradora de Energia do Amazonas - GERA	-	21	(21)	-	-	-	-	-
Rio Amazonas Energia - RAESA	-	29	(29)	-	-	-	-	-
Contas a Receber líquido Terceiros	**14**	**228**	**(348)**	(6)	**122**	6	-	**16**
Total do contas a receber líquido	**6.153**	**991**	**(1.345)**	**(48)**	**198**	**406**	**(6.339)**	**16**
Contas a Receber do Sistema Eletrobras	9.090	735	(966)	-	-	400	(6.267)	2.992
(-) PECLD	(3.026)	-	-	(42)	76	-	-	(2.992)
Total do contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	**6.064**	**735**	**(966)**	**(42)**	**76**	**400**	**(6.267)**	-
Contas a Receber do Sistema Petrobras	75	28	(31)	-	-	-	(72)	-
(-) PECLD	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do contas a receber líquido do Sistema Petrobras	**75**	**28**	**(31)**	-	-	-	**(72)**	-
Contas a Receber de terceiros	1.131	228	(348)	-	-	6	-	1.017
(-) PECLD	(1.117)	-	-	(6)	122	-	-	(1.001)
Total do contas a receber líquido de Terceiros	**14**	**228**	**(348)**	(6)	**122**	6	-	**16**
Total do contas a receber	10.296	991	(1.345)	-	-	406	(6.339)	4.009
(-) PECLD	(4.143)	-	-	(48)	198	-	-	(3.993)
Total do contas a receber líquido	**6.153**	**991**	**(1.345)**	**(48)**	**198**	**406**	**(6.339)**	**16**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia fornece óleo combustível e óleo diesel para usinas de geração termoelétrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e Produtores Independentes de Energia (PIEs) que compõem o sistema isolado de energia e na região norte do país. Este sistema corresponde ao serviço público de distribuição de energia elétrica que, em sua configuração normal, não está ainda em condições de ter a totalidade de sua demanda de energia elétrica atendida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), por razões técnicas ou econômicas.

Uma parcela significativa dos recursos utilizados para a liquidação financeira dos referidos ativos é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que tem como uma de suas finalidades principais o reembolso parcial dos custos de aquisição dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica no sistema isolado de energia. Contudo, diversas alterações ocorridas na legislação, no decorrer do tempo, com destaque para a MP 579/2012, que introduziu ajustes relevantes na origem dos recursos utilizados para subsidiar a geração de energia pelas usinas dos sistemas isolados, impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC às usinas termelétricas do sistema isolado, que por sua vez, por deficiência de caixa, passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos à Companhia pelo fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica, aumentando a inadimplência das distribuidoras que operavam neste setor.

A fim de regularizar esta situação, a Companhia intensificou negociações com as concessionárias estaduais, PIE, empresas privadas e controladas da Eletrobras e, em 31 de dezembro de 2014, foram celebrados contratos de confissão de dívida (CCD), no montante de R$ 5.344 (R$ 5.194 refere-se à parcela da Companhia e R$ 150 refere-se à parcela da Petrobras), abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela taxa Selic, para pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015, dos quais R$ 5.233 (R$ 126 referentes a títulos endossados pela Petrobras) possuíam garantia real por penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A amortização da dívida estabelecida nos CCDs ocorre em duas etapas, sendo a primeira com amortização de 15% do valor repactuado, nos primeiros 36 meses, e os 85% restantes em 84 parcelas que começam a vencer a partir de janeiro de 2018. Com isso, é esperado a partir de 2018 o aumento das prestações para amortização e redução progressiva do saldo da dívida, visto que as prestações serão superiores às receitas financeiras por atualização do contrato de confissão. O Grupo Eletrobras tem cumprido com os pagamentos dos CCDs assinados em 2014 mesmo com atrasos intermitentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Para mitigar os efeitos do agravamento da inadimplência das empresas do setor, foi publicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Resolução Normativa nº 679, de 1º de setembro de 2015, visando dar celeridade na liberação dos recursos para os supridores de combustível, devido à possibilidade de reembolso preliminar de até 75% do valor médio das faturas dos últimos três meses diretamente pela CCC aos agentes credores.

Com a mudança proposta acima, esperava-se um maior equilíbrio financeiro das distribuidoras do sistema isolado, o que de fato não ocorreu, acarretando um aumento da inadimplência.

Neste contexto, a Companhia adotou as seguintes medidas:

- suspensão do fornecimento a prazo, exceto para as situações em que a Companhia é obrigada a fornecer em função de decisão judicial;

- cobrança judicial da dívida inadimplida nos contratos de compra e venda com empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e o contrato de confissão de dívida da CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá); e

- inscrição das Empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reverteu o montante de R$ 150, líquido de constituição, em função, principalmente, dos pagamentos efetuados pelo cliente Centrais Elétricas do Pará - CELPA (R$ 110).

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras), no montante de R$ 6.339, referente aos créditos com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ambas do Sistema Petrobras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	534	353	534	353
Óleo diesel	1.222	946	1.222	946
Óleo combustível	213	129	213	129
Querosene de Aviação	172	133	172	133
Lubrificantes	140	118	140	118
Outros	104	238	104	238
Biocombustíveis	467	566	467	566
	2.852	2.483	2.852	2.483
Outros produtos (*)	393	195	372	185
Total	**3.245**	**2.678**	**3.224**	**2.668**

(*) Referem-se, basicamente, a importações em andamento de produtos como o diesel e a gasolina.

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 2017 e 2016.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

9 Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante				
ICMS	482	335	458	324
Outros impostos	40	37	25	19
Subtotal	**522**	**372**	**483**	**343**
Ativo não circulante				
ICMS	534	366	469	307
Outros	7	-	-	-
Subtotal	**541**	**366**	**469**	**307**
Total	**1.063**	**738**	**952**	**650**

Os créditos fiscais da Companhia estão representados, principalmente, por:
(i) ICMS Substituição Tributária a ser ressarcido pelos Estados nas operações interestaduais de derivados de petróleo em que o imposto tenha sido retido no Estado de origem e repassado ao Estado de destino por um valor menor, sendo os principais Estados o Maranhão (R$ 120 em 2017 e R$ 79 em 2016), Bahia (R$ 106 em 2017 e R$ 88 em 2016) e Pernambuco (R$ 98 em 2017 e R$ 22 em 2016);
(ii) créditos a serem restituídos pelo Estado de Mato Grosso, através de processo administrativo, por antecipações recolhidas a maior (R$ 95 em 2017 e R$ 78 em 2016);
(iii) saldo credor de ICMS a ser recuperado no Estado da Bahia (R$ 68 em 2017 sem correspondência em 2016); e
(iv) ICMS a ser restituído pelo Estado do Espírito Santo referente à compra de gás natural com Substituição Tributária na origem (R$ 97 em 2017 e R$ 94 em 2016).

A Companhia tem expectativa de recebimento dos valores apresentados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Movimentação

	Consolidado				Controladora
		Reconhecido no			
Origem do registro dos impostos diferidos	**2016**	**Resultado**	**Patrimônio Líquido**	**2017**	**2017**
Contas a receber / empréstimos e financiamentos	1.433	(390)	-	1.043	1.031
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	521	117	-	638	638
Imobilizado	40	(32)	-	8	9
Arrendamentos mercantis financeiros	(37)	(26)	-	(63)	(63)
Programa de incentivo ao desligamento voluntário	151	(148)	-	3	3
Processos judiciais	711	(4)	-	707	707
Benefício Pós Emprego	643	62	(45)	660	658
Prejuízos fiscais	-	60	-	60	60
Juros sobre capital próprio	-	131	-	131	131
Outros	(37)	12	-	(25)	(24)
Total	**3.425**	**(218)**	**(45)**	**3.162**	**3.150**
Imposto de renda diferido	2.518			2.325	2.316
Contribuição social diferida	907			837	834
Impostos diferidos ativos	3.874			3.657	3.645
Impostos diferidos passivos	(449)			(495)	(495)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(b) Estimativa de realização

Período	Imposto de renda e CSLL diferidos	
	Consolidado	Controladora
2018 (*)	1.418	1.417
2019	304	300
2020	241	236
2021	238	236
2022	237	237
2023	109	109
2024	109	109
2025	109	109
2026 em diante	397	397
31 de dezembro de 2017	**3.162**	**3.150**
31 de dezembro de 2016	**3.425**	**3.414**

(*) Refere-se, principalmente, à realização das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa constituída sobre os recebíveis dos clientes pertencentes ao setor elétrico - Sistema Eletrobras.

(c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2017 e 2016 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos	1.565	(637)	1.564	(629)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(532)	217	(531)	214
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
· Adições/exclusões permanentes, líquidas	(14)	(49)	(16)	(49)
· Juros sobre o capital próprio	224	254	224	254
· Resultado de equivalência patrimonial	(1)	(1)	2	(4)
· Incentivos fiscais	4	12	4	12
· Despesas com benefício pós emprego de saúde A.M.S.	(96)	(67)	(96)	(67)
· Outros itens	1	(44)	-	(46)
Imposto de renda e contribuição social	**(414)**	**322**	**(413)**	**314**
IR e CSLL correntes	(196)	(307)	(194)	(305)
IR e CSLL diferidos	(218)	629	(219)	619
	(414)	**322**	**(413)**	**314**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	26,5%	50,5%	26,4%	49,9%

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

11 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.142
Adições	359
Baixas	(542)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.959**
Adições	569
Baixas	(545)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.983**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

12 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	577	127	86	8	798	778
Adições, líquidas de reversão	99	45	8	1	153	153
Baixas	(17)	(15)	(4)	(1)	(37)	(37)
Atualização monetária	21	10	4	1	36	34
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**680**	**167**	**94**	**9**	**950**	**928**
Adições, líquidas de reversão	2	33	8	-	43	43
Baixas	-	(16)	(17)	(3)	(36)	(37)
Atualização monetária	36	5	3	(1)	43	43
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**718**	**189**	**88**	**5**	**1.000**	**977**

A Companhia mantém R$ 203 (R$ 192 em 2016) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 28.1.1); R$ 441 (R$ 366 em 2016) associados a contingências possíveis; R$ 82 (R$ 22 em 2016) associados a contingências remotas; R$ 227 (R$ 324 em 2016) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia é autora e R$ 24 (R$ 24 em 2016) referem-se a outros.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

13 Investimentos

13.1 Informações contábeis resumidas sobre as controladas, negócios em conjunto e coligada

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

	Controladas		Negócios em conjunto					Coligada
			Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto				
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM	Stratura	Brasil Carbonos	CDGN (a)	Brasil Supply (b)	Energética Camaçari Muricy II (a)	Pecém Energia (a)	BRF Biorefinos
Ativo								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	216	2	16	16	-	1	1	3
Outros ativos circulantes	124	200	6	5	74	1	1	-
Ativo Não Circulante								
Ativo realizável a longo prazo	483	106	11	3	1	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	367	42	99	39	643	-	-	22
Intangível	-	2	-	-	2	-	-	-
Total do Ativo	**1.190**	**352**	**132**	**63**	**720**	**2**	**2**	**25**
Passivo								
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	100	-	14	3	114	-	-	-
Outros passivos circulantes	208	120	5	5	91	1	1	-
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	900	-	11	9	447	-	-	-
Outros passivos não circulantes	22	5	-	3	171	-	-	-
Patrimônio Líquido								
Patrimônio Líquido atribuível a acionistas controladores	(40)	227	102	43	(103)	1	1	25
Total do Passivo	**1.190**	**352**	**132**	**63**	**720**	**2**	**2**	**25**
Resultados								
Receita operacional líquida	-	523	47	35	3	-	-	-
Lucro bruto	-	53	24	9	(18)	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	2	-	14	1	(75)	(1)	(1)	1
Percentual de participação - %	99,01%	100,00%	49,00%	49,00%	0,38%	50,00%	45,00%	49,00%
Depreciação e amortização	-	(2)	(4)	(7)	(13)	-	-	-
Resultado financeiro	9	5	(2)	-	(28)	-	-	1
Despesas (Receita) de Imposto de Renda (Corrente e Diferido)	-	-	(2)	-	-	-	-	-

(a) Posição: 30.11.2017
(b) Posição: 31.10.2017

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

13.2 Descrição das atividades das controladas

a) Fundo de Investimento Imobiliário - FII FCM

Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os ativos em construção pelo FII referem-se ao Projeto de Expansão Lubrax.

Por determinação regulatória, o FII FCM não pode conceder empréstimos ou adiantamentos a seus quotistas.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor de recursos para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

b) Stratura Asfaltos S.A.

Tem como atividades preponderantes a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfalto em geral, produtos químicos, óleos lubrificantes, graxas, além da prestação de serviços administrativos e técnicos, inclusive de pavimentação e outros correlacionados, com sede na cidade de São Paulo.

As matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo são adquiridas, principalmente, da sociedade controladora Petrobras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

13.3 Descrição da operação em conjunto

Brasil Carbonos S.A.

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada e com matriz estabelecida na cidade de Cosmópolis, São Paulo.

A participação na Brasil Carbonos permite à Companhia desempenhar também o papel de operador logístico de coque verde de petróleo para o Sistema Petrobras. O produto industrializado, beneficiado e armazenado pela Brasil Carbonos é distribuído às refinarias do Sistema Petrobras.

13.4 Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto

a) CDGN Logística S.A.

Tem como atividades principais a prestação de serviços de transporte, compressão e comercialização de gás natural e biogás, comprimido ou liquefeito e o transporte, carregamento e entrega de derivados de petróleo e gás natural em todo o território nacional, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

b) Brasil Supply S.A.

A Sociedade, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a prestação de serviços logísticos; de importação e exportação, movimentação de cargas, combustíveis, lubrificantes e produtos químicos; armazenagem e despacho de demais correlatos à espécie, emitindo títulos arrolados pelo decreto nº 1.102 de 21/11/1903, sobre mercadorias sob sua guarda e responsabilidade; a guarda, beneficiamento e rebeneficiamento de fluidos; operações portuárias; exploração, com embarcações próprias ou alheias, de atividade de apoio marítimo à prospecção e à produção de petróleo e gás, apoio portuário e cabotagem; gestão e destinação de resíduos e de operação de centros de respostas a emergências; serviços que poderão ser precedidos pela execução de empreitadas de quaisquer modalidades, incluindo, dentre tais modalidades, especificamente, a execução de construção de edifícios, armazéns e depósitos, obras de terraplanagem, instalações elétricas, instalações hidráulicas, sanitárias, gás,

instalações de ventilação e refrigeração; consultoria nas áreas comercial e de engenharia industrial, sanitária e ambiental; locação de estabelecimento(s) e/ou de equipamento(s); representação comercial, à exceção de produtos derivados de petróleo de xisto e de outras origens, observando inclusive o disposto no parágrafo único; venda de produtos químicos; podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades, no Brasil ou no Exterior.

Em 02 de fevereiro de 2017 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Brasil Supply a abertura de processo de pedido de recuperação judicial. A participação acionária da Companhia na Brasil Supply é 0,38%.

c) Energética Camaçari Muricy II S.A.

Tem por objetivo a construção, instalação, operação, exploração, manutenção e comercialização da energia elétrica gerada pela Usina Termelétrica Muricy II, cuja construção se dará na cidade de Dias D'Ávila - BA, e com sede em Salvador - BA. A Energética Camaçari Muricy II S.A. encontra-se em fase pré-operacional.

d) Pecém Energética S.A.

Tem por objetivo a construção, instalação, operação, exploração, manutenção e comercialização da energia elétrica gerada pela Usina Termelétrica Pecém II, cuja construção se dará na cidade de Dias D'Ávila - BA e com sede em Salvador - BA. A Pecém Energia S.A. encontra-se em fase pré-operacional.

13.5 Descrição das atividades da coligada

BRF Biorefino de Lubrificantes S.A.

Tem por objetivo a construção e operação de planta de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) no Estado do Rio de Janeiro, operação e comercialização de coleta de OLUC para suprimento da planta de rerrefino, aquisição de OLUC e demais insumos necessários à operação da planta de rerrefino e compra e venda de óleo básico rerrefinado (OBR). A BRF encontra-se em fase pré-operacional.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

13.6 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	Controladas	Negócio em conjunto				Coligada			
		Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto						
	Stratura (a)	Brasil Carbonos (b)	CDGN	Camaçari Muricy II	Pecém Energia	BRF Biorefinos	Outros investimentos	2017	2016
No início do exercício	103	69	22	-	-	22	1	217	234
Aumento de capital	124	-	-	1	1	-	-	126	-
Equivalência patrimonial	-	7	(1)	(1)	-	-	-	5	(16)
Dividendos	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)	-
Amortização de mais valia de ativos	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Redução de capital	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)	-
No fim do exercício	**227**	**72**	**21**	**-**	**1**	**12**	**1**	**334**	**217**

(a) Para o aperfeiçoamento da atuação no mercado de asfaltos, as atividades deste segmento foram unificadas na Stratura Asfaltos S.A., subsidiária integral da Companhia, acarretando num aporte de R$ 124 (R$ 86 em espécie e R$ 38 pela transferência de ativos).

(b) Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R$ 28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. Em dezembro de 2017, o saldo de R$ 22 (R$23 em 2016) está classificado no imobilizado, no Consolidado.

DRAFT

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da participação societária na controlada FII FCM é zero devido a apresentação de passivo a descoberto por esta controlada. Os prejuízos excedentes ao valor do investimento foram reconhecidos no passivo, na forma de provisão.

	2017	2016
Saldo provisão no início do exercício	42	47
Constituição (c)	10	48
Reversão (c)	(12)	(53)
Saldo provisão no fim do exercício	**40**	**42**

(c) Valores registrados no resultado em "Resultado de participação em investimentos".

DRAFT

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

14 Imobilizado

14.1 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Terrenos (b), Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.071**	**2.086**	**882**	**6.039**
Adições	2	97	252	351
Baixas	(3)	(3)	(11)	(17)
Depreciações	(122)	(273)	-	(395)
Transferências (a)	106	150	(259)	(3)
Juros capitalizados	-	-	11	11
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.054**	**2.057**	**875**	**5.986**
Adições	1	75	171	247
Baixas	(46)	(6)	(1)	(53)
Depreciações	(127)	(265)	-	(392)
Transferências (a)	104	161	(242)	23
Juros capitalizados	-	-	5	5
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.986**	**2.022**	**808**	**5.816**
Custo	4.055	4.894	875	9.824
Depreciação	(1.001)	(2.837)	-	(3.838)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.054**	**2.057**	**875**	**5.986**
Custo	4.129	5.070	808	10.007
Depreciação	(1.143)	(3.048)	-	(4.191)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.986**	**2.022**	**808**	**5.816**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora			
	Terrenos (b), Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.025**	**2.043**	**542**	**5.610**
Adições	2	97	244	343
Baixas	(2)	(3)	(12)	(17)
Depreciações	(121)	(269)	-	(390)
Transferências (a)	104	148	(256)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.008**	**2.016**	**518**	**5.542**
Adições	1	74	164	239
Baixas	(46)	(7)	(1)	(54)
Depreciações	(125)	(262)	-	(387)
Transferências (a)	89	150	(241)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.927**	**1.971**	**440**	**5.338**
Custo	4.004	4.830	518	9.352
Depreciação	(996)	(2.814)	-	(3.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.008**	**2.016**	**518**	**5.542**
Custo	4.058	4.981	440	9.479
Depreciação	(1.131)	(3.010)	-	(4.141)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.927**	**1.971**	**440**	**5.338**

(a) Referem-se, principalmente, a transferências entre outros grupos patrimoniais, como por exemplo, o recebimento de equipamentos como quitação do contas a receber (dação em pagamento) no consolidado. Na controladora, inclui também a transferência do imobilizado do segmento de asfalto para aporte na Stratura Asfalto S.A.

(b) Em 2017, o saldo de terrenos no consolidado é de R$ 389 (R$ 392 em 2016) e na Controladora é de R$ 384 (R$ 388 em 2016).

Os ativos em construção apresentados no Consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

O imobilizado da Companhia inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R$ 382 (R$ 390 em 2016).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

14.2 Abertura por tempo de vida útil estimada

	Consolidado		
Vida útil estimada	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total
até 10 anos	-	341	341
11 a 20 anos	-	1.408	1.408
21 a 30 anos	1.976	77	2.053
30 anos em diante	621	196	817
Total	**2.597**	**2.022**	**4.619**

15 Intangível

15.1 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Direitos e Concessões	*Softwares* (b)	*Goodwill* (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**272**	**159**	**29**	**460**
Adições	10	41	-	51
Amortização	(12)	(47)	-	(59)
Transferências (a)	9	-	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**279**	**153**	**29**	**461**
Adições	7	44	-	51
Amortização	(11)	(49)	-	(60)
Transferências (a)	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**276**	**148**	**29**	**453**
Custo	360	418	29	807
Amortização	(81)	(265)	-	(346)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**279**	**153**	**29**	**461**
Custo	368	423	29	820
Amortização	(92)	(275)	-	(367)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**276**	**148**	**29**	**453**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora			
	Direitos e Concessões	*Softwares (b)*	*Goodwill (c)*	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**270**	**160**	**29**	**459**
Adições	10	41	-	51
Amortização	(11)	(48)	-	(59)
Transferências (a)	9	-	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**278**	**153**	**29**	**460**
Adições	7	44	-	51
Amortização	(11)	(49)	-	(60)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**274**	**148**	**29**	**451**
Custo	357	418	29	804
Amortização	(79)	(265)	-	(344)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**278**	**153**	**29**	**460**
Custo	364	423	29	816
Amortização	(90)	(275)	-	(365)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**274**	**148**	**29**	**451**

(a) Referem-se, principalmente, a transferências entre outros grupos patrimoniais, como por exemplo, do imobilizado, de acordo com a natureza do investimento.

(b) A Companhia apresenta saldo de R$ 40 de *software* em desenvolvimento (R$ 68 em 2016).

(c) *Goodwill* de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liquigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras, em 2012, entretanto a operação relacionada a este ágio permaneceu na Companhia.

15.2 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

A concessão prevê a prestação dos serviços de distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração, matéria-prima e térmicas. O Governo do Estado do Espírito Santo monitora o cumprimento do contrato de concessão por meio do órgão regulador (Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo - ARSP).

Finda a concessão, o contrato estabelece indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

liquidações a serem realizados com o objetivo de determinar o valor da referida indenização.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, as quais estão sujeitas aos reajustes e revisões especificados no contrato de concessão.

O valor dos ativos, líquidos de amortização, vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 2017 é de R$ 270 (R$ 274 em 2016).

Em 02 de fevereiro de 2016 foi publicada, no Diário Oficial do Espírito Santo, a Lei 10.493/2016 que reconhece a extinção/nulidade do contrato de concessão do serviço de distribuição de gás canalizado, por aplicação do disposto no art. 43 da Lei Federal 8987, de 13 de fevereiro de 1995.

A referida Lei prevê a realização de licitação da concessão ou a criação de empresa estatal estadual para assumir os serviços, cabendo à Concessionária a indenização nos termos da Lei, a qual foi contestada judicialmente pela BR.

Diante disso, em 12 de agosto de 2016, a Companhia assinou Memorando de Entendimentos (MoU) com o Governo do Estado do Espírito Santo visando avaliar a criação de empresa estatal estadual para prestação de serviço público de distribuição de gás natural canalizado.

Conforme previsão contida no MoU, ao longo de 2017 foi realizada a modelagem e plano de negócios aplicáveis aos estudos da nova empresa, bem como a avaliação, por empresa especializada, dos ativos pertencentes à concessão. Em 31 de dezembro de 2017, encontra-se em andamento a fiscalização do Estado sobre a avaliação de ativos e as negociações visando a conclusão dos estudos e avaliações para constituição de empresa estadual de distribuição de gás natural.

A Companhia não efetuou nenhuma provisão para perda, pois até o presente momento, o valor contábil existente em 31 de dezembro de 2017 está garantido pela indenização prevista na referida Lei.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Empresas do Sistema Petrobras (Nota 31.1)	1.448	1.701	1.418	1.677
Terceiros	1.234	949	1.227	945
Total	**2.682**	**2.650**	**2.645**	**2.622**

O saldo de Fornecedores - Empresas do Sistema Petrobras está composto, principalmente, de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e contratação de serviços (inclusive fretes).

17 Financiamentos

17.1 Por Instituição Financeira

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Banco Bradesco	-	3.266	-	3.266
Banco da Amazônia	-	247	-	247
Banco do Brasil	12	4.542	-	4.524
Banco IBM	56	77	56	77
Banco Itaú - Debêntures	3.572	3.619	3.572	3.619
	3.640	11.751	3.628	11.733
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	1.000	1.063	-	-
Total	**4.640**	**12.814**	**3.628**	**11.733**
Circulante	185	805	78	697
Não circulante	4.455	12.009	3.550	11.036

Banco do Brasil

Em 14 de abril de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Brasil, no valor de R$ 4.500, com vencimento final em março de 2021.

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente a integralidade do saldo devedor da Nota de Crédito à Exportação emitida em favor do Banco do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Bradesco

Em 1º de junho de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Bradesco, na modalidade de Notas de Crédito à Exportação, no valor de R$ 3.000 pelo prazo de cinco anos.

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente a integralidade do saldo devedor da Nota de Crédito à Exportação emitida em favor do Banco Bradesco.

Banco Itaú

Em 10 de agosto de 2015, a Companhia assinou contrato para emissão de debêntures, não conversíveis em ações, junto ao Banco Itaú BBA, no valor de R$ 3.500, pelo prazo de cinco anos.

Os juros do financiamento são amortizados semestralmente e a amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, ao final do contrato, em 15 de abril de 2020.

Os encargos sobre a remuneração a ser paga pelas debêntures são de 111,57% do CDI.

O lastro da captação é a aquisição de etanol. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75. A Petrobras é o garantidor da operação.

17.2 Obrigações contratuais (*covenants*)

A Companhia possui obrigações contratuais (não financeiras) relacionadas aos contratos de financiamento, que foram plenamente atendidas em 31 de dezembro de 2017, dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis em prazos acordados com as instituições; não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; e outras cláusulas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.3 Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

	Consolidado		
Período	Principal	Juros	Total
2018	117	476	593
2019	121	326	447
2020	3.643	188	3.831
2021	127	39	166
2022	138	33	171
2023 em diante	567	114	681
Total	**4.713**	**1.176**	**5.889**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.4 Movimentação

	Consolidado			Controladora
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI´s e Debêntures)	Total	Total
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	**7.744**	**4.506**	**12.250**	**11.255**
Provisionamento de juros	24	-	24	24
Transferência entre curto e longo prazo	(246)	(138)	(384)	(243)
Variações monetárias	-	119	119	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**7.522**	**4.487**	**12.009**	**11.036**
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	**371**	**273**	**644**	**527**
Provisionamento de juros	1.220	538	1.758	1.757
Amortização de principal	(34)	(81)	(115)	(17)
Amortização de juros	(1.193)	(682)	(1.875)	(1.813)
Transferência entre curto e longo prazo	246	138	384	243
Variações monetárias	-	9	9	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**610**	**195**	**805**	**697**
Saldo total em 31 de dezembro de 2016	**8.132**	**4.682**	**12.814**	**11.733**
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	**7.522**	**4.487**	**12.009**	**11.036**
Provisionamento de juros	5	-	5	5
Transferência entre curto e longo prazo	12	(146)	(134)	9
Pré-pagamentos de dívidas de longo prazo	(7.500)	-	(7.500)	(7.500)
Variações monetárias	-	75	75	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	**39**	**4.416**	**4.455**	**3.550**
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	**610**	**195**	**805**	**697**
Provisionamento de juros	703	386	1.089	1.088
Amortização de principal	(223)	(89)	(312)	(217)
Amortização de juros	(841)	(492)	(1.333)	(1.273)
Transferência entre curto e longo prazo	(12)	146	134	(9)
Pré-pagamentos de dívida de longo prazo	(208)	-	(208)	(208)
Variações monetárias	-	10	10	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	**29**	**156**	**185**	**78**
Saldo total em 31 de dezembro de 2017	**68**	**4.572**	**4.640**	**3.628**

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Parcela circulante do endividamento de longo prazo	110	315	13	217
Juros sobre financiamento	75	490	65	480
Total	**185**	**805**	**78**	**697**

Em 2017, foram amortizados juros dos financiamentos do Bradesco (R$ 564), Banco do Brasil (R$ 410), Itaú (R$ 434), Banco da Amazônia (R$ 62), CRIs (R$ 58), entre outros.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.4.1 Conciliação dos financiamentos com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**12.894**
Fluxo de caixa	
Adições	-
Pagamentos (*)	(1.990)
Alterações não caixa	
Juros / Variação monetária	1.910
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**12.814**
Fluxo de caixa	
Adições	-
Pagamentos (*)	(9.353)
Alterações não caixa	
Juros / Variação monetária	1.179
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**4.640**

(*) Inclui pagamentos de principal, juros e pré-pagamentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.5 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

								Consolidado	Controladora
	2018	2019	2020	2021 (a)	2022 (a)	2023 (a)	2024 em diante (a)	Total	Total
Financiamentos em Reais (R$):									
Indexados a taxas flutuantes	185	133	3.638	118	125	132	309	4.640	3.628
Taxa média dos Financiamentos em Reais	7,81%	8,46%	8,68%	5,83%	5,84%	5,85%	5,37%	6,83%	9,01%
Total em 31 de dezembro de 2017	**185**	**133**	**3.638**	**118**	**125**	**132**	**309**	**4.640**	**3.628**

(a) Apenas Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI

Os valores justos dos financiamentos são determinados, principalmente, por meio de derivados de preços observáveis de mercado (Nível 2). O valor justo dos financiamentos em 2017 é de R$ 3.853 (R$ 3.077 na Controladora).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 30.2.1.1.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18 Arrendamentos mercantis

18.1 Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui compromissos financeiros com o FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda., em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, e construção de bases e terminais, atualizados pelo IPCA. O saldo a pagar em 2017 totaliza R$ 600 (nota 18.1.1).

Os créditos imobiliários originados nos Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), pela RB Capital Securitizadora S.A..

A Companhia é arrendatária de equipamentos da investida CDGN, e arrendadora desses equipamentos aos clientes Suzano Papel e Celulose S.A. e Fiat Automóveis Ltda.. O saldo a receber gerado pelo arrendamento a esses clientes totaliza R$ 25 (nota 18.1.1).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18.1.1 Fluxo dos pagamentos e recebimentos de arrendamentos mercantis financeiros

	Recebimentos					
	Consolidado			Controladora		
Compromissos estimados	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2018	6	(3)	3	6	(3)	3
2019 - 2022	26	(11)	15	26	(11)	15
2023 em diante	11	(4)	7	11	(4)	7
Em 31 de dezembro de 2017	**43**	**(18)**	**25**	**43**	**(18)**	**25**
Circulante			4			4
Não circulante			21			21
Em 31 de dezembro de 2017			**25**			**25**
Circulante			4			4
Não circulante			24			24
Em 31 de dezembro de 2016			**28**			**28**

	Pagamentos					
	Consolidado			Controladora		
Compromissos estimados	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2018	41	(13)	28	133	(7)	126
2019 - 2022	52	(15)	37	346	(161)	185
2023 em diante	11	(4)	7	577	(288)	289
Em 31 de dezembro de 2017	**104**	**(32)**	**72**	**1.056**	**(456)**	**600**
Circulante			29			126
Não circulante			43			474
Em 31 de dezembro de 2017			**72**			**600**
Circulante			28			124
Não circulante			67			561
Em 31 de dezembro de 2016			**95**			**685**

18.1.2 Conciliação dos arrendamentos mercantis financeiros com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**129**
Fluxo de caixa	
Adições	-
Pagamentos	(48)
Alterações não caixa	
Juros / Variação monetária	14
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**95**
Fluxo de caixa	
Adições	-
Pagamentos	(32)
Alterações não caixa	
Juros / Variação monetária	9
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**72**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18.2 Arrendamentos mercantis operacionais

Em 2017, a Companhia pagou um montante de R$ 286 (R$ 285 em 2016) pelos compromissos contratuais de arrendamentos operacionais, sendo R$ 186 referente a parcelas fixas e R$ 100 referente a parcelas variáveis. Esses arrendamentos expiram em diversas datas até 2040.

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, terrenos, unidades administrativas e edificações utilizados como postos de combustíveis e equipamentos de fornecimento de energia elétrica.

A Companhia possui compromissos contratuais com a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora referente à locação do Edifício Lubrax para o período de 2018 a 2031, num valor total restante estimado de R$ 919.

A estimativa de pagamentos mínimos dos arrendamentos da Companhia para os próximos exercícios está assim apresentada:

	Consolidado	Controladora
2018	137	137
2019 - 2022	318	318
2023 em diante	281	281
Total	**736**	**736**

19 Adiantamentos de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Fundos de *marketing* (a)	155	184	155	184
Adiantamentos de clientes	199	159	191	127
Outros	9	11	9	11
Total	**363**	**354**	**355**	**322**

(a) Adiantamentos recebidos de clientes conveniados, tais como revendedores, franqueados e parceiros comerciais, para uso em ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Passivo Circulante				
ICMS	175	143	174	143
PIS/COFINS	36	18	36	17
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	29	29	29	29
Programa de Recuperação Fiscal	11	-	11	-
Outros	26	14	19	11
Total	**277**	**204**	**269**	**200**

Os débitos de ICMS estão representados, basicamente, por: ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária registrados nos Livros Fiscais a serem recolhidos, principalmente, para os Estados de São Paulo (R$ 51 em 2017 e R$ 45 em 2016), Minas Gerais (R$ 22 em 2017 e R$ 14 em 2016), Rio de Janeiro (R$ 17 em 2017 e R$ 9 em 2016) e Paraná (R$ 11 em 2017 e R$ 10 em 2016).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

20.1 Programas de Anistias Estaduais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistia.

		Valores liquidados	
Estado	**Lei Estadual / Decreto**	**2017**	**2016**
MG	22.549/2017	71	-
PE	362/2017	3	-
CE	16.259/2017	3	-
MA	10.681/17	1	-
SP	61.788/2016 e 61.625/15	-	5
AC	4.559/2016 e 4.971/2012	-	2
RO	3.835/16 e 3.934/16	-	2
RN	10.112/2016	-	1
MT	10.433/2016	-	12
Total		**78**	**22**

20.2 Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

Em 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, cujos processos inscritos referem-se a dívidas de PIS/COFINS, IPI e INSS cobradas pela União num total de R$ 20.

20.2.1 Efeitos do PERT no resultado do período

	PERT
Despesa Tributária	(11)
Resultado Financeiro	(9)
Total da adesão com redução	(20)
Efeito de PIS/COFINS sobre valor da anistia	(1)
IRPJ/CSLL - benefício fiscal por dedutibilidade, líquido	7
Outras despesas operacionais - reversão de provisão	36
Efeito total no resultado	**22**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

21 Benefícios concedidos a empregados

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Passivo				
Planos de pensão	1.945	1.919	1.941	1.916
Planos de saúde	2.121	2.392	2.121	2.392
Total	**4.066**	**4.311**	**4.062**	**4.308**
Circulante	134	139	134	139
Não circulante	3.932	4.172	3.928	4.169

21.1 Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

(a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros para cobrir obrigações do plano, totalizavam R$ 411 (R$ 411 na Controladora). Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos, com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a Petrobras possuía estoque

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de R$ 13.454, revisado e atualizado no 3º trimestre de 2017 para refletir o aumento dos compromissos assumidos no TCF.

Para o exercício de 2018, as contribuições esperadas para o plano somam R$ 36 (R$ 36 na Controladora) e o pagamento de juros sobre o TCF, R$ 24 (R$ 24 na Controladora).

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2017 é de 13,07 anos.

Plano de equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP)

Em 26 de maio de 2017, o Conselho Deliberativo da Fundação Petros aprovou as demonstrações contábeis do exercício de 2016 com um déficit acumulado de R$ 26,7 bilhões (R$ 22,6 bilhões de déficit até o exercício de 2015) para o Plano Petros Sistema Petrobras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

O déficit apurado pela Petros vem sendo calculado anualmente por atuário independente e já se encontra reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia, de acordo com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 19 de junho de 2017, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) publicou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Fundação Petros estabelecendo prazos para a implementação do plano de equacionamento do déficit acumulado em 2015.

Em 12 de setembro de 2017, o Conselho Deliberativo da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit (PED) do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), no valor total do déficit registrado em 2015, de R$ 22,6 bilhões. Esse montante, atualizado até dezembro de 2017, é de R$ 27,7 bilhões.

O PED foi apreciado pelo Conselho de Administração da Petrobras e encaminhado à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). Com isso, a Petros efetuará a cobrança a partir do contracheque de março de 2018, de forma

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

que os participantes possam ser amplamente comunicados sobre o início do desconto.

Conforme as Leis Complementares 108/2001 e 109/2001, bem como a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC 26/2008, o déficit deverá ser equacionado paritariamente entre as patrocinadoras (Petrobras, Petrobras Distribuidora e Petros) e os participantes e assistidos do PPSP. Sendo assim, caberá à Petrobras um valor total de R$ 12,8 bilhões e à Companhia, R$ 0,9 bilhão.

O desembolso pelas patrocinadoras será decrescente ao longo de 18 anos, e é estimado, no primeiro ano, em R$ 1,4 bilhão para a Petrobras e R$ 89 para a Companhia.

As contribuições extraordinárias dos participantes durante a fase laborativa e assistida foram consideradas na avaliação atuarial de 2017 sendo redutora do valor presente da obrigação, no montante de R$ 23, enquanto as contribuições extraordinárias da Patrocinadora reduzirão a obrigação atuarial no momento do desembolso, sem representar impacto no resultado.

(b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e algumas controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2017, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R$ 48 (R$ 48 na Controladora).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2018, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Petros, que se baseou na recomendação da consultoria atuarial da Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para

conta individual do participante.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2017 é de 43,53 anos.

21.2 Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A Petros elabora Políticas de Investimentos que têm a função de nortear a gestão de investimento para períodos de cinco anos, que são revisadas anualmente. O modelo de ALM - *Asset and Liability Management* é utilizado para resolver descasamentos de fluxo de caixa líquido dos planos de benefícios por ela administrados, considerando parâmetros de liquidez e solvência, adotando-se nas simulações o horizonte de 30 anos.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros Sistema Petrobras no período entre 2018 a 2022 são de: 45% a 75% em renda fixa, 10% a 35% em renda variável, 4% a 8% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes, 0% a 5% em investimentos estruturados. Enquanto os limites de alocação do Plano Petros 2 para o mesmo período são de: 65% a 90% em renda fixa, 5% a 20% em renda variável, 0% a 5% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes, 0% a 5% em investimentos estruturados e de 0% a 2% em investimentos no exterior.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

	Consolidado					
	2017				2016	
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Recebíveis	-	198	198	8%	236	8%
Renda fixa	1.161	348	1.509	58%	1.281	46%
Títulos privados	-	20	20		11	
Títulos públicos	1.161	11	1.172		1.090	
Fundos de renda fixa	-	315	315		178	
Outros investimentos	-	2	2		2	
Renda variável	500	50	550	21%	843	30%
Ações à vista	500	-	500		813	
Outros investimentos	-	50	50		30	
Investimentos estruturados	-	64	64	2%	132	5%
Fundos de Private Equity	-	53	53		115	
Fundos de Venture Capital	-	2	2		3	
Fundos imobiliários	-	9	9		14	
Imóveis	-	182	182	7%	207	7%
	1.661	842	2.503	96%	2.699	96%
Empréstimos a participantes		108	108	4%	115	4%
			2.611	100%	2.814	100%

21.3 Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia, Petrobras, Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Biocombustível, Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. – TBG, Araucária Nitrogenados e Termobahia mantêm um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. Sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Petrobras busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2017 é de 22,03 anos.

Resoluções CGPAR

Em 18 de janeiro de 2018, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), através das Resoluções CGPAR n° 22 e 23 de 18 de janeiro de 2018, estabeleceu diretrizes e parâmetros mínimos de governança e de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão.

O objetivo principal das resoluções é viabilizar a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de saúde das empresas estatais.

A Companhia tem até 48 meses para adequação do plano de saúde AMS às novas regras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

21.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos foram agregadas, uma vez que contém premissas similares.

(a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2017				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	4.599	134	2.392	7.125	7.122
Custo dos juros	487	15	255	757	757
Custo do serviço corrente	9	8	26	43	42
Contribuições de participantes	13	-	-	13	13
Benefícios pagos	(301)	(6)	(77)	(384)	(384)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - demais experiências	135	(15)	(148)	(28)	(28)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - contribuições extraordinárias	(771)	-	-	(771)	(771)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	223	27	(298)	(48)	(48)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	4	(5)	(29)	(30)	(30)
Obrigação atuarial no fim do exercício	**4.398**	**158**	**2.121**	**6.677**	**6.673**
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativos do plano no início do exercício	2.750	64	-	2.814	2.814
Receitas de juros	290	7	-	297	297
Contribuições pagas pela empresa	62	-	-	62	62
Contribuições de participantes	13	-	-	13	13
Benefícios pagos	(301)	(6)	-	(307)	(307)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(344)	76	-	(268)	(268)
Ativos do plano no fim do exercício	**2.470**	**141**	**-**	**2.611**	**2.611**

	2017				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações	4.398	158	2.121	6.677	6.673
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.470)	(141)	-	(2.611)	(2.611)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2017	**1.928**	**17**	**2.121**	**4.066**	**4.062**
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.849	70	2.392	4.311	4.308
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(65)	(69)	(475)	(609)	(609)
(+) Custos incorridos no período	9	8	26	43	42
(-) Pagamento de contribuições	(62)	-	(77)	(139)	(139)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	197	8	255	460	460
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.928**	**17**	**2.121**	**4.066**	**4.062**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	2016				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	3.725	70	1.280	5.075	5.072
Custo dos juros	529	10	185	724	724
Custo do serviço corrente	26	3	14	43	43
Contribuições de participantes	18	-	-	18	18
Benefícios pagos	(240)	(3)	(78)	(321)	(321)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência demográfica	(38)	5	82	49	51
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	569	47	917	1.533	1.532
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	10	2	(8)	4	3
Obrigação atuarial no fim do exercício	**4.599**	**134**	**2.392**	**7.125**	**7.122**
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício	2.646	54	-	2.700	2.700
Receitas de juros	377	8	-	385	385
Contribuições pagas pela empresa	59	-	-	59	59
Contribuições de participantes	18	-	-	18	18
Benefícios pagos	(240)	(3)	-	(243)	(243)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(110)	5	-	(105)	(105)
Ativos do plano no fim do exercício	**2.750**	**64**	**-**	**2.814**	**2.814**

	2016				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo constituído	4.599	134	2.392	7.125	7.122
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.750)	(64)	-	(2.814)	(2.814)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2016	**1.849**	**70**	**2.392**	**4.311**	**4.308**
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.079	16	1.280	2.375	2.372
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	651	49	991	1.691	1.691
(+) Custos incorridos no período	26	3	14	43	43
(-) Pagamento de contribuições	(59)	-	(78)	(137)	(137)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	152	2	185	339	339
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.849**	**70**	**2.392**	**4.311**	**4.308**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(b) Componentes do benefício definido

	2017				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	9	8	26	43	42
Juros líquidos sobre o passivo líquido	197	8	255	460	460
Custo líquido no exercício	**206**	**16**	**281**	**503**	**502**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	2	-	2	4	4
Diretamente no resultado	31	12	60	103	102
Relativa aos inativos:	173	4	219	396	396
Custo líquido no exercício	**206**	**16**	**281**	**503**	**502**

	2016				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	26	3	14	43	43
Juros líquidos sobre o passivo líquido	153	2	184	339	339
Custo líquido no exercício	**179**	**5**	**198**	**382**	**382**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	5	-	2	7	7
Diretamente no resultado	77	5	67	149	149
Relativa aos inativos:	97	-	129	226	226
Custo líquido no exercício	**179**	**5**	**198**	**382**	**382**

(c) Análise de sensibilidade

A variação de 1 %. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Consolidado					
	Taxa de desconto				Custos médicos	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(482)	590	(255)	315	341	(279)
Custo do serviço e juros	(21)	25	(12)	14	41	(33)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(d) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2017	2016
Taxa de desconto (Real)	5,35% [1] / 5,45% [2] / 5,42% [3]	5,74% [1] / 5,69% [2] / 5,72% [3]
Inflação (IPCA)	3,96% [1] [2] [3] [4]	4,87% [1] [2] [3]
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação)	9,52% [1] / 9,63% [2] / 9,59% [3]	10,89% [1] / 10,84% [2] / 10,87% [3]
Taxa de crescimento salarial (Real)	1,61% [1] / 1,58% [2]	1,09% [1] / 1,04% [2]
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	5,63% [1] / 5,60% [2]	6,01% [1] / 5,96% [2]
Taxa de rotatividade do plano de saúde	1,488% a.a	0,597% a.a [5]
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	10,37% a 4,50%a.a	13,82% a 4,00%a.a
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) [1] [3] AT-2000 Feminina suavizada em 10% [2]	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) [1] [3] AT-2000 Feminina suavizada em 10% [2]
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana [1] [3] / Grupo americana desagravada em 40% [2]	TASA 1927 [1] [3] / LIGHT Fraca [2]
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina [1] [3] IAPB 1957 fraca [2]	AT-49 Masculina agravada em 10% [1] [3] IAPB 1957 fraca [2]
Idade de entrada na aposentadoria	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos [6]	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos [6]

[1] Plano Petros Sistema Petrobras.
[2] Plano Petros 2.
[3] Plano AMS.
[4] Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 3,96% para 2018 e atingindo 4,50% de 2027 em diante.
[5] Rotatividade média apenas da patrocinadora Petrobras, que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.
[6] Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi utilizada a elegibilidade conforme as regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e regras do plano.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(e) Perfil de vencimento da obrigação

Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal	
31/12/2018	308
31/12/2019	309
31/12/2020	303
31/12/2021	299
31/12/2022 ou posterior	5.458
Total	**6.677**

21.5 Participações nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ministério de Minas e Energia e pela Petrobras e ao atingimento de indicadores corporativos.

O Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, que trata desta participação, estabelece o conjunto de indicadores corporativos que define o montante a ser distribuído aos empregados a título de PLR, tendo como base de cálculo o Lucro Líquido do Sistema Petrobras. Também estão definidas no ACT as regras para pagamento de PLR caso a Companhia não tenha lucro e as metas dos indicadores corporativos forem atingidas.

Dessa forma, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social, a Lei 10.101/2000 e demais normativos vigentes, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia provisionou o valor de R$26 para a distribuição aos seus empregados, correspondente a 2,3% do lucro antes das participações, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução nº 10/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

21.6 Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV

Em outubro de 2016, a Companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) BR 2016, visando adequar o efetivo da Companhia considerando o plano de desinvestimento conduzido pela Controladora Petróleo Brasileiro S.A. e as metas de desempenho previstas no Plano de Negócios e Gestão 2017-2021.

O programa, cujo período de inscrições foi encerrado em 30 de dezembro de 2016, obteve 1.105 adesões. O período de desligamento dos empregados inscritos foi de 17 de janeiro a 31 de julho de 2017, conforme plano de ação de gestão do conhecimento ou de sucessão gerencial inerentes aos processos e atividades em que atuam.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os empregados que aderiram ao PIDV tinham pelo menos 10 anos de tempo de Companhia, completos até 30 de dezembro de 2016, independentemente de cargo ou função. Conforme previsto no Regramento do PIDV BR 2016, os empregados poderão desistir a qualquer momento, situação em que não farão jus ao incentivo financeiro.

Em 29 de janeiro de 2018, o programa foi reaberto para os empregados que cancelaram suas inscrições durante o período de inscrições ou que apresentaram a desistência formal de sua participação no programa. As inscrições são voluntárias para os desistentes e poderão ser feitas até o dia 2 de março.

O incentivo financeiro a ser pago aos empregados que se desligarem por meio do PIDV foi estipulado em um teto de R$ 800 mil (oitocentos mil reais) e o piso de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), além das vantagens legais e corporativas.

O programa foi reaberto em 29 de janeiro de 2018, conforme detalhado na nota 33.

A Companhia reconheceu a provisão em 31 de dezembro de 2016, correspondente às indenizações devidas aos empregados que aderiram, estando sujeita à revisão periódica pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA.

No ano de 2017 a Companhia registrou 704 desligamentos, 383 desistências e uma eliminação do programa referentes ao PIDV BR - 2016 e 1 desligamento referente ao PIDV BR - 2014.

A provisão referente ao PIDV está registrada no passivo circulante.

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**445**
Desistências	(149)
Atualização / ajustes	5
Utilização por desligamento	(293)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**8**

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2017 é referente ao PIDV BR - 2016, uma vez que em abril de 2017 ocorreu o desligamento do último participante do PIDV BR - 2014.

Os empregados que permanecem inscritos no programa após a última data de desligamento de 31 de julho de 2017 se enquadram em hipóteses estabelecidas no Regramento do PIDV BR - 2016, que tratam dos casos de empregados que tiveram

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

seus contratos de trabalho suspensos ou que mesmo após seu efetivo desligamento, estão aguardando resultado de apuração da Comissão Interna de Averiguação - CIA ou da Controladoria Geral da União - CGU em que seus nomes estejam envolvidos. O pagamento das indenizações previstas no saldo remanescente da provisão será realizado conforme tais casos sejam concluídos, sendo que para o segundo grupo, há a possibilidade de eliminação do programa, situação na qual o participante não fará jus ao recebimento da indenização.

Conforme previsto no Regramento do PIDV BR - 2016 a data limite para pagamento de indenizações, para qualquer caso é 17 de janeiro de 2019. Após essa data o PIDV BR- 2016 será encerrado em caráter definitivo.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social realizado

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Companhia, em espécie, no montante de R$ 6.313, que resultará em benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo melhoria dos seus indicadores financeiros como liquidez e solvência.

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras) referente aos créditos com garantias com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui (nota 7.3), ambas do sistema Petrobras, com o objetivo de melhorar a gestão da estrutura de capital do grupo econômico das referidas empresas.

O montante cindido foi de R$ 6.339, sendo R$ 6.313 com efeito no capital social e R$ 26 em lucros acumulados, referente às movimentações patrimoniais entre a data base do laudo (30 de junho de 2017) e a data da Assembleia Geral Extraordinária (31 de agosto de 2017).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2017, e com base nos termos dos artigos 12 e 122 da Lei 6.404/76, foi aprovada a proposta de grupamento de ações do capital social da Companhia, na proporção de 29,8521666575107:1, de forma que cada lote de 29,8521666575107 ações seja grupado em uma única ação. Também foi aprovada a alteração do artigo 4° do Estatuto Social para refletir a alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia, passando de 34.777.774.156 ações (inalterado desde 2013) para 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O capital social em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é de R$ 6.352, totalmente subscrito e integralizado.

22.2 Reservas de lucros

(a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Reserva estatutária

Constituída com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, para garantir investimentos compatíveis com o desenvolvimento dos negócios da Companhia, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, após a destinação da Reserva Legal, da Reserva para Contingência, do dividendo obrigatório, da Reserva de Lucros a Realizar e da Reserva de retenção de lucros, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital, de acordo com o artigo 48 do Estatuto Social da Companhia.

(c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(d) Reserva de incentivo fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

Em virtude dos prejuízos apurados nos exercícios de 2015 e 2016 e conforme previsto na Lei 12.973/14, em seu capítulo I, o montante acumulado de subvenção de investimentos no âmbito da Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) proveniente do resultado dos três últimos exercícios utilizados para constituição de reserva de incentivo é de R$ 1.

O montante constituído de reserva, será encaminhado para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 25 de abril de 2018, para aprovação do aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, de acordo com o artigo 169, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76 mediante capitalização das reservas de lucros de incentivos fiscais constituídas em 2017, no montante de R$ 1, em atendimento ao artigo 35, parágrafo 1º, da Portaria nº 283/13 do Ministro do Estado de Integração Nacional .

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

22.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 48 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2017, sem prejuízo de outras eventuais distribuições, no valor de R$ 659.

	2017
Lucro líquido do exercício	1.151
Apropriação	
Reserva legal	(58)
Reserva de Incentivo Fiscais	(1)
Lucro básico para determinação dos dividendos / Juros sobre capital próprio	**1.092**
Juros sobre capital próprio - Registrados no passivo circulante	
Equivalentes a 25% do lucro básico	273
Registrados no patrimônio líquido	
Juros sobre capital próprio	386
Dividendos adicionais propostos	433
Equivalentes a aproximadamente 75% do lucro básico	
Composição dos Juros sobre capital próprio e dividendos	
Juros sobre o capital próprio	659
Dividendo adicional proposto	433
Total de dividendos / juros sobre capital próprios distribuídos	**1.092**
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	-
Total de dividendos / juros sobre capital próprio propostos	**1.092**
Dividendos / Juros sobre capital por ação	0,94

Os juros sobre o capital próprio serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2017 até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa Selic.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

22.3.1 Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	635	616
Adições	273	747
Pagamento	(683)	(684)
Imposto de renda retido na fonte	(13)	(127)
Atualização	61	83
Saldo final	**273**	**635**

22.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos dos efeitos dos tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

22.5 Resultado por ação

	Controladora	
	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo)	1.151	(315)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	1.165.000.000	1.165.000.000
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	**0,99**	**(0,27)**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

23 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	45.357	48.194	45.357	48.194
Gasolina	33.869	33.877	33.869	33.877
Óleo combustível	5.082	4.159	5.082	4.159
Querosene de aviação	7.838	7.009	7.838	7.009
Lubrificantes	1.934	2.033	1.934	2.033
Asfalto	902	1.381	226	871
Coque	1.865	1.580	1.865	1.580
Outros derivados	1.060	1.190	1.060	1.190
Etanol	5.351	5.869	5.351	5.869
Gás natural	1.633	1.437	1.633	1.437
Produtos de Suplly-House (a)	1.323	1.461	1.323	1.461
Serviços, energia e outros	65	77	42	51
	106.279	108.267	105.580	107.731
Juros embutidos no preço dos produtos	(348)	(520)	(348)	(520)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(545)	(542)	(545)	(542)
Bonificação por desempenho (b)	(248)	(244)	(248)	(244)
Prêmios e descontos sobre vendas	(55)	(40)	(55)	(40)
Encargos de vendas	(20.516)	(20.284)	(20.362)	(20.180)
Receita de vendas	**84.567**	**86.637**	**84.022**	**86.205**

(a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.

(b) Valores concedidos aos clientes em função do cumprimento de prazos e desempenhos acordados contratualmente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24 Outras receitas (despesas), líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesas de aluguéis	(128)	(131)	(128)	(131)
ICMS - reversão / provisão para perda saldo credor - Estado da Bahia	56	(54)	56	(54)
Participações nos lucros ou resultados	(26)	-	(26)	-
Perdas e provisões com processos judiciais	(119)	(1.079)	(119)	(1.079)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV	144	(434)	144	(434)
Planos de pensão e saúde - inativos	(396)	(226)	(396)	(226)
Receita de aluguéis e royalties	276	271	276	271
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	47	46	47	46
Relações institucionais e projetos culturais	(161)	(84)	(161)	(84)
Outros	23	22	23	23
Total	**(284)**	**(1.669)**	**(284)**	**(1.668)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25 Despesas por natureza

	Consolidado											
	2017						2016					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(78.540)	-	-	(1)	-	(78.541)	(79.833)	-	-	(1)	-	(79.834)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(91)	(1.715)	(219)	(140)	-	(2.165)	(93)	(1.795)	(188)	(143)	-	(2.219)
Despesas com pessoal	(54)	(710)	(501)	(285)	-	(1.550)	(65)	(798)	(527)	(669)	-	(2.059)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	40	-	-	-	40	-	(676)	-	-	-	(676)
Depreciação e amortização	(13)	(378)	(61)	-	-	(452)	(12)	(378)	(64)	-	-	(454)
Variação dos estoques	567	-	-	-	-	567	(165)	-	-	-	-	(165)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(161)	-	(161)	-	-	-	(84)	-	(84)
Tributárias	2	-	-	108	(172)	(62)	-	-	-	(64)	(137)	(201)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(119)	-	(119)	-	-	-	(1.079)	-	(1.079)
Receita de franquia, aluguéis e royalties	-	-	-	276	-	276	-	-	-	271	-	271
Outras	(71)	(189)	(54)	38	-	(276)	(4)	(198)	(49)	100	-	(151)
Total	**(78.200)**	**(2.952)**	**(835)**	**(284)**	**(172)**	**(82.443)**	**(80.172)**	**(3.845)**	**(828)**	**(1.669)**	**(137)**	**(86.651)**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora											
	2017						2016					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(78.078)	-	-	(1)	-	(78.079)	(79.461)	-	-	(1)	-	(79.462)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(83)	(1.693)	(211)	(140)	-	(2.127)	(86)	(1.785)	(180)	(143)	-	(2.194)
Despesas com pessoal	(44)	(703)	(494)	(285)	-	(1.526)	(54)	(792)	(520)	(669)	-	(2.035)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	43	-	-	-	43	-	(641)	-	-	-	(641)
Depreciação e amortização	(9)	(378)	(60)	-	-	(447)	(9)	(377)	(63)	-	-	(449)
Variação dos estoques	556	-	-	-	-	556	(166)	-	-	-	-	(166)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(161)	-	(161)	-	-	-	(84)	-	(84)
Tributárias	2	-	-	108	(168)	(58)	-	-	-	(64)	(132)	(196)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(119)	-	(119)	-	-	-	(1.079)	-	(1.079)
Receita de franquia, aluguéis e royalties	-	-	-	276	-	276	-	-	-	271	-	271
Outras	(63)	(180)	(50)	38	-	(255)	(5)	(192)	(46)	101	-	(142)
Total	**(77.719)**	**(2.911)**	**(815)**	**(284)**	**(168)**	**(81.897)**	**(79.781)**	**(3.787)**	**(809)**	**(1.668)**	**(132)**	**(86.177)**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

26 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(1.094)	(1.782)	(1.093)	(1.781)
Arrendamentos mercantis financeiros	(7)	(9)	(55)	(56)
Comissões bancárias	(56)	(39)	(56)	(39)
Impostos	(40)	(18)	(40)	(18)
Outras	(34)	(45)	(23)	(39)
	(1.231)	**(1.893)**	**(1.267)**	**(1.933)**
Receitas				
FIDC	187	299	186	297
Juros por atraso de clientes	107	151	97	142
Financiamentos a clientes	56	145	56	145
Depósitos judiciais	39	40	38	38
Resultado Hedge de Commodities	(75)	-	(75)	-
Aplicações financeiras	28	39	8	12
Outras	34	8	34	8
	376	**682**	**344**	**642**
Variações monetárias				
Ativa				
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - Sistema Eletrobras	400	806	400	806
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - terceiros	6	10	6	10
Impostos	20	7	20	7
Outras	10	18	10	18
	436	**841**	**436**	**841**
Passiva				
Arrendamentos mercantis financeiros	(2)	(7)	10	(61)
Atualização de dividendos a pagar à Petrobras	(61)	(83)	(61)	(83)
Empréstimos e financiamentos	(80)	(117)	-	-
Atualização contas a pagar	-	-	(30)	-
Outras	1	(4)	1	(5)
	(142)	**(211)**	**(80)**	**(149)**
Variação cambial	**4**	**(41)**	**-**	**(46)**
Resultado financeiro	**(557)**	**(622)**	**(567)**	**(645)**

Os encargos dos financiamentos (juros e variação monetária) totalizaram R$ 1.179 (nota17.4) no exercício (R$ 1.910 em 2016), sendo R$ 1.174 reconhecidos no resultado (R$ 1.899 em 2016) e R$ 5 como juros capitalizados (R$ 11 em 2016).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

27 Informações por segmento

A Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio da perspectiva do perfil/ mercado dos seus clientes, em relação à Rede de Postos. Em relação ao perfil de clientes, a Administração separadamente considera as atividades de Rede de Postos, Grandes Consumidores e Aviação.

Os demais segmentos relacionados à venda de produtos químicos, asfalto e à geração de energia foram agregados em "Outros", como segmentos operacionais reportáveis, por não terem atingido o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis individuais.

O resultado consolidado das receitas com clientes no Brasil é de R$ 83.194 (R$ 85.340 em 2016), e o total de receita com clientes no exterior, com base no país de destino da venda, é de R$ 1.373 (R$ 1.297 em 2016).

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

A seguir, as principais informações financeiras avaliadas pela Diretoria Executiva:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/17

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	50.999	22.450	6.947	4.716	-	85.112	(545)	(a)	84.567
Custo dos produtos vendidos	(47.227)	(20.749)	(6.224)	(3.987)	-	(78.187)	(13)	(b)	(78.200)
Lucro bruto	**3.772**	**1.701**	**723**	**729**	-	**6.925**	**(558)**		**6.367**
Despesas									
Vendas, gerais e administrativas	(1.624)	(928)	(467)	(335)	(149)	(3.503)	(284)	(c)	(3.787)
Tributárias	(5)	(2)	(3)	(10)	(24)	(44)	(128)	(d)	(172)
Outras receitas (despesas), líquidas	186	-	19	23	(537)	(309)	25	(c)	(284)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	5	(7)	(2)	-		(2)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-		(557)	(f)	(557)
EBITDA Ajustado	**2.329**	**771**	**272**	**412**	**(717)**	**3.067**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**(1.502)**		**1.565**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/16

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	52.634	23.247	6.189	5.109	-	87.179	(542)	(a)	86.637
Custo dos produtos vendidos	(48.698)	(21.521)	(5.627)	(4.310)	(4)	(80.160)	(12)	(b)	(80.172)
Lucro bruto	**3.936**	**1.726**	**562**	**799**	**(4)**	**7.019**	**(554)**		**6.465**
Despesas									
Vendas, gerais e administrativas	(1.617)	(1.091)	(462)	(422)	(228)	(3.820)	(853)	(c)	(4.673)
Tributárias	(6)	-	(2)	(12)	(27)	(47)	(90)	(d)	(137)
Outras receitas (despesas), líquidas	225	28	(35)	31	(405)	(156)	(1.513)	(e)	(1.669)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	5	(6)	(1)	-		(1)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(622)	(f)	(622)
EBITDA Ajustado	**2.538**	**663**	**63**	**401**	**(670)**	**2.995**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**(3.632)**		**(637)**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Reconciliação com as demonstrações contábeis	31/12/2017	31/12/2016
(a) Receita de Vendas		
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os recipientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(545)	(542)
(b) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(13)	(12)
(c) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(439)	(442)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia e que vêm ultimamente enfrentando dificuldades financeiras.	155	(411)
(d) Impostos		
Os ajustes de impostos referem-se à anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Anistias fiscais: trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de ICMS e de tributos federais junto aos Estados e União, respectivamente. A Companhia considera o ajuste apropriado porque fornece informações adicionais aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais.	(80)	(6)
Encargos tributários sobre receitas financeiras: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(48)	(84)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas		
Perdas e provisões com processos judiciais		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(119)	(1.079)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		
Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas ao plano, bem como pela reversão da provisão em função das desistências de adesão ao plano ocorridas nos respectivos períodos.	144	(434)
(f) Resultado Financeiro, líquido	(557)	(622)
Total	**(1.502)**	**(3.632)**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28 Processos judiciais, administrativos e contingências

28.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

A Companhia e suas investidas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a:

Processos Fiscais
(i) referentes à transferência de créditos de ICMS de transportadoras e construtoras do Mato Grosso, compensados pela Companhia (R$ 1.229 em 2017 e R$ 1.176 em 2016).

Processos Cíveis
(i) processo movido por Valpar em que se discute o suposto descumprimento de Contrato de Transporte e de Mútuo pela Companhia, acarretando prejuízos e inviabilizando a operação de postos da autora (R$ 86 em 2017 e R$ 84 em 2016);
(ii) processo movido por Dislub que alega interrupção unilateral do contrato de distribuição por parte da Companhia. Requer a rescisão do contrato com a liberação das garantias e a condenação ao pagamento da multa contratual, indenização a título de perdas e danos e danos morais (R$76 em 2017 e R$ 70 em 2016); e
(iii) processo movido por Único Combustíveis Ltda. que visa à condenação da Companhia no pagamento de multa pactuada em contrato de Compra e Venda Mercantil, bem como de indenização por danos morais pela interrupção do fornecimento de combustível (R$ 69 em 2017 e R$ 44 em 2016).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado									
	31.12.2017					31.12.2016				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	**1.415**	**225**	**441**	**9**	**2.090**	702	149	243	11	**1.105**
Adição	108	85	120	3	316	851	72	250	1	**1.174**
Utilização	(131)	(8)	(3)	-	(142)	(80)	(3)	(25)	-	**(108)**
Reversão	(111)	(65)	(132)	(4)	(312)	(126)	(25)	(42)	(3)	**(196)**
Atualização	119	1	6	1	127	68	32	15	-	**115**
Saldo final	**1.400**	**238**	**432**	**9**	**2.079**	**1.415**	**225**	**441**	**9**	**2.090**

	Controladora									
	31.12.2017					31.12.2016				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo inicial	**1.414**	**225**	**441**	**9**	**2.089**	701	149	243	11	**1.104**
Adição	108	85	120	3	316	851	72	250	1	**1.174**
Utilização	(131)	(8)	(3)	-	(142)	(80)	(3)	(25)	-	**(108)**
Reversão	(111)	(65)	(132)	(4)	(312)	(126)	(25)	(42)	(3)	**(196)**
Atualização	119	1	6	1	127	68	32	15	-	**115**
Saldo final	**1.399**	**238**	**432**	**9**	**2.078**	**1.414**	**225**	**441**	**9**	**2.089**

As despesas com processos judiciais e administrativos, incluindo atualizações, estão reconhecidas em outras despesas, líquidas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em 2016, foram constituídas provisões adicionais adicionais de R$ 621 referentes a diversos autos de infração diversos autos de infração provenientes das deduções praticadas em relação aos recolhimentos mensais de ICMS-ST complemento, em função, principalmente, do aproveitamento de créditos de ICMS adquiridos de transportadoras localizadas no Estado do Mato Grosso (Decreto Estadual nº 2.683/2010), bem como de contratos de compra e venda de créditos outorgados em favor das empresas de construção, em atendimento aos acordos elaborados entre o Estado do Mato Grosso, a Companhia e as construtoras, que se efetivava através dos ofícios emitidos pelo próprio Estado do Mato Grosso para a Companhia (Convênio ICMS nº 85/2011).

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. Entretanto, dada as características das provisões judiciais de longo prazo, não é possível estimar um cronograma referente a saída desses recursos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais

	Consolidado					
	2017			2016		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	238	126	112	225	109	116
Causas fiscais	1.400	12	1.388	1.415	8	1.407
Causas cíveis	432	65	367	441	71	370
Causas ambientais	9	-	9	9	4	5
Total	**2.079**	**203**	**1.876**	**2.090**	**192**	**1.898**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

28.1.2 Garantias

Parte dos estoques e do imobilizado da Companhia servem como garantias em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré.

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Estoques	250	282	250	282
Imobilizado	17	23	17	23
	267	**305**	**267**	**305**

28.2 Processos não provisionados (perdas possíveis)

	Consolidado		Controladora	
Natureza	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Fiscais	7.091	6.989	7.027	6.982
Cíveis - Gerais	2.127	1.833	2.127	1.833
Trabalhistas	186	259	186	259
Cíveis - Ambientais	27	9	27	9
Total	**9.431**	**9.090**	**9.367**	**9.083**

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

a) Processos de natureza fiscal

	Descrição dos processos de natureza fiscal	2017	2016
	Autores: Estado do RJ		
1)	Cobrança da diferença de alíquota nas operações internas com querosene de aviação. Os Estados conferiram regime especial às empresas aéreas reduzindo a alíquota de ICMS. Hoje cobram essa diferença das distribuidoras relativamente às vendas para as companhias aéreas e/ou às transferências entre estabelecimentos da Companhia.	1.196	1.903
	Autores: Estados de GO, PA, RJ, RR, SC, SP e TO		
2)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	1.376	934
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, SE e SP e o Distrito Federal		
3)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20º C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	860	635
	Autores: Estados do AP, BA e SP e Discom		
4)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	631	498
	Autor: Estados do AM, BA, CE e PE		
5)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	470	403
	Autor: Estado de PE		
6)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento. Discute-se se as normas contida no §3º, do art. 32, da Lei Estadual nº 10.259/1989 e do §21, do art. 34, do Decreto nº 14.876/1991 , que previam a possibilidade de tomada e manutenção de créditos fiscais de ICMS, foram ou não tacitamente revogadas pela Lei Estadual nº 11.408/1996.	484	401
	Autores: Estados da BA, CE, GO, MS, MT, PA, PI, RJ, RN, RO e SC, o Distrito Federal e a União		
7)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	272	268
	Autor: União		
8)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo.	571	503
	Autor: Estado do RJ		
9)	Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda.	236	116
	Autor: Estado do RJ		
10)	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	94	91

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Descrição dos processos de natureza fiscal	2017	2016
	Autor: União		
11)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e bônus de desempenho pagos aos empregados.	116	80
	Autores: Estado do AM, BA, CE, GO, MT, PB, PI, RO e SP		
12)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	110	78
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, PA, PE, PI, RJ, RO, RS e SP		
13)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade. (a)	84	115
	Autor: União		
14)	Processos em que a Companhia discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de autônomos que prestaram serviços à Companhia.	61	30
	Autores: Estados do AM, CE, ES, GO, MS, MT, PA, PE, PI, RJ e RO		
15)	Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de informações via SCANC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de repasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante.	56	71
	Autores: Estados do MT e PA		
16)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	57	51
	Autor: União		
17)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	55	46
	Autor: União		
18)	Processos em que a Companhia é autuada como responsável solidária pelo recolhimento de contribuições previdenciárias.	49	21
	Autor: União		
19)	Processos em que a Companhia é exigida por suposta falta de recolhimento do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos/valores mobiliários, decorrente de operações qualificadas pela Fiscalização como remessa mensal de numerário à Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e empréstimos com vários contribuintes (postos de combustíveis).	11	466
	Processos diversos de natureza fiscal	302	279
	Total	**7.091**	**6.989**

(a) Do valor de R$ 632 classificados no item 13 em 2016, R$ 401 foram reclassificados para o item 6 e R$ 116 foram reclassificados para o item 9, em 2017.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

b) Processos de natureza cível

	Descrição dos processos de natureza cível	2017	2016
	Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..		
1)	Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis. Situação atual: Correspondência da CCI alterando o cronograma inicial do procedimento arbitral.	708	632
	Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração		
2)	Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. Situação atual: Negado provimento monocraticamente ao Recurso Especial da Companhia.	262	256
	Autor: Francisco Messias Cameli		
3)	Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL). Situação atual: "Nesse cenário havendo prévio ajuizamento de recurso nº 2009.001881-5 e com fim de se evitar ainda mais o retardamento da demanda bem como tumulto processual considerando que deve prevalecer a distribuição feita ao Desembargador João de Jesus Abdala Simões pois habilitado para conhecer da causa em sintonia com o que dispõe o artigo 55 do Código de Processo Civil suscito conflito de competência (RITJAM art. 162 § 1º). Encaminhe-se à Presidência do e. TJAM (CPC art. 951RITJAM art. 162)." Processo em fase de apelação, tendo sido a BR derrotada em primeira instância.	179	175
	Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda		
4)	A DISCOM alega que a Companhia , desde outubro de 1997, houvera firmado um contrato de promessa de compra e venda mercantil , constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando inúmeros prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos e lucros cessantes e indenização por danos morais. Situação atual: "Recebo no duplo efeito o recurso adesivo de fls. 3799/3825. Intime-se o recorrido através dos seus representantes judiciais para no prazo de 15 (quinze) dias responde-la. Decorrido o prazo com ou se manifestação remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco." O pedido foi julgado procedente em parte contra a BR em primeira instância. Aguardamos julgamento da nossa apelação.	170	157
	Autor: Borborema Energética S.A.		
5)	O autor alega erro na formação do preço da companhia quando da elaboração do contrato o qual não teria observado a competente Resolução da ANEEL. A Companhia alega que praticou adequadamente os preços da Resolução ANEEL e que a formação de seu preço observou o reajuste previsto em tal resolução. Situação atual: as partes depositaram, cada qual, R$60.000,00, valor equivalente a 50% dos honorários do perito (para cada parte). Fase Pericial.	149	-

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Descrição dos processos de natureza cível	2017	2016
	Autor: Derivados de Petróleo Santa Izabel Ltda		
6)	Ação de indenização por danos morais e materiais. O autor reivindicava a sustação de protestos de duplicatas mercantis e indenização por danos morais e materiais, sob a alegação de que os títulos protestados teriam sido emitidos indevidamente pela Companhia (notas fiscais e duplicatas com o objetivo de cobrar ICMS), causando-lhe expressivos prejuízos em suas órbitas patrimonial e extrapatrimonial. Situação atual: processo apensado ao de n. 0000306-59.1998.8.05.0022, onde está sendo processada a liquidação de sentença. Após início da liquidação de sentença por parte da Santa Izabel, tendo o juiz determinado a intimação da Companhia para pagar quantia milionária baseada em planilha unilateralmente apresentada pela requerente contendo graves distorções frente ao julgado, em 04.11.2016 foi proferida decisão em Agravo e Instrumento, no seguinte sentido: "Ante o exposto, acolho o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento para sustar a decisão vergastada até o pronunciamento final neste Agravo de Instrumento. Oficie-se o Juízo da 01ª Vara dos Feitos Cíveis e Comercias de Barreiras ao respeito do teor dessa 4 decisão, bem como, para, se julgar necessário, apresentar informações sobre o caso. Dou a presente decisão força de ofício para cumprimento da determinação constante no parágrafo anterior. Intime-se o Agravado para, querendo, apresentar de contrarrazões no prazo de lei."	134	124
	Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica		
7)	Cuida-se de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências. Processo distribuído ao relator no Tribunal Administrativo do CADE.	130	-
	Autor: Boborema Energética S.A		
8)	Ação em que o autor pede a nulidade de diversas cláusulas contratuais do contrato de promessa de compra e venda mercantil celebrado em 29.12.2009, tais como a de compra com exclusividade, a de limitação de fornecimento de óleo combustível à Borboremа e de remuneração da Borboremа à Companhia dos investimentos realizados pelo Sistema Petrobras para viabilizar o fornecimento. Situação atual: O juízo indeferiu o pedido de antecipação de tutela da Autora e mandou as partes se manifestarem sobre as provas que pretendem produzir.	56	-
	Autor: C A Soares da Costa		
9)	Ação cível perante a justiça de Rondônia, pretendendo indenização por perdas e danos, sob a alegação de descumprimento de contrato de transporte pela Companhia. A Companhia obteve vitória definitiva com trânsito em julgado.	-	141
	Processos diversos de natureza cível	339	348
	Total	**2.127**	**1.833**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

c) Processos de natureza trabalhista

	Descrição dos processos de natureza trabalhista	2017	2016
	Autor: Ministério Público do Trabalho		
1)	Execução de multa diária (*astreintes*), proposta pelo Ministério Público do Trabalho em face da Companhia, em razão de pretenso descumprimento de determinação judicial relacionada a questões de saúde, meio ambiente e segurança (SMS) envolvendo os motoristas de transportadoras e agregados que prestam serviços na Base de Canoas. Situação atual: Em agosto de 2017, considerando a existência de decisões de 1º e 2º graus favoráveis à Companhia; considerando que parece não haver fundamento para a interposição de Recurso de Revista, o qual em execução depende de ofensa à Constituição; e considerando que a remotíssima hipótese de admissibilidade e provimento de eventual Recurso de Revista não importa na determinação de pagamento, mas em devolução do processo à 1ª instância para instrução e julgamento, a expectativa de perda foi alterada de possível para perda remota. Na sequência a decisão favorável à BR transitou em julgado (a).	-	120
	Processos diversos de natureza trabalhista	186	139
	Total	**186**	**259**

(a) Passou de perda possível para remota em agosto de 2017. Em setembro de 2017 o valor do processo passou de R$ 128 para R$ 13.758,01 (treze mil, setecentos e cinquenta e oito reais e um centavo).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

29 Compromissos contratuais

a) Compromissos com a Petrobras

A Companhia possui compromissos incondicionais de compra com a Petrobras para o período de 31 de dezembro de 2017 a 2025 de aproximadamente 4,1 bilhões de m³ de gás natural, que corresponde a um valor total restante estimado de R$ 2.222.

b) Contratos "*take or pay*"

A Companhia possui contratos com cláusula de *take or pay* referentes a compra de derivados de petróleo e de prestação de serviços, conforme segue abaixo:

Compra de derivados de petróleo, para o período de 5 anos, que correspondem a um valor total estimado de R$ 983 com a Petrobras, R$ 92 com a Braskem e de R$ 63 com a Refinaria de Petróleo Riograndense;

Compra de gás natural para o período de cinco anos, num valor estimado de R$ 83 com a SULGAS, de R$ 37 com a POTIGAS e de R$ 37 com a COMPAGAS;

Serviços prestados pela Brasil Carbonos nas plantas de Taubaté/SP e Cosmópolis. O contrato estabelece a prestação de serviços de beneficiamento para 21.080 mil toneladas de coque verde de petróleo, ao valor estimado de R$ 580, até outubro de 2033; e

Serviços de armazenagem, para o período de 3 anos, ao valor estimado de R$ 110 com a Terminal Químico de Aratu e R$ 80 com a AGEO Terminais.

c) Contratos de transporte

A Companhia possui compromissos contratuais com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R$ 428, até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de *hedge* definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. A Companhia também está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

		Nível Hierarquia	Consolidado		Controladora	
	Notas	Valor Justo	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e bancos	6		261	63	257	61
Aplicações financeiras	6		222	592	-	381
Contas a receber	7		5.880	13.905	5.926	13.981
Depósitos judiciais	12		1.000	950	977	928
			7.363	**15.510**	**7.160**	**15.351**
Valor justo por meio do resultado						
Precatórios (Contas a receber - Circulante)	7	2	24	24	24	24
Hedge Commodities (Outros - Passivo Circulante)		1	79	-	79	-
			103	**24**	**103**	**24**
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	16		2.682	2.650	2.645	2.622
Financiamentos	17		4.640	12.814	3.628	11.733
Cessão de direitos creditórios	31.2		26	31	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	18.1.1		72	95	600	685
			7.420	**15.590**	**6.873**	**15.040**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

30.2 Risco de mercado

30.2.1 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, ao CDI, indexador dos financiamentos com o Itaú (nota 17), e às taxas de IPCA, que é o indexador dos Certificados de Recebíveis Imobiliários.

30.2.1.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Segue a análise de sensibilidade dos juros dos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado							
Instrumentos	Exposição	Nota	Risco	(Despesa)/ receita financeira no cenário 1 (*)	Resultado financeiro com decréscimo de 25%	Resultado financeiro com decréscimo de 50%	Resultado financeiro com elevação de 25%	Resultado financeiro com elevação de 50%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	(1.000)	17.1	Alta do IPC-A	(84)	(63)	(42)	(105)	(126)
Debêntures	(3.572)	17.1	Alta do CDI	(384)	(288)	(192)	(480)	(576)
Aplicações - FIDC	370	31.2	Redução do CDI	187	140	94	234	281

(*) Cenário I corresponde ao efeito reconhecido no resultado do exercício considerando a data-base de 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.2.2 Risco cambial

Em função das vendas a clientes estrangeiros, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

30.2.2.1 Gerenciamento de risco cambial

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros e contrata, também, para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis. No primeiro caso, o objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Já no segundo caso, o objetivo é proteger o custo do produto importado.

Em 2017 foram contratadas operações de *hedge* para exportação no total de US$ 325,7 milhões e o total de US$ 333,1 milhões para importação. Em relação ao faturamento de exportação em dólar do segmento de aviação ocorrido no mesmo período de 2017, o percentual de *hedge* contratado representou 71%. No tocante ao montante importado, a empresa contratou hedge cambial para 72% em 2017 para as cargas no modelo por conta e ordem – onde há exposição cambial.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, no máximo, 100% tanto do montante das exportações quanto das importações.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial em 2017 geraram um resultado negativo para a Companhia de R$ 1.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF, conforme definido no artigo 2º. da Deliberação CVM no. 550 de 2008.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Contratos a termo de dólar (NDF)	Valor de referência (*nocional*) (USD)		Valor justo (R$)		Vencimento
	2017	2016	2017	2016	
Posição Comprada	55	-	1	-	1T18
Posição Vendida	78	-	(1)	-	1T18
Posição Vendida	-	15	-	1	1T17

O hedge cambial, registrado a valor justo, está classificado como Nível 2.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2017, os cenários possíveis e remotos consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável em 31.12.2017 (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Valorização do Dólar frente ao Real	-	(19)	(37)

(*) R$ 151 mil (cento e cinquenta e um mil reais)

30.2.3 Gerenciamento de risco de preços

Em julho de 2017 a Petrobras divulgou uma nova política de preços para diesel e gasolina que, além de levar em consideração fatores como sua capacidade produtiva de refino, tem como objetivo alinhar os preços de derivados de petróleo com o mercado internacional. Com isso, desde então, o preço do combustível no mercado interno tem sofrido alterações diárias.

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e fontes alternativas de energia, dentre outros. Tendo em vista esses fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, de forma a mitigar o risco de *commodity* e favorecer o alinhamento entre o fluxo de receita e despesa, a Companhia passou a realizar operação de hedge para as cargas compradas no mercado internacional. Desta forma, acredita-se que os custos e receitas da Companhia estejam mais aderentes ao planejado, fazendo com que o fluxo de caixa seja preservado, assim como a rentabilidade dos negócios.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Conforme política de gestão de risco todas as operações com derivativos de *commodity* possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

Entre 1° de julho e 31 de dezembro de 2017 foram contratadas operações de hedge para aproximadamente 1,1 milhão de m³ de Gasolina e Diesel.

A análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Contratos (em centavos por galão)				(em milhões de reais)		
Tipo	Quantidade	Preço Médio de Venda	Fechamento em 29/12/2017	MTM (Valor do Contrato)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Possível (Δ de 50%)
HO FEV 2017 (Diesel)	1.509	644	684	(26)	(134)	(242)
RBOB FEV 2017 (Gasolina)	322	587	594	(1)	(21)	(41)

O valor justo do derivativo de *commodity* está classificado como nível 1.

30.3 Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos preponderantemente em seus gastos operacionais. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em função de oportunidades existentes no mercado financeiro, eventuais operações financeiras para financiamento de projetos ou como resposta a um evento de liquidez específico.

30.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeções mensais, discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

O excesso de caixa é aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Acontecimentos que venham a onerar a geração de caixa, no limite do seu giro, são atendidos com recursos do fundo corporativo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturações financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

O fluxo nominal do principal e juros dos financiamentos está apresentado na nota 17.3 e o fluxo dos pagamentos e recebimentos de arrendamentos mercantis financeiros está apresentado na nota 18.1.1.

30.4 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

30.4.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados o comportamento de pagamento do cliente e as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência, aprovada pela Administração, para concessão de crédito.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações de *hedge*, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias e clientes governo. A exposição ao risco está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber.

A carteira da Companhia somava aproximadamente R$ 9,9 bilhões em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.5 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos.

A gestão e o acompanhamento de capital ocorrem através de:

- controle do fluxo diário de caixa;
- projeção e acompanhamento da realização do fluxo de caixa de curto e médio prazos da Companhia, estruturando o Plano Financeiro que suportará os processos orçamentários;
- acompanhamento do saldo, vencimento e custo do endividamento da Companhia e das variáveis que impactam a sua alavancagem;
- análise do ciclo de caixa e da necessidade de capital de giro; e
- acompanhamento das variáveis que impactam o capital de giro, integrando as iniciativas relacionadas à gestão da necessidade de capital de giro.

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Financiamentos (nota 17)	4.640	12.814	3.628	11.733
Arrendamentos mercantis financeiros (nota 18)	72	95	600	685
Cessão de direitos creditórios (nota 31.2)	26	31	-	-
Endividamento total	4.738	12.940	4.228	12.418
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(483)	(655)	(257)	(442)
Menos: Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP (nota 7)	(370)	(2.776)	(356)	(2.770)
Endividamento líquido	3.885	9.509	3.615	9.206
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (nota 22)	8.826	7.410	8.826	7.410
Endividamento líquido /(endividamento líquido + patrimônio líquido)	**31%**	**56%**	**29%**	**55%**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

30.6 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

• Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

• Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

• Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 17.5.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

31 Partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua e as partes envolvidas nas negociações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

31.1 Transações comerciais e outras operações

31.1.1 Por operação

	Consolidado						
	2017						
		Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas	3.740						
Variações monetárias e cambiais líquidas	339						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(355)						
Outras receitas e despesas	62						
Ativo							
Contas a receber (nota 7), sem FIDC		519	2.971	3.490			
Títulos e valores mobiliários		-	2	2			
Caixa e equivalentes de caixa		274	-	274			
Adiantamento a fornecedor		45	-	45			
Depósitos judiciais		-	765	765			
Passivo							
Fornecedores (Nota 16)					1.448	-	1.448
Dividendos					195	-	195
Financiamentos (nota 17.1)					7	5	12
Adiantamento de clientes					100	-	100
Em 31.12.2017	**3.786**	**838**	**3.738**	**4.576**	**1.750**	**5**	**1.755**
Janeiro a Dezembro/2016	**5.204**						
Em 31.12.2016		**862**	**9.484**	**10.346**	**2.684**	**4.489**	**7.173**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

		Controladora					
		2017					
		Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas	3.831						
Variações monetárias e cambiais líquidas	322						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(404)						
Outras receitas e despesas	62						
Ativo							
Contas a receber (nota 7), sem FIDC		699	2.971	3.670			
Títulos e valores mobiliários		-	2	2			
Caixa e equivalentes de caixa		264	-	264			
Adiantamento a fornecedor		45	-	45			
Depósitos judiciais		-	742	742			
Passivo							
Fornecedores (Nota 16)					1.418	-	1.418
Dividendos					195	-	195
Financiamentos (nota 17.1)					-	-	-
Adiantamento de clientes					100	-	100
Arrendamentos mercantis financeiros					122	453	575
Em 31.12.2017	**3.811**	**1.008**	**3.715**	**4.723**	**1.835**	**453**	**2.288**
Janeiro a Dezembro/2016	**5.119**						
Em 31.12.2016		**983**	**9.462**	**10.445**	**2.764**	**5.025**	**7.789**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

As compras efetuadas totalizaram R$58.690 (R$ 63.150 em 2016), sendo R$ 57.622 (R$ 62.347 em 2016) com a Petrobras, R$ 591 (R$ 273 em 2016) com a Braskem e R$ 477 (R$ 530 em 2016) com a Refinaria de Petróleo Riograndense.

A Petrobras é garantidora de algumas operações de financiamentos da Companhia, conforme apresentado na nota 17.1.

A Companhia possui contratos com a Petrobras para o período de 5 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que corresponde a um valor total estimado de R$ 29.530.

Em 1º de março de 2016, a Companhia celebrou novo contrato com a Petrobras, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo por ano, ao longo de 5 anos, a partir da data em que foi firmado, prorrogável por até igual período, ao valor estimado de R$ 5.500, para o primeiro período contratual.

Em 27 de junho de 2017, foi aprovado o segundo termo aditivo ao contrato de compra e venda de CVP com a Petrobras, tendo a assinatura ocorrido em 30 de junho. Mais uma vez, o aditivo visa possibilitar à Companhia a continuidade de sua atividade de distribuição e comercialização do CVP, com condições mais em consonância com o mercado atual. Foram alteradas condições contratadas referente à fórmula de preço, definição da comercialização do coque para o segmento de calcinação, condições de faturamento/pagamento e alteração dos itens de compensação financeira por quantidade e penalidade por redução de carga da refinaria.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

31.1.2 Por empresa

Consolidado

	Resultado		Ativo				Passivo			
			2017			2016	2017			2016
	2017	2016	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	**1.135**	**2.870**	**21**	**2.971**	**2.992**	**9.090**	**1**	**-**	**1**	**8**
Petrobras e Controladas do Sistema Petrobras										
Petrobras	1.702	1.793	327	-	327	208	1.564	-	1.564	2.259
Transpetro	59	71	17	-	17	15	16	-	16	9
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	24	20	2	-	2	-	-	-	-	4
Outras	32	49	50	-	50	80	27	-	27	40
	1.817	1.933	396	-	396	303	1.607	-	1.607	2.312
Empreendimentos controlados em conjunto do Sistema Petrobras										
Termocabo	46	31	5	-	5	2	-	-	-	-
Petrocoque	60	18	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	28	78	1	-	1	1	21	-	21	-
	134	**127**	**6**	**-**	**6**	**3**	**21**	**-**	**21**	**-**
Coligadas do Sistema Petrobras										
Suape II	498	338	55	-	55	54	-	-	-	-
Braskem	74	63	10	-	10	7	15	-	15	14
Outras coligadas	11	110	1	-	1	2	-	-	-	10
	583	**511**	**66**	**-**	**66**	**63**	**15**		**15**	**24**
Entidades governamentais										
Títulos governamentais	-	3	-	2	2	2	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	(356)	(664)	274	765	1.039	808	7	5	12	4.789
Clientes - Governo Federal	473	424	75	-	75	77	99	-	99	40
	117	(237)	349	767	1.116	887	106	5	111	4.829
Total	**3.786**	**5.204**	**838**	**3.738**	**4.576**	**10.346**	**1.750**	**5**	**1.755**	**7.173**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora

	Resultado		Ativo				Passivo			
			2017			2016	2017			2016
	2017	2016	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	**1.135**	**2.870**	**21**	**2.971**	**2.992**	**9.090**	**1**	**-**	**1**	**8**
Petrobras e Controladas do Sistema Petrobras										
Petrobras	1.702	1.793	326	-	326	208	1.496	-	1.496	2.226
Stratura	92	18	1	-	1	3	-	-	-	-
Transpetro	59	71	17	-	17	15	16	-	16	9
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	24	20	2	-	2	-	-	-	-	4
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(66)	(102)	179	-	179	130	155	453	608	660
Outras	31	48	51	-	51	79	27	-	27	1
	1.842	**1.848**	**576**	**-**	**576**	**435**	**1.694**	**453**	**2.147**	**2.900**
Operações em conjunto do Sistema Petrobras										
Brasil Carbonos	-	-	-	-	-	-	**5**	-	**5**	**7**
Empreendimentos controlados em conjunto do Sistema Petrobras										
Termocabo	46	31	5	-	5	2	-	-	-	-
Petrocoque	60	18	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	28	78	1	-	1	1	21	-	21	39
	134	**127**	**6**	**-**	**6**	**3**	**21**	**-**	**21**	**39**
Coligadas do Sistema Petrobras										
Suape II	498	338	55	-	55	54	-	-	-	-
Braskem	74	63	10	-	10	7	15	-	15	14
Outras coligadas	11	110	1	-	1	2	-	-	-	10
	583	**511**	**66**	**-**	**66**	**63**	**15**	**-**	**15**	**24**
Entidades governamentais										
Títulos governamentais	-	4	-	2	2	2	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	(356)	(665)	264	742	1.006	775	-	-	-	4.771
Clientes - Governo Federal	473	424	75	-	75	77	99	-	99	40
	117	(237)	339	744	1.083	854	99	-	99	4.811
Total	**3.811**	**5.119**	**1.008**	**3.715**	**4.723**	**10.445**	**1.835**	**453**	**2.288**	**7.789**

As transações com bancos controlados pela União foram efetuadas, principalmente, com o Banco do Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

31.2 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber (nota 7)	370	2.776	356	2.770
Total classificado no ativo circulante	**370**	**2.776**	**356**	**2.770**
Cessões de direitos performados e não performados	(26)	(31)	-	-
Total classificado no passivo circulante	**(26)**	**(31)**	**-**	**-**
Receita financeira FIDC-NP	187	299	186	297
Despesa financeira FIDC-NP	(3)	(2)	-	-
Resultado financeiro	**184**	**297**	**186**	**297**

As cessões de direitos creditórios performados e não performados estão classificadas no passivo circulante.

Não performados são créditos cujos recebimentos dependam ainda de alguma contrapartida ou contraprestação do originador ou cedente, ou seja, pela entrega futura de produtos e serviços. Performados são créditos já faturados, onde o cedente já cumpriu as suas obrigações (serviços já prestados ou mercadorias já entregues e, em qualquer caso, aceitos), restando apenas a obrigação do devedor em efetuar o pagamento.

A taxa de desconto na cessão de direitos creditórios do FIDC-NP Petrobras é de 100,5% do CDI; não há IOF e IR na operação.

As aplicações em cotas do FIDC-NP estão classificadas no ativo circulante, contas a receber. A taxa de remuneração é de 100% do CDI. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio de tabela regressiva.

As subsidiárias do Sistema Petrobras têm 100% de cotas seniores do FIDC-NP e, historicamente, todas as solicitações de resgates das subsidiárias foram atendidas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

31.2.1 Movimentação do fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	31	24	-	-
Adição	751	43	710	-
Baixas	(759)	(38)	(710)	-
Juros	3	2	-	-
Saldo final	**26**	**31**	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

31.3 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora					
	2017			2016		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares)	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares)	Total
Salários e benefícios	6,2	1,1	7,3	6,0	1,0	7,0
Encargos sociais	2,3	0,2	2,5	2,2	0,2	2,4
Previdência complementar	0,7	-	0,7	0,7	-	0,7
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,5	-	0,5	-	-	-
Total	**9,7**	**1,3**	**11,0**	**8,9**	**1,2**	**10,1**

No exercício de 2017, a despesa consolidada com os honorários de diretores e conselheiros totalizaram R$ 15 (R$ 13 em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha quatro membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

32 Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra incêndio para as instalações, equipamentos e produtos totalizava R$ 4.357. A cobertura para a responsabilidade civil totalizava R$ 4.134, sendo R$ 3.307 para operações de abastecimentos de aeronaves e R$ 827 para operações e poluição ambiental. A cobertura para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia, totalizava R$ 82.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

33 Eventos subsequentes

Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2017 no valor de R$ 659, correspondente a R$ 0,56527346761767 centavos por ação.

Referido pagamento às ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, bem como às demais ações escrituradas perante o Banco Bradesco S. A., será efetuado até 31 de julho de 2018, com base na posição acionária de 1° de fevereiro de 2018 (inclusive).

Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV

Em 29 de janeiro de 2018, o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) BR 2016 (nota 21.6) foi reaberto para os empregados que cancelaram suas inscrições ou que apresentaram a desistência formal de sua participação no programa. As inscrições são voluntárias para os desistentes e se encerraram no dia 2 de março de 2018.

Do total de 407 elegíveis, 83 empregados reativaram sua inscrição ao programa, cuja data de desligamento será 06 de abril de 2018.

A Companhia estima uma provisão de R$ 31 no 1º trimestre de 2018 correspondente às indenizações devidas aos empregados que reativaram sua inscrição, estando sujeita a revisão periódica pela ocorrência de possíveis desistências e da atualização do piso e do teto pelo IPCA.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO
Presidente

BRUNO CESAR DE PAIVA E SILVA
Conselheiro

CLEMIR CARLOS MAGRO
Conselheiro

DURVAL JOSÉ SOLEDADE SANTOS
Conselheiro

FRANCISCO ARRUDA VIEIRA DE MELO FILHO
Conselheiro

JERÔNIMO ANTUNES
Conselheiro

JORGE CELESTINO RAMOS
Conselheiro

REINALDO GUERREIRO
Conselheiro

SEGEN FARID ESTEFEN
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

IVAN DE SÁ PEREIRA JUNIOR
Presidente

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Diretor Executivo da Rede de Postos

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

ALÍPIO FERREIRA PINTO JUNIOR
Diretor Executivo de Operação e Logística

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

VICENTE FIGUEIREDO SORIA
Contador - CRC - RJ – 087.997/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Petrobras Distribuidora S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual de operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da Petrobras Distribuidora S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia

Conforme Nota Explicativa nº [1.2] das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Em conexão com os processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato” e seus desdobramentos, a Companhia, por meio de uma investigação independente e considerando seu conhecimento e informação disponível, reconheceu em 2014, uma baixa no montante de R$ 23 milhões, referente a estimativa de gastos capitalizados de forma indevida, os quais foram pagos adicionalmente pela Companhia na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. A referida estimativa considerou premissas que, desde então, vem sendo monitoradas pela Companhia na medida em que a investigação avança e novos fatos surjam. Dessas premissas, as mais significativas foram: (i) período de contrato e pagamentos realizados a empresas envolvidas; (ii) nome das empresas e das pessoas envolvidas, bem como relacionamentos diretos e indiretos com essas; e (iii) percentual adotado sobre os contratos para realização dos pagamentos indevidos.

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função do acompanhamento de informações relacionadas às investigações em andamento pela Companhia, que podem alterar as premissas que resultaram no reconhecimento da baixa referente a gastos capitalizados de forma indevida nas demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das informações relacionadas às investigações em andamento pela Companhia, testando a integridade das informações do canal de denúncias, tratamento destas denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes.

Com base em testes, avaliamos as principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelas Comissões Internas de Apuração e por escritórios de advocacia independentes e avaliamos se a posição da Companhia sobre a estimativa e premissas adotadas se mantem adequada.

Nossos especialistas em forensic nos auxiliaram a avaliar o escopo, inclusive completude e abrangência da investigação independente, notadamente no que diz respeito aos projetos avaliados como de maior exposição ao risco de associação com atos ilícitos objeto da Lava Jato e na avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, seleção de aspectos de maior criticidade para execução de procedimentos adicionais, acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação e utilização de informações relevantes oriundas das delações e acordos de leniência homologados visando avaliar a adequação da estimativa referente a gastos capitalizados de forma indevida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a estimativa do valor dos pagamentos indevidos registrada no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2 - Processos judiciais e Contingências

Conforme Nota Explicativa nº [27] das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A avaliação da classificação de perda pela Companhia é suportada por critérios e premissas que envolvem elevado grau de complexidade e que são influenciadas por teses e/ou julgamentos resultantes de interpretação quanto a aspectos legais complexos e por vezes controversos de matéria jurídica em variadas instâncias e diferentes cortes judiciais.

Esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria em função do reconhecimento e mensuração das provisões e passivos contingentes requerer que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores envolvidos, a probabilidade de saída de recursos e a existência de uma obrigação presente dos processos judiciais dos quais a Companhia é parte envolvida.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes.

Avaliamos as estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

Avaliamos as informações relacionadas a natureza, datas, valores e expectativas de desfecho relativas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia, por meio de confirmação direta com os consultores jurídicos internos e externos e demais documentos produzidos pela Companhia.

Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que a Companhia está envolvida.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração das provisões e a divulgação dos passivos contingentes, que foram corrigidos pela administração. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos referentes às contingências, e as divulgações correlatas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3 - Reestruturação societária

Conforme Nota Explicativa nº [1.3] das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Em 25 de agosto de 2017 pelo Conselho de Administração de sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e em 31 de agosto de 2017 em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia foi aprovada a reestruturação societária da Companhia, que implicou na realização das seguintes operações: (i) aporte de capital no valor de R$ 6.313 milhões; e (ii) cisão parcial dos recebíveis detidos pela Companhia decorrentes de Contratos de Confissão de Dívida (CCDs) com o Sistema Eletrobras, no montante de R$ 6.339 milhões que possuem garantias reais (penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE) e dos recebíveis detidos pela Companhia com outras sociedades do Sistema Petrobras; (iii) pré-pagamento de dívidas, contraídas anteriormente pela Companhia e garantidas pela Petrobras, no montante de R$ 7.708 milhões.

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função de tratarem de transações complexas e significativas fora do curso normal dos negócios da Companhia e do risco e complexidade da segregação do ativo que foi transferido para uma subsidiária integral da controladora da Companhia e da separação desses valores para fins de cisão, bem como da relevância dos saldos transacionados e da consequente mudança na estrutura patrimonial da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a leitura e análise das atas de reunião de diretoria e Conselho de Administração relativas a aprovação das transações, de todos CCDs, dos contratos de pré-pagamento de dívidas, bem como dos documentos de liquidação desses contratos. Efetuamos também testes, em base amostral, quanto à integridade e precisão da base dos ativos cindidos e mediante a realização de procedimento de confirmação externa, confirmamos os saldos em aberto com as sociedades do Sistema Eletrobrás. Adicionalmente, avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com os resultados da referida reestruturação e livros societários da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis o reconhecimento contábil e divulgação da reestruturação societária no contexto das demonstrações individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

4 - Benefícios concedidos a empregados

Conforme Nota Explicativa nº [21] das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia patrocina planos de pensão e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.

O passivo atuarial é determinado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método de crédito unitário projetado, com referência em premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

Devido ao alto grau de julgamento por parte da Companhia para determinação das estimativas, bem como geração dos dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves, adotados pela Companhia associados ao processo de mensuração e divulgação do passivo atuarial.

Realizamos procedimentos sobre as informações das bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações, com base em amostragem, bem como obtivemos informações sobre a competência técnica e experiência do atuário independente responsável pelo cálculo atuarial.

Com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do cálculo do passivo atuarial e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponível, como: taxa de desconto, crescimento salarial, rotatividade do plano de pensão e saúde, tábua de mortalidade e invalidez e custos médicos.

Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos a estimativa do valor justo dos ativos dos planos de pensão. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos do passivo atuarial e demais valores refletidos nos resultados incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 21 de novembro de 2017, que não conteve modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Relatório ao Mercado Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellangero

Contadora CRC 1SP196751/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício social do período findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Também foi examinado o Relatório Anual da Administração, que acompanhou as Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

O exame pelos Conselheiros Fiscais compreendeu o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, Demonstrações de Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, a destinação do resultado e o Relatório dos Auditores Independentes e a proposição de alteração do Estatuto Social da Petrobras Distribuidora, com o objetivo de refletir a incorporação ao capital social do saldo de reserva de incentivos fiscais.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, a Opinião da KPMG Auditores Independentes, apresentada sem ressalva, para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), examinando ainda as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da companhia.

Todavia, o Conselho Fiscal ressalta sua preocupação com o seguinte tema: (i) Operação Lava-Jato – cumpre destacar que as investigações atualmente em andamento no acionista controlador da Companhia, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e também em órgãos externos, poderão trazer impactos sobre as Demonstrações Contábeis de períodos subsequentes, ainda que a Administração os avalie como não significativos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018.

BRUNO PASSOS DA SILVA MELO

Presidente

WILSON RODOLFO DE SOUZA GOMES

Conselheiro

PRICILLA MARIA SANTANA

Conselheira

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos Conselheiros de Administração da

Petrobras Distribuidora S.A.

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria foi instalado na Petrobras Distribuidora S.A. (“BR”) em 3 de agosto de 2016, tendo suas responsabilidades e atribuições formalmente estabelecidas em Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 31 de agosto de 2017, esse colegiado passou à condição de Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”), nos termos do artigo 24 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e do artigo 38 do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (“Estatuto Jurídico das Empresas Estatais”).

O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração e tem por finalidade assessorá-lo no exercício de suas funções, atuando principalmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; e (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos.

O escopo das atribuições do CAE pode ser estendido às sociedades subsidiárias e controladas da BR, observada a legislação aplicável. Neste sentido, as atribuições do CAE foram estendidas à subsidiária integral Stratura Asfaltos S.A.

No cumprimento de suas responsabilidades, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas (doravante “demonstrações contábeis”) da BR sejam completas e exatas e estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta responsabilidade é da administração e dos auditores independentes. No cumprimento de suas responsabilidades descritas no Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

Desta forma, é importante enfatizar que os administradores da BR são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada tecnicamente pelo CAE, responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades que apresentam aqueles mais sensíveis às operações e à estratégia da BR.

A Gerência de Governança, Risco e Conformidade – GGRC, também com subordinação hierárquica direta ao Conselho de Administração e sob a supervisão técnica do CAE, tem a atribuição de elaborar e monitorar a execução do modelo de governança, fortalecer a visão integrada dos riscos corporativos, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão dos riscos relevantes, planejar, orientar, coordenar e avaliar as atividades de conformidade e controle. Ao longo de 2017, destacam-se, dentre outras, como importantes medidas de aprimoramento da governança corporativa da empresa, a transformação do Comitê de Auditoria em um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); a aprovação da Política de Indicação dos membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da BR; e a aprovação da revisão da Política de Transação com Partes Relacionadas.

A Ouvidoria, responsável também pelo recebimento e encaminhamento de denúncias, é subordinada diretamente ao Conselho de Administração e supervisionada pelo CAE, através de reuniões periódicas com relatos e debates sobre as suas atividades e dos conteúdos, tratamentos e conclusões de denúncias recebidas no período.

A Auditoria Independente, que a partir de abril de 2017 é realizada pela KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), atua de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. No período compreendido entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e abril de 2017, a Auditoria Independente foi realizada pela PricewaterhouseCoopers (“PwC”), tendo essa também atuado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Os relatórios dos auditores independentes refletem os resultados de suas verificações e opiniões a respeito da adequada apresentação das demonstrações contábeis da BR, considerados todos os seus aspectos relevantes, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Em 25 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou a revisão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, prevendo que poderá ser composto por 3(três) a 5(cinco) membros, escolhidos dentre os seus conselheiros, nomeados e destituíveis por tal colegiado.

Desde sua origem, o CAE é constituído pelos seguintes Conselheiros de Administração: Jerônimo Antunes (Presidente), Clemir Carlos Magro e Durval José Soledade Santos. Os Srs. Jerônimo Antunes e Clemir Carlos Magro são os membros especialistas financeiros e de contabilidade societária. O Sr. Durval José Soledade Santos é advogado especialista em Direito Societário.

Destaca-se que todos os atuais membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, § 1º da Lei 13.303/16 (Lei das Estatais) e no artigo 31-C §2º da Instrução CVM nº 308/99, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM no. 509 de 16 de novembro de 2011, bem como aos critérios de independência estabelecidos pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

3.RESUMO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO EM 2017/2018

No período de 1º de março de 2017 a 13 de março de 2018, foram realizadas 26 reuniões ordinárias do CAE da BR, que contemplaram 162 pautas, envolvendo os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Gerentes Executivos, Ouvidor, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente registradas em atas.

O Presidente do CAE relatou mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração os principais temas tratados em suas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas às diversas áreas da BR, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram objeto de documentos onde os assuntos tratados e recomendações são descritas de forma resumida e anexadas às Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

O CAE elaborou o Calendário Anual de Pautas de Reuniões para o exercício social de 2018, contemplando todos os assuntos pertinentes e demandados para o cumprimento das suas obrigações e responsabilidades.

3.1. AUDITORIAS INDEPENDENTES

O CAE reuniu-se com os auditores independentes (“KPMG”) para abordar os seguintes assuntos: (i) planejamento e execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis trimestrais e anual do exercício de 2017; (ii) conhecer a extensão dos principais procedimentos de auditoria e a materialidade adotada; (iii) a análise de riscos de auditoria; (iv) os pontos de atenção identificados e (v) as conclusões dos seus exames de auditoria.

Adicionalmente, foram debatidos com os auditores independentes os denominados Principais Assuntos de Auditoria, apontados no Relatório dos Auditores Independentes, a saber: (i) “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia; (ii) Processos judiciais e Contingências (iii) Reestruturação societária; e (iv) Benefícios concedidos a empregados.

Também foram realizadas reuniões conjuntas com a KPMG e com a PwC, para análise dos trabalhos de auditoria realizados para a reemissão dos relatórios de auditoria para demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 e dos relatórios de revisão limitada para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017, visando à preparação para a listagem na B3 e subsequente abertura de capital com a Initial Public Offering – IPO realizada em 15 de dezembro de 2017.

Cabe destacar, ainda, que foram obtidas informações para assegurar independência dos auditores e a inexistência de conflitos de interesses em outros trabalhos que não os de auditorias das demonstrações contábeis.

3.2. CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

No período de abrangência deste relatório, foram realizadas pautas de reuniões com a área de Contabilidade tendo como objeto as demonstrações contábeis, trimestrais e anual, abordando as principais práticas contábeis adotadas, as estimativas contábeis efetuadas, bem como as apresentações da situação patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixas e dos valores adicionados e das notas explicativas às demonstrações contábeis. Essas pautas envolveram, ainda, a Auditoria Independente e o Conselho Fiscal, tanto da BR Distribuidora S.A. quanto da Stratura Asfaltos S.A.

A classificação de riscos dos processos nas esferas judiciais e administrativas, as estimativas de valores e consequentes registros contábeis em provisões passivas e/ou divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis da BR, foram analisadas e discutidas em reuniões do CAE com a Gerência Executiva do Jurídico, Administração e Planejamento Tributário e com a Contabilidade.

Os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e subsequentes, das alterações decorrentes dos novos pronunciamentos IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 15 – Receitas de Contrato com Clientes (ambos com adoção a partir de 1o de janeiro de 2018) e IFRS 16 – Arrendamentos Mercantis (adoção a partir de 1o de janeiro de 2019), foram analisadas e debatidas pelo CAE com os responsáveis pela Contabilidade.

3.3. AUDITORIA INTERNA

Nas diversas reuniões realizadas com a Auditoria Interna, o CAE tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes das conclusões dos seus trabalhos, bem como efetuou um rigoroso e detalhado acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração para os apontamentos dos exames de auditoria. As pautas abordaram, ainda, o acompanhamento do Plano de Atividades (PAINT), os relatórios trimestrais e anual dos trabalhos da Auditoria Interna (RAINT), as ações necessárias para o processo em curso visando a Certificação de Qualidade (Quality Assessment) da Auditoria Interna, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (The Institute of Internal Auditors – IIA), além do acompanhamento da realização dos testes dos controles SOx na BR.

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna, o CAE determinou que, após o encerramento de cada um dos seus trabalhos, a Auditoria Interna solicite avaliação formal compulsória do Gerente Executivo ou do Gerente Geral, responsável pela área auditada, conforme as questões previamente acordadas com este Comitê, como uma forma de manter um canal independente das Gerencias Executivas auditadas, diretamente com o CAE, para relato de eventuais críticas e/ou elogios sobre os trabalhos da Auditoria Interna.

Destaca-se que o Gerente Executivo de Auditoria Interna é convidado permanente em todas as reuniões do Comitê de Auditoria.

3.4. GOVERNANÇA, RISCO E CONFORMIDADE

As reuniões realizadas com a participação da Gerência de Governança, Risco e Conformidade contemplaram o acompanhamento e as recomendações pelo CAE pertinentes aos seguintes temas principais: monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; processo de due diligence de integridade; monitoramento intensivo do Plano de Remediação das Fraquezas Materiais; revisão da Política de Gestão de Riscos e a implantação da Política de Controles Internos.

3.5. OUVIDORIA

As pautas de reuniões envolvendo a Ouvidoria abordaram: (i) a estrutura organizacional e os processos de controles e metodologia de trabalho desta área, (ii) o recebimento, apuração e tratamento de denúncias de baixo risco, que passaram a ser apuradas pela BR, por meio do Coordenador de Apuração de Denúncias, e (iii) as suspeitas de violação do Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência.

3.6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Cumprindo suas atribuições de avaliar e monitorar a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela BR e suas respectivas evidenciações, o CAE se reuniu com as áreas de Contabilidade, Governança, Risco e Conformidade e de Auditoria Interna para examinar: (i) os pontos relevantes dos relatórios emitidos contendo os detalhes de tais transações; e (ii) os documentos disponibilizados relativamente aos contratos a serem celebrados entre a BR e partes relacionadas, com evidências quanto à isonomia e comutatividade da transação, bem como a mitigação de conflitos de interesses eventualmente presentes nas referidas transações.

3.7. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o CAE tratou de diversas outras pautas em reuniões periódicas com os principais executivos da BR Distribuidora e de sua subsidiaria integral a Stratura Asfaltos S.A., a fim de tomar conhecimento das estratégias relevantes do negócio, bem como para acompanhar as melhorias operacionais, organizacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

O CAE também realizou reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para análise e aprovação das demonstrações contábeis trimestrais, anuais e daquelas reemitidas para o processo de IPO da empresa, assim como com o Comitê de Riscos e Financeiro, para tratar de assuntos comuns a atuação de ambos os comitês.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CAE reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento, recomendações e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia, bem como os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos, dos Auditores Independentes, das Gerências de Conformidade, de Governança, de Suporte em Controles Internos e de Riscos Corporativos e da Ouvidoria.

Adicionalmente, o CAE emite recomendações específicas ao Conselho de Administração sobre pautas submetidas para deliberação desse colegiado, como parte de suas atribuições estatutárias, além de emitir e apresentar o relatório resumido das suas atividades anuais, que é divulgado junto com as demonstrações contábeis da BR.

No período abrangido pelo presente relatório, o CAE instituiu um processo de autoavaliação de desempenho e os resultados serão apresentados ao Conselho de Administração, na reunião de abril de 2018.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO – DIRETORIA EXECUTIVA E GERENTES EXECUTIVOS

Para todas as reuniões realizadas pelo CAE, as Diretorias Executivas envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes Executivos das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas.

Além disso, também ocorre destas Gerências Executivas proporem pautas para apresentação no CAE, no que for pertinente às atribuições deste comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração, permitindo a análise e emissão de recomendação deste Comitê ao Conselho.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

Em decorrência de sua atuação anteriormente relatada, o CAE recomendou à Diretoria Executiva, dentre diversas outras, as seguintes ações:

(i) Adoção de providências para eliminar as deficiências significativas dos controles internos reportadas pelos auditores independentes nos relatórios da controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, arquivados juntos aos órgãos fiscalizadores nacional e internacional;

(ii) Revisão periódica ao longo do exercício social dos riscos de perdas - classificados em chances prováveis, possíveis e remotas - nos julgamentos dos processos contenciosos judiciais e administrativos, bem como das estimativas de valores de eventuais dispêndios financeiros futuros, incluindo os honorários advocatícios;

(iii) Criação da Coordenação de Apuração de Denúncias, possibilitando a apuração de denúncias de baixo risco no âmbito da BR e fortalecimento da equipe de Gerência de Governança, Risco e Conformidade;

(iv) Revisão da norma interna de Gerenciamento de Riscos Empresariais;

(v) Adoção de um plano estruturado para gestão da inadimplência de clientes;

(vi) Alinhamento de políticas corporativas com a holding, no que se refere às políticas e padrões de atuação das diversas áreas da BR.

O CAE julga que todos os itens destacados acima, cujos planos de ação já foram implementados ou encontram-se em andamento, contemplam procedimentos adequados para mitigar os riscos de controles internos e não geram impactos relevantes para as demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Petrobras Distribuidora S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Também foram examinados os Relatórios Anuais da Administração, que acompanharam as Demonstrações Contábeis.

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE – anteriormente aqui descrito de forma sumarizada – assim como em razão das informações prestadas pela Administração da BR e pela KPMG Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018.

Jerônimo Antunes

Membro e Presidente do Comitê de Auditoria

Especialista financeiro e de contabilidade societária

Clemir Carlos Magro

Membro do Comitê de Auditoria

Especialista financeiro e de contabilidade societária

Durval José Soledade Santos

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A - BR, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob n° 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018.

Ivan de Sá Pereira Junior

Presidente

Marcelo Fernandes Bragança

Diretor Executivo de Rede de Postos

Gustavo Henrique Braga Couto

Diretor Executivo de Mercado Consumidor

Rafael Salvador Grisolia

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Alípio Ferreira Pinto Junior

Diretor Executivo de Operação e Logística

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A - BR, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob n° 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018.

Ivan de Sá Pereira Junior

Presidente

Marcelo Fernandes Bragança

Diretor Executivo de Rede de Postos

Gustavo Henrique Braga Couto

Diretor Executivo de Mercado Consumidor

Rafael Salvador Grisolia

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Alípio Ferreira Pinto Junior

Diretor Executivo de Operação e Logística

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Retificação para exclusão da referência do artigo 199 da Lei 6404/76 no parecer do Conselho Fiscal.